

Universidade Federal de Santa Catarina  
Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística

**EXPANSÃO E REDUÇÃO DE CLÁUSULAS INFINITIVAS  
NA FALA DE FLORIANÓPOLIS**

**DIOMARA FINCK**

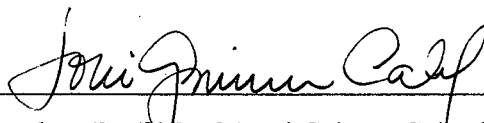
Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Curso de Pós-Graduação em  
Letras/Linguística da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Linguística.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edair Maria Görski**

Florianópolis  
2000

**EXPANSÃO E REDUÇÃO DE CLÁUSULAS INFINITIVAS  
NA FALA DE FLORIANÓPOLIS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras/Linguística e aprovada em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.



Coordenadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Loni Grimm Cabral (UFSC)

**Banca examinadora:**

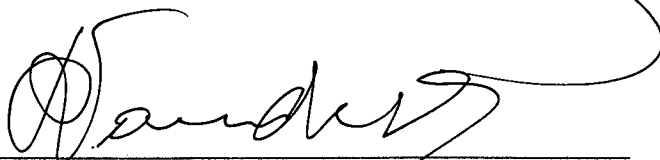


Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edair Maria Görski (UFSC)

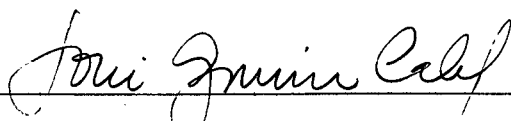
(Orientadora)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Axiliadora de Paiva (UFRJ)



Prof. Dr. Paulino Vandresen (UFSC)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Loni Grimm Cabral (UFSC)

À professora Edair, pelas orientações sempre instigantes, pelo incentivo e carinho.

Aos amigos e, em especial, à turma ligada ao VARSUL, pelo apoio e pelos momentos alegres de convivência que serão lembrados com saudades.

A meu pai, Seno e à minha família, pelo incentivo em todas as etapas deste trabalho.

Ao Roberto, pela paciência, pelo apoio e carinho, importantes sempre.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

**Agradeço.**

**À memória de minha mãe, Silônia.**

## RESUMO

Nesta pesquisa, tratamos da expansão e redução de cláusulas infinitivas, mais especificamente, das cláusulas adverbiais finais, causais e temporais, a partir de pressupostos teóricos do Funcionalismo Lingüístico, em especial do paradigma da Gramaticalização, e da Teoria Variacionista, investigando a influência de fatores lingüísticos e sociais sobre o emprego e a codificação dessas cláusulas. Os dados foram extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul) de Florianópolis.

Os resultados obtidos por meio da análise quantitativa e qualitativa apontam, para as cláusulas finais e causais investigadas, usos praticamente categóricos quanto à sua forma de codificação, reduzidas e desenvolvidas, respectivamente, e, para as temporais, usos mais variáveis. Além disso, indicam, para todas as cláusulas, possibilidades de diferentes percursos quanto a graus de integração e estágios de gramaticalização.

## **ABSTRACT**

This research work is about expansion and reduction of infinitive clauses, more specifically purpose, causal and temporal adverbial clauses. The theoretical foundation comes from linguistic functionalism, in particular from the grammaticalization paradigm, and from variation theory. We investigate the influence of linguistic and social factors on both use and coding of those clauses. The data were extracted from the VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul) database in Florianópolis.

The results obtained through qualitative and quantitative analysis point to an almost categorical use of the reduced and expanded forms for the purpose and causal clauses, respectively, whereas the temporal clauses have a more varied use. Further, for all clauses, they indicate the existence of different integration and grammaticalization levels.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Índice de tabelas .....  | 9  |
| Índice de quadros .....  | 10 |
| INTRODUÇÃO .....   | 11 |
| CAPÍTULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....                                | 14 |
| 1.1 Teoria da variação lingüística .....                             | 14 |
| 1.2 Funcionalismo lingüístico.....                                   | 17 |
| 1.3 Gramaticalização.....  | 20 |
| CAPÍTULO II GRAMATICALIZAÇÃO DE CLÁUSULAS.....                       | 26 |
| 2.1 Gramaticalização e combinação de cláusulas .....                 | 26 |
| 2.2 Olhares sobre a gramaticalização e combinação de cláusulas ..... | 30 |
| CAPÍTULO III DESCRIÇÃO DO FENÔMENO .....                             | 39 |
| CAPÍTULO IV METODOLOGIA .....  | 47 |
| 4.1 Coleta e tratamento de dados .....                               | 47 |
| 4.2 Restrições para a seleção de dados .....                         | 48 |
| 4.3 Objetivos.....   | 53 |
| 4.3.1 Objetivo geral .....   | 53 |
| 4.3.2 Objetivos específicos.....                                     | 53 |
| 4.4 Problemas e hipóteses.....                                       | 53 |
| 4.5 Grupos de fatores .....  | 55 |
| 4.5.1 Variáveis lingüísticas.....                                    | 55 |
| 4.5.2 Variáveis sociais.....   | 56 |
| CAPÍTULO V ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....                  | 57 |
| 5.1 Cláusulas finais.....  | 59 |
| 5.1.1 Expressão ou não do sujeito e correferencialidade.....         | 63 |
| 5.1.2 Posição estrutural da margem.....                              | 65 |
| 5.1.3 Mudança potencial da ordem.....                                | 66 |
| 5.1.4 Material interveniente.....                                    | 68 |
| 5.1.5 Tempo e modo do verbo.....                                     | 70 |
| 5.1.6 Apresentação estrutural do verbo .....                         | 72 |
| 5.1.7 Tipo semântico do verbo .....                                  | 74 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.1.8 Fatores sociais .....                                   | 76  |
| 5.1.9 Sobre os resultados .....                               | 77  |
| 5.2 Cláusulas causais .....                                   | 79  |
| 5.2.1 Expressão ou não do sujeito e correferencialidade ..... | 83  |
| 5.2.2 Posição estrutural da margem .....                      | 85  |
| 5.2.3 Mudança potencial da ordem .....                        | 87  |
| 5.2.4 Material interveniente .....                            | 88  |
| 5.2.5 Tempo e modo do verbo .....                             | 90  |
| 5.2.6 Apresentação estrutural do verbo .....                  | 91  |
| 5.2.7 Tipo semântico do verbo .....                           | 93  |
| 5.2.8 Fatores sociais .....                                   | 95  |
| 5.2.9 Sobre os resultados .....                               | 95  |
| 5.3 Cláusulas temporais .....                                 | 98  |
| 5.3.1 Variáveis lingüísticas .....                            | 102 |
| 5.3.1.1 Tempo e modo do verbo .....                           | 102 |
| 5.3.1.2 Expressão do sujeito .....                            | 104 |
| 5.3.1.3 Apresentação estrutural do verbo .....                | 105 |
| 5.3.1.4 Tipo semântico do verbo .....                         | 107 |
| 5.3.1.5 Material interveniente .....                          | 109 |
| 5.3.1.6 Mudança potencial da ordem .....                      | 110 |
| 5.3.1.7 Posição estrutural da margem .....                    | 111 |
| 5.3.1.8 Tempo e modo do verbo da cláusula núcleo .....        | 113 |
| 5.3.1.9 Correferencialidade de sujeitos .....                 | 114 |
| 5.3.2 Variáveis sociais .....                                 | 116 |
| 5.3.2.1 Escolaridade .....                                    | 116 |
| 5.3.2.2 Sexo .....  | 118 |
| 5.3.2.3 Idade .....   | 118 |
| 5.3.3 Sobre os resultados .....                               | 119 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                    | 123 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                              | 136 |



## ÍNDICE DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Cláusulas adverbiais e redução .....   | 58 |
| Tabela 2: Expressão ou não do sujeito nas cláusulas finais reduzidas.....  | 63 |
| Tabela 3: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito nas cláusulas finais reduzidas .....       | 64 |
| Tabela 4: Posição estrutural das cláusulas finais reduzidas.....   | 66 |
| Tabela 5: Mudança potencial da ordem das cláusulas finais reduzidas.....   | 67 |
| Tabela 6: Material interveniente entre as cláusulas nucleares e as cláusulas finais reduzidas .....              | 69 |
| Tabela 7: Tempo e modo do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas .....                   | 71 |
| Tabela 8: Apresentação estrutural do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas .....        | 73 |
| Tabela 9: Tipo semântico do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas .....                 | 75 |
| Tabela 10: Fatores sociais e cláusulas finais reduzidas .....  | 76 |
| Tabela 11: Expressão do sujeito nas cláusulas causais desenvolvidas .....  | 84 |
| Tabela 12: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito nas cláusulas causais desenvolvidas ..... | 85 |
| Tabela 13: Posição estrutural das cláusulas causais desenvolvidas.....   | 86 |
| Tabela 14: Mudança potencial da ordem nas cláusulas causais desenvolvidas.....                                   | 88 |
| Tabela 15: Material interveniente entre as cláusulas nucleares e as cláusulas causais desenvolvidas.....         | 89 |
| Tabela 16: Tempo e modo do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas.....              | 90 |
| Tabela 17: Apresentação estrutural do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas .....  | 92 |
| Tabela 18: Tipo semântico do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas.....            | 94 |
| Tabela 19: Fatores sociais e cláusulas causais desenvolvidas .....   | 95 |
| Tabela 20: Distribuição das cláusulas temporais reduzidas e desenvolvidas .....                                  | 99 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 21: Elementos de ligação e redução de cláusulas temporais.....   | 100 |
| Tabela 22: Tempo e modo do verbo da cláusula margem e redução de cláusulas temporais.....                           | 103 |
| Tabela 23: Expressão do sujeito e redução de cláusulas temporais.....   | 105 |
| Tabela 24: Apresentação estrutural do verbo da cláusula núcleo e da margem e redução de cláusulas temporais.....    | 106 |
| Tabela 25: Tipo semântico do verbo da cláusula núcleo e da cláusula margem e redução de cláusulas temporais.....    | 108 |
| Tabela 26: Material interveniente entre a cláusula núcleo e a cláusula margem e redução de cláusulas temporais..... | 109 |
| Tabela 27: Mudança potencial da ordem e redução de cláusulas temporais.....   | 111 |
| Tabela 28: Posição estrutural da margem e redução de cláusulas temporais.....                                       | 112 |
| Tabela 29: Tempo e modo do verbo da cláusula núcleo e redução de cláusulas temporais.....                           | 114 |
| Tabela 30: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito e redução de cláusulas temporais .....       | 115 |
| Tabela 31: Escolaridade e redução de cláusulas temporais .....  | 116 |
| Tabela 32: Sexo e redução de cláusulas temporais .....  | 118 |
| Tabela 33: Idade e redução de cláusulas temporais .....   | 119 |

## ÍNDICE DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1: <i>Continuum</i> de dependência na combinação de cláusulas .....    | 28  |
| Quadro 2: Propriedades das cláusulas combinadas.....                          | 28  |
| Quadro 3: Distribuição dos informantes de acordo com as células sociais ..... | 48  |
| Quadro 4: Apresentação geral dos resultados para as cláusulas adverbiais..... | 125 |
| Quadro 5: Parâmetros de integração em cláusulas adverbiais .....              | 131 |
| Quadro 6: Gramaticalização de adverbiais .....                                | 133 |
| Quadro 7: Síntese de parâmetros gerais.....                                   | 133 |

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo um estudo sintático-semântico-discursivo da expansão e redução de cláusulas infinitivas na fala de florianopolitanos.

Conforme Bechara (1975), é possível *desdobrar* uma reduzida em uma correspondente de verbo na forma finita e introduzida por conectivo. Ainda conforme Bechara (*ibidem*), o emprego de reduzidas por desenvolvidas e vice-versa, pelo falante, seria um dos recursos possíveis para emprestar ao discurso elegância ou eficiência. Entretanto, não é apenas para conferir *elegância* ao discurso que os falantes utilizam formas diferentes para codificar o material lingüístico. De fato, podemos constatar que não há aleatoriedade no uso das formas da língua, pois a variação pode ser motivada por fatores lingüísticos e extra-lingüísticos.

Para Labov (1972), a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é comprovada. A análise de uma regra variável não é posta em evidência como uma descrição da gramática, mas como um mecanismo para descobrir sobre a gramática (Labov, 1978). Além disso, mais do que medir o peso dos fatores sociais, objetiva-se um retrato da estrutura gramatical da língua.

O fenômeno variável cláusulas reduzidas e desenvolvidas, a ser investigado neste estudo, também pode estar associado a um processo de gramaticalização, através do qual construções relativamente livres no discurso, motivadas pela situação de interação comunicativa, evoluem para construções relativamente fixas na gramática. Podemos incluir a combinação de cláusulas na gramaticalização, assumindo que esse processo abrange motivações para o desenvolvimento de estruturas gramaticais em geral.

Nesse sentido, pretendemos investigar a codificação das variantes – reduzidas de infinitivo e desenvolvidas – em contextos adverbiais, mais especificamente, tratamos das cláusulas finais, causais e temporais, descrevendo os fatores lingüísticos e extra-lingüísticos que caracterizam o uso dessas respectivas variantes e que privilegiam o emprego de uma ou de outra forma em situações de comunicação, e averiguando, também, graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos os dados do *corpus* da região urbana do município de Florianópolis, pertencentes ao banco de dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística na Região Sul do Brasil), com informantes estratificados de acordo com as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos o quadro teórico em que se insere esta pesquisa, composto pela associação do Funcionalismo Lingüístico e da Teoria Variacionista. O Funcionalismo amplia os níveis de abrangência da gramática, permitindo incluir a combinação de cláusulas em um processo de gramaticalização. Além disso, concebe a língua como instrumento de interação em uma comunidade de fala, onde fenômenos de variação e mudança podem surgir, motivados pelo caráter dinâmico e heterogêneo da língua. Nessa perspectiva, os pressupostos teóricos do Funcionalismo e a aplicação dos fundamentos teórico-metodológicos postulados pela Teoria Variacionista podem apontar o caminho para a descrição do fenômeno lingüístico em análise.

O segundo capítulo é destinado ao aprofundamento de postulados teóricos voltados especificamente à gramaticalização e combinação de cláusulas. Apresentamos, ainda neste capítulo, alguns estudos que se situam no âmbito desses temas, entretanto, nenhum desses trabalhos focaliza diretamente a expansão e a redução.

O terceiro capítulo expõe algumas dificuldades encontradas na definição do estatuto sintático das cláusulas que compõem os dados de fala investigados. Nesse capítulo, determinamos, ainda, os contextos interclausais adverbiais finais, causais e temporais em reduzidas de infinitivo e desenvolvidas como o fenômeno variável a ser pesquisado.

No quarto capítulo, indicamos os procedimentos metodológicos envolvidos na efetivação deste trabalho. Primeiramente, especificamos como realizamos a coleta, o tratamento e a análise quantitativa de dados, esta última através do programa VARBRUL (Pintzuk, 1988). Na seqüência, delimitamos as variantes com o estabelecimento de restrições a fim de que os contextos duvidosos, ambíguos ou de não variação sejam eliminados. A seguir, apresentamos os objetivos que norteiam este trabalho, os problemas e as hipóteses estabelecidos para esta investigação e, por fim, os grupos de fatores condicionadores a serem testados.

No quinto capítulo, analisamos, em três seções, a partir de tratamento estatístico, os resultados gerais para os tipos de cláusulas adverbiais reduzidas de infinitivo e

---

desenvolvidas pesquisados: na primeira seção, discutimos os resultados obtidos para as cláusulas finais; na segunda, para as causais e, na última, para as temporais. As finais e as causais, por mostrarem comportamentos praticamente categóricos quanto à sua forma de codificação, não receberam tratamento variacionista e, na apresentação das respectivas análises, são consideradas apenas sob uma perspectiva de integração e gramaticalização. Já as temporais são apresentadas associando-se o enfoque variacionista e a perspectiva de gramaticalização. Nesse sentido, através dos grupos de fatores levantados buscamos indicar graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização e, ainda, caracterizar os contextos de uso para cada uma das cláusulas.

## **CAPÍTULO I**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo inicial, apresentamos o quadro teórico em que se insere esta pesquisa, composto pela Teoria da Variação Lingüística (cf. Labov, 1972, 1978) e pelo Funcionalismo Lingüístico (cf. principalmente Givón, 1995; Lehmann, 1988; Heine et alii, 1991; Hopper, 1991 e Hopper e Traugott, 1993). O Funcionalismo concebe a língua como instrumento de interação social. Em situações de interação lingüística, o caráter dinâmico e heterogêneo da língua pode proporcionar contextos de variação e mudança. O fenômeno variável cláusulas reduzidas e desenvolvidas também pode estar associado a um processo de gramaticalização. Nessa perspectiva, os pressupostos teóricos do Funcionalismo e da Teoria Variacionista podem fundamentar a descrição do fenômeno lingüístico em análise.

#### **1.1 Teoria da variação lingüística**

As situações de fala das quais participamos nos mostram que a língua falada é heterogênea e diversificada. Para Labov (1972:203), o investigador percebe que sua própria comunidade tem seu sistema lingüístico alterado de algum modo pelo contato com outras línguas, pelos efeitos da educação e pressões da língua padrão ou tabus e pela adição de dialetos especializados ou jargões. Para esse mesmo autor, a heterogeneidade não seria apenas comum, mas o resultado natural de fatores lingüísticos básicos.

Segundo Mollica (1992:13), “todas as línguas naturais humanas apresentam um dinamismo inerente, o que vale dizer que elas são heterogêneas por natureza”. É justamente a variabilidade da fala, presente em situações de comunicação, que constitui o objeto de estudo da Teoria da Variação.

A variação da língua não é aleatória, está condicionada por vários fatores que podem ser lingüísticos ou sociais. Como condicionadores lingüísticos podemos citar aspectos sintáticos, morfológicos, semânticos, fonológicos, discursivos e lexicais. Já como fatores externos à língua estão relacionados: sexo, idade, procedência geográfica,

escolarização, situação de fala e ainda outros fatores que poderiam ser referentes tanto aos falantes quanto aos atos de fala.

Os condicionadores lingüísticos e sociais podem determinar a estabilidade, ou não, de uma variável no sistema lingüístico. Nesse sentido, “a variação não implica necessariamente mudança lingüística (...). A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com resolução de morte para uma das variantes” (Tarallo, 1985:11).

Torna-se evidente a relação do modelo teórico-metodológico variacionista com o aspecto social. Esse modelo, proposto por Labov, relaciona língua e sociedade e busca a sistematização da variação existente na língua falada (Tarallo, *op.cit.*). Para Labov (1978), pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, não vindas de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente.

No estudo de fenômenos morfofonológicos a premissa básica da variação podia ser mantida: que duas ou mais formas alternantes ocorram no mesmo contexto com o mesmo significado. Segundo Silva-Corvalán (*apud* Silva, 1992), o sucesso dos estudos de variação fonológica de orientação laboviana motivou os sociolinguistas a aplicarem os mesmos métodos e técnicas à análise de casos de variação em sintaxe.

Para Callou *et alii* (1991:16), esse processo constitui-se um avanço para a variação: “depois de uma fase inicial em que predominaram trabalhos de natureza fonética, a teoria da variação avançou no sentido de abranger outros níveis de análise lingüística”. Segundo as autoras, a abordagem variacionista exige uma investigação aprofundada na busca dos condicionamentos de um fenômeno lingüístico, muitas vezes sem estabelecer limites entre diversos níveis de análise (fonético, prosódico, morfológico, sintático e discursivo).

Na abordagem de fenômenos não fonológicos, a manutenção do mesmo significado em formas alternantes demonstrou ser um ponto polêmico<sup>1</sup>.

Para Labov (1978), dois enunciados que têm o mesmo significado se referem ao mesmo *estado de coisas*. Assim, para a metodologia de orientação laboviana, o que deve ser considerado é o significado referencial, ou seja, a existência do mesmo *estado de coisas* para que possa haver um tratamento variacionista do fenômeno lingüístico.

---

<sup>1</sup> Lavandera (1978) assume atitude crítica em relação à variação fora do nível fonológico, contrapondo-se à abordagem variacionista proposta por Labov para as construções com *ativa* e *passiva*, no inglês.

Os procedimentos técnicos básicos para a análise de variação são descritos por Labov (*ibidem*). Primeiramente, é preciso isolar e definir os elementos que variam ao longo de uma mesma dimensão em resposta a um mesmo *estado de coisas*, ou seja, definir o envelope de escolhas lingüísticas à disposição de um falante que está respondendo a um dado estado de coisas. Em outra etapa, é necessário isolar o contexto no qual a variação é encontrada (separando-se gradualmente os casos em que a mesma forma tem funções diferentes, em que há neutralização da forma, em que há comportamento categórico).

Labov (*ibidem*) mostra não estar limitado aos efeitos dos fatores sociais nas escolhas lingüísticas. O autor considera que a discussão de Lavandera acerca da variabilidade parece retroceder a um período anterior no estudo da variação, quando a motivação primária era descobrir a motivação social de uma mudança de sons particulares, e demonstrar a distribuição ordenada das escolhas lingüísticas através do espectro social. No entanto, desde Labov, Cohen e Lewis (1968), a análise da variação tem igualmente se preocupado com os construtos internos no comportamento governado por regras, e a luz que esses construtos joga sobre as operações cognitivas e o “conhecimento” da gramática (*apud* Labov, 1978).

Desse modo, para uma análise relacionada com propriedades semânticas, discursivas ou pragmáticas, é importante observar se o traço semântico ou discursivo em questão se apresenta como um dos condicionamentos da variação ou se nem chega propriamente a haver alternância num mesmo contexto. É preciso, também, destacar a importância da identidade de contextos para que duas ou mais variantes possam ser atribuídas à mesma variável. Seguindo os procedimentos indicados por Labov (*ibidem*), na análise da variação, com o reconhecimento do contexto no qual a variação é encontrada, são separados os casos em que a mesma forma tem funções diferentes, ou casos em que há comportamento categórico.

Oliveira (1987) discute a dimensão da variável lingüística e quais são os casos que merecem tal rótulo. O autor estabelece os seguintes critérios para a delimitação de uma variável lingüística:

- a. isolamento de um conjunto de variantes de uma mesma variável;
- b. seleção de parâmetros para a análise das variáveis lingüísticas.



Também para Oliveira (*ibidem*), a partir de Labov (1978), para a definição de variantes e variáveis lingüísticas precisamos observar a referência a um mesmo contexto e ao mesmo valor de verdade. Em relação ao contexto devemos considerar tanto o contexto estrutural quanto o contexto cultural na delimitação dos fenômenos variáveis. A descrição gramatical de uma língua “vai além do estabelecimento das regras de trânsito gramaticais. Cada língua é um fenômeno social complexo e, como tal, sua descrição implica na incorporação de fatores de natureza não estrutural” (*ibidem*). Em relação aos parâmetros de análise, o autor salienta que, caso tenhamos dois conjuntos de parâmetros, por exemplo, parâmetros X e Y, e, se na análise X uma das variantes for ligeiramente favorecida enquanto na análise Y uma variante for fortemente favorecida, deveríamos preferir a análise Y, uma vez que esta análise minimiza a variação. Além disso, os casos de variação seriam resolvidos mais cedo ou mais tarde (*ibidem*)<sup>2</sup>.

## 1.2 Funcionalismo lingüístico

O funcionalismo concebe a língua como instrumento de interação, que não existe como estrutura arbitrária, mas sim, por causa de sua função nos grupos sociais. Nesta perspectiva, a língua é estudada como um fenômeno social. Além disso, são importantes para a compreensão da língua suas relações (ou funções) com o contexto, especialmente com o seu contexto de uso.

Determinadas expressões lingüísticas somente podem ser compreendidas quando analisadas a partir das informações contextuais e situacionais que são fornecidas durante a interação verbal. Numa abordagem funcionalista, considera-se que o falante tem a capacidade de produzir, interpretar, julgar sentenças e empregá-las de acordo com o uso da língua em uma comunidade de fala.

O funcionalismo também caracteriza-se por ser uma teoria preditiva, mas num sentido probabilístico. Procura explicar a ocorrência de dados lingüísticos, ou seja, explica que a maior freqüência de um determinado dado lingüístico está associada às funções da linguagem enquanto sistema comunicativo.

---

<sup>2</sup> A respeito das questões que apontou, Oliveira dá três sugestões: uma teoria lingüística deve prever o surgimento de casos de variação; as variantes de uma mesma variável tendem a se rejeitar mutuamente e os sistemas lingüísticos conspiram contra as variações (1987).

Para Nichols (1984), as teorias, análises e exposições gramaticais podem ser divididas em três tipos: estrutural, formal e funcional. A gramática estrutural descreve as estruturas gramaticais como fonemas, morfemas, relações sintáticas e semânticas, relações entre orações, constituintes, dependências, sentenças e, ocasionalmente textos e discursos. Já a gramática formal analisa o mesmo grupo de fenômenos, mas construindo um modelo formal de linguagem. Na gramática formal, o próprio modelo é objeto de descrição e o fenômeno da linguagem é o próprio material sobre o qual os argumentos são baseados. De outra forma, a gramática funcional preocupa-se não só com a estrutura gramatical e formal, mas também com a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo. Funcionalistas sustentam que a situação comunicativa motiva, restringe, explica ou determina a estrutura gramatical. Assim, não propõem um modelo, mas uma explanação centrada na situação comunicativa.

Desse modo, podemos dizer que estudos funcionalistas analisam a função comunicativa da linguagem. A principal função da linguagem seria a de estabelecer a comunicação entre os participantes de uma situação de fala. Mas *função* é um termo polissêmico<sup>3</sup>. Segundo Nichols (*ibidem*), todos os seus sentidos significam a dependência de algum elemento estrutural dado em relação a elementos lingüísticos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não estrutural). A autora estabelece os sentidos de função através de cinco componentes da gramática: função/interdependência, função/propósito, função/contexto, função/relação, função/significação.

Para Nichols (*ibidem*), a partir dos anos 70, o funcionalismo difere do da escola de Praga devido ao refinamento de alguns parâmetros pragmáticos e ao inventário de componentes estruturais.

---

<sup>3</sup> O termo função surgiu com a escola de Praga. A partir do esquema de Karl Bühler que indicou três funções da linguagem: a de representação, a de exteriorização psíquica e a de apelo, lingüistas do Círculo Lingüístico de Praga ressaltaram a prioridade da função comunicativa.

Ainda de acordo com Nichols (*ibidem*), podem ser distintas três abordagens funcionalistas em relação à concepção da relação entre forma e função: conservadora, moderada e extrema. A concepção conservadora reconhece as inadequações de uma análise formalista/estruturalista, mas não propõe, por sua vez, uma análise funcional de estrutura. A abordagem moderada propõe a substituição das análises formais/estruturais por análises funcionalistas da estrutura. A terceira abordagem, extremista, nega a realidade da estrutura independente. Para a visão extremista, inexitem regras sintáticas e qualquer estrutura é consequência da perda de transparência funcional. Qualquer estrutura lingüística seria explicada pelas condições e propósitos de uso.

Este trabalho inscreve-se em uma abordagem funcionalista moderada, ou seja, são usados, na análise do fenômeno lingüístico, princípios sintáticos e semânticos, além de funções desempenhadas no discurso e na interação verbal.

Para Givón, a gramática surge das necessidades comunicativas: “um conjunto de estratégias empregadas para se produzir uma comunicação coerente” (1993:01). A função comunicativa e a coerência podem ser definidas através do que é possível observar em um texto (metodologicamente) ou pelo processamento mental na produção e compreensão de textos. A produção de uma comunicação coerente pode ter estratégias comunicativamente motivadas, entretanto, essas estratégias podem tornar-se arbitrárias. Apresentaremos, a seguir, o princípio da proximidade, por ser relevante para a realização deste trabalho. O princípio da proximidade é um dos princípios icônicos que, em cada domínio gramatical, combinam-se com convenções aparentemente mais arbitrárias (Givón, 1990):

#### I. Princípio da proximidade

- a. “Entidades que estão funcional, conceptual ou cognitivamente mais próximas serão colocadas mais próximas no nível da codificação”.
- b. “Operadores funcionais serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente, no nível da codificação, à unidade conceptual para a qual forem mais relevantes”.

Conforme Givón (*ibidem*), a gramática parece ser internamente estruturada, contendo subsistemas que são mais relacionados entre si, tanto em função como em estrutura, do que outros, e, ainda, organizados hierarquicamente.

Assim, a sintaxe é vista como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica, no âmbito proposicional e a pragmática, no discursivo. A sintaxe reflete uma função, não é totalmente arbitrária, mas resulta de uma relação dinâmica entre princípios icônicos e simbólicos de codificação sintática.

Para os funcionalistas, não são as estruturas que são universais, mas as funções. Segundo Givón (1995), as funções semântico-proposicionais e pragmático-discursivas são mais universais do que as estruturas que as codificam. Entretanto, as funções universais devem ser consideradas em relação ao *grau*. Um dos argumentos apresentados para esta abordagem não reducionista é que diferentes línguas podem apresentar traços universais de modos diferentes (como por exemplo, tempo-aspecto-modalidade). Além disso, alguns traços semânticos, funções pragmáticas ou combinações de ambos não podem ser verificados em todas as línguas e, ainda, as funções codificadas pela gramática têm um caráter mais universal do que a semântica lexical, relacionada à diversidade de culturas.

Para Givón, as categorias cognitivamente marcadas também tendem a ser marcadas estruturalmente. Três critérios são apontados pelo autor para identificar uma estrutura marcada ou não marcada (1990):

- a. complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa ou maior do que a não marcada.
- b. distribuição da frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a não marcada.
- c. complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa por exigir mais esforço mental, atenção e tempo de processamento do que a categoria não marcada.

### 1.3 Gramaticalização

De acordo com DuBois (1985), a gramática não é estável, é um sistema dinâmico, parcialmente autônomo e parcialmente motivado por pressões externas. O mesmo autor caracteriza o fenômeno da gramaticalização como uma evolução de construções relativamente livres no discurso motivadas pela situação de interação

comunicativa, para construções relativamente fixas na gramática. Assim, a interação de influências internas e externas seriam forças em competição atuando sobre a língua.

Discutindo o princípio de exploração de velhos significados por novas funções e recrutamento de termos concretos por outros mais abstratos, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) sugerem que gramaticalização pode ser interpretada como resultado de um processo que tem um problema como seu principal objetivo, como por exemplo, solucionar o problema da representação usando estratégias metafóricas, a conceitualização pela expressão de uma coisa por outra, ou solucionar o problema de expressar a atitude dos falantes, valendo-se da mudança metonímica, indexicalizada ou pontuada por significados que podem estar apenas implícitos no contexto conversacional..

Para Lehmann (1991), gramaticalização pode ser considerada como criação de uma nova gramática, assim, a mudança que afeta uma unidade lingüística deve manter esse elemento sujeito às regras da gramática. Neste processo, três aspectos estão envolvidos:

- a. passagem de um elemento menos gramatical (inicialmente lexical) para um elemento mais gramatical;
- b. perda de substância tanto fonológica quanto semântica; as restrições de seleção se afrouxam;
- c. diminuição de liberdade de manipulação do elemento; ele se integra em um paradigma, torna-se cada vez mais obrigatório em certas construções e ocupa uma posição (em última análise, morfológica) fixa.

Alguns pesquisadores observaram que gramaticalização envolve perda de conteúdo semântico. Heine e Reh (1984) caracterizaram gramaticalização como uma evolução por meio da qual unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética.

No entanto, para Hopper e Traugott (1993), pode-se falar de enriquecimento pragmático, de fortalecimento, já que discutem o início da gramaticalização, isto é, as motivações que permitem que o processo se inicie. Para os mesmos autores, não há dúvida que os significados tendem a se tornar enfraquecidos durante o processo de gramaticalização, apesar disso, toda a evidência para estágios recentes é que há, inicialmente, uma redistribuição ou troca, não uma perda de significado.

Como formas gramaticalizadas se tornam cada vez mais sintaticizadas ou morfologizadas, elas param, com o passar do tempo, de carregar significado semântico ou pragmático. Isto pode ser visto quando os itens lexicais anteriores se tornam elementos sintáticos vazios, como é o caso de *do* (em inglês), ou quando morfemas separados anteriormente se tornam ligados e servem fundamentalmente como detrito morfológico após a fusão repetida (*ibidem*).

Conforme Hopper e Traugott (*ibidem*), a associação automática de branqueamento e de súbito esvaziamento de significado com a gramaticalização talvez seja prejudicada pelo fenômeno chamado *persistência*. Pela persistência, quando uma forma sofre gramaticalização de um item lexical a um item gramatical, alguns traços de seu significado original tendem a aderir a ele, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições em sua distribuição gramatical<sup>4</sup>.

De acordo com os mesmos autores, o processo de degradação de alguns significados lexicais e promoção de outros pode ser hipotetizado como típico da gramaticalização. Aqueles que são promovidos tendem a ser relativamente abstratos e particularmente relevantes à expressão de temporalidade, papel de relações, etc. (significados gramaticais). Além disso, eles tendem a ser mais salientes em contextos originais nos quais acontece a gramaticalização. Esses significados salientes persistem com o passar do tempo e restringem o uso recente da forma gramaticalizada. Branqueamento deve, portanto, ser tomado como uma noção relativa, e que pertence quase exclusivamente aos últimos estágios de gramaticalização (Hopper e Traugott *ibidem*).

Segundo Hopper e Traugott (1993), gramaticalização é o processo pelo qual itens lexicais e construções, em determinados contextos lingüísticos, vêm a preencher funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

A unidirecionalidade é considerada uma das características básicas do processo de gramaticalização. A mudança que envolve gramaticalização em contextos específicos

---

<sup>4</sup> Hopper e Traugott (1993) apresentam um exemplo para esse fenômeno: a marcação de caso acusativo em Gã. O caso acusativo em Gã pode apenas ser usado se o objeto é *afetado* pelo verbo (relação semântica). Pela mesma razão, o marcador de caso acusativo é inapropriado se o verbo é de experiência. Estes tipos de restrições existem porque Gã retém a restrição na marcação de caso acusativo que deriva de antecedentes históricos deste morfema gramatical no verbo lexical correspondente a 'to take': apenas objetos que podem ser movidos, apanhados são marcados morfológicamente com caso acusativo.

e que provém da passagem de um item lexical para um gramatical, ou ainda, de um estatuto menos gramatical para um mais gramatical é um processo irreversível (Hopper e Traugott, *ibidem*). Assim, poderíamos ter uma escala para a unidirecionalidade da gramaticalização: item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional (Hopper e Traugott, *ibidem*). A gramaticalização seria, então, um processo irreversível, unidirecional, que se desenvolve da esquerda para a direita em um *continuum* de mudança.

Em Givón (1979), encontramos o termo sintaticização para designar o processo no qual uma ordem de palavras pragmaticamente motivada se fixa em construções sintáticas e em padrões de concordância contemplados pela gramática.

Lehmann (1985) propõe princípios para o estudo da gramaticalização:

- a. paradigmaticização: tendência das formas gramaticais de arranjam-se em paradigmas;
- b. obrigatoriedade: formas opcionais podem tornar-se obrigatórias;
- c. condensação: redução de formas;
- d. aglutinação: junção de formas adjacentes;
- e. fixação: ordens lineares livres tornam-se fixas.

Os princípios propostos por Lehmann (*ibidem*) são característicos de um estágio reconhecido e avançado de gramaticalização. Hopper (1991) sugere princípios que caracterizem não apenas estágios finais de gramaticalização, mas estágios que apresentem diferentes graus de gramaticalização: *layring*, divergência, especialização, persistência e decategorização. Três desses princípios que estão relacionados com o nosso estudo são destacados a seguir:

- a. especialização: dentro de um domínio funcional, várias formas com diferentes nuances semânticas podem existir em um determinado estágio. À medida que ocorre o processo de gramaticalização, essa variedade de formas diminui e aquelas formas selecionadas adquirem significados gramaticais mais gerais. Restrições na escolha das formas podem tornar uma construção obrigatória.
- b. persistência: quando uma forma está em processo de gramaticalização, de uma função lexical para uma gramatical, mantém alguns traços da forma fonte, ou seja, alguns traços de seu significado original tendem a aderir à

forma nova e detalhes e sua história lexical podem se refletir em restrições sobre sua distribuição gramatical.

- c. decategorização: formas gramaticalizadas tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e sintáticas que são características das categorias lexicais (nome e verbo) e a assumir atributos de categorias secundárias como adjetivo, particípio, etc. Uma diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados causa o aparecimento de formas híbridas.

Para Hopper (1991), esses princípios não distinguem processos de mudança que resultam de gramaticalização, de outros processos. Os princípios propostos são comuns a mudanças em geral.

O caráter gradual da gramaticalização, destacado por Hopper (*ibidem*), remete à coexistência de formas em variação. Assim, embora seja possível que uma estrutura substitua uma outra completamente, ambas podem coexistir por um período considerável de tempo e essa variação é consequência da mudança lingüística. Heine e Reh (1984) confirmam que a gramaticalização é um *continuum* evolutivo e que a segmentação desse processo em unidades discretas é, de certo modo, arbitrária.

Heine e Reh (*ibidem*) parecem estar mais preocupados com o mecanismo interno do processo do que com onde a gramaticalização começa e termina. Segundo os autores (*ibidem*), tanto os processos que afetam diferentes níveis da estrutura lingüística aparecem em ordem cronológica quanto os grupos que os compõem:

- a. processo funcional: dessemantização, expansão, simplificação e união;
- b. processo morfossintático: permutação, composição, cliticização, afixação e fossilização;
- c. processos fonéticos: adaptação, erosão, fusão e perda.

As alterações em um nível podem vir acompanhadas de alterações em outro, portanto, quanto mais uma unidade lingüística estiver em processo de gramaticalização, mais acontece:

- a. perda de complexidade semântica, significância funcional e valor expressivo;
- b. perda de significância pragmática e ganho de significância sintática;



- c. redução do número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d. diminuição da variabilidade sintática, e maior fixação da posição;
- e. uso obrigatório em determinados contextos e agramatical em outros;
- f. coalescência semântica, morfossintática e fonética com outras unidades;
- g. perda de substância fonética.

## CAPÍTULO II

### GRAMATICALIZAÇÃO DE CLÁUSULAS

Neste capítulo, apresentamos, na primeira seção, pressupostos teóricos voltados especificamente à gramaticalização e combinação de cláusulas e, na segunda seção, considerações sobre alguns estudos que se situam no âmbito desses temas.

#### 2.1 Gramaticalização e combinação de cláusulas

A tradição gramatical distingue a relação entre as orações como coordenação e subordinação. Entretanto, por considerar que esta delimitação não abrange todas as nuances existentes na combinação de cláusulas, adotamos a perspectiva funcionalista (Hopper e Traugott, 1993; Hopper, 1991; Lehmann, 1988; Givón, 1995) segundo a qual as relações entre as cláusulas são estabelecidas através de diferentes graus de integração semântico-sintática. Para Hopper e Traugott (1993), a combinação de cláusulas é estabelecida em um *continuum*, ou seja, estágios intermediários de integração envolvem construções mais ou menos coesas. Associado à abordagem da distribuição das orações em graus diferentes de integração está o princípio de adjacência, segundo o qual a distância espaço-temporal na cadeia da fala tende a refletir a distância conceptual, ou seja, quanto mais vinculados semanticamente estiverem dois eventos, menor será a distância espaço-temporal entre os elementos lingüísticos na dimensão sintática linear do texto (Givón, 1995). A análise do princípio de adjacência parte da distinção realizada pelo filósofo Peirce entre iconicidade imagética e iconicidade diagramática. Enquanto a primeira refere-se à semelhança sistemática entre um item e seu referente, a segunda trata da organização icônica de signos, nenhum deles se assemelhando necessariamente a seu referente (Neves, 1997).

A possibilidade de incluir o processo de combinação de cláusulas na gramaticalização foi sugerida pelo trabalho de Givón (1979). Ele propôs uma trajetória de gramaticalização: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero. Por discurso, ele entende o modo frouxo, informal de comunicação na língua. Givón ilustrou os primeiros três estágios da trajetória (discurso > sintaxe > morfologia) por um

fenômeno como mudança de tópico a sujeito, de sentenças topicalizadas a cláusulas relativas e de cláusulas finitas em estruturas concatenadas a estruturas de complementação não finita (*I want I go > I want to go*).

Hopper e Traugott também admitem que a combinação de cláusulas pode ser vista sob a perspectiva da gramaticalização. Segundo os autores, se gramaticalização é definida amplamente para abranger as motivações para o desenvolvimento de estruturas gramaticais em geral, então o processo de combinação de cláusulas também pertence a esse domínio (1993).

Hopper e Traugott consideram que os vínculos clausais percorreriam uma trajetória de mudança, com a formação inicial de uma cláusula complexa a partir da combinação, em uma única estrutura, de dois núcleos autônomos mutuamente relevantes. Surgiriam, então, formas de interdependência cada vez mais complexas entre um núcleo e uma margem. Nesse sentido, cláusulas complexas estariam incluídas em um processo de gramaticalização. Contudo, sentenças complexas<sup>5</sup> podem diferir radicalmente entre línguas e entre falantes e ocasiões de fala em uma mesma língua ou em outra, da simples justaposição de cláusulas relativamente independentes, características da fala casual, à complexa dependência de construções retóricas vindas de um contexto de gramática escrita tradicional<sup>6</sup> (1993).

A ação de combinar as cláusulas e sinalizar esta combinação lingüisticamente é motivada por estratégias de produção retórica. A nova estrutura torna-se mais complexa no processo, porque agora consiste de duas subpartes. Assim, S1 e S2 independentes e autônomos em (3) são combinados em (4):

---

<sup>5</sup> Para os autores, uma sentença complexa, definida sintaticamente, é uma unidade que consiste de mais de uma cláusula (1993). Uma cláusula que pode ficar sozinha pode ser referida como um núcleo (Longacre 1985, *apud* Hopper e Traugott, 1993). Uma sentença complexa pode consistir de um núcleo e um ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais margens, cláusulas relativamente dependentes que não podem ficar sozinhas, mas exibem diferentes graus de dependência. Entre as cláusulas que formam margens, três tipos podem ser semanticamente distinguidos: aquelas que funcionam como frases nominais (chamadas complementos), aquelas que funcionam como modificadores de nomes (chamadas cláusulas relativas), e aquelas que funcionam como modificadores de frases verbais ou proposições plenas (chamadas cláusulas adverbiais) (Thompson e Longacre, 1985, *apud* Hopper e Traugott, 1993). Ainda para os mesmos autores, analisando cláusulas do inglês, cláusulas adverbiais e apositivas relativas podem ser menos dependentes do que relativas restritivas em algumas línguas, ou em alguns estágios de uma língua.

<sup>6</sup> É através de mudanças sintáticas que cláusulas inicialmente separadas se tornam totalmente entrelaçadas de tal modo que os limites entre as cláusulas ficam obscuros no nível de superfície (por exemplo: (It seems that he is right > He seems to be right) ou a cláusula pode tornar-se ligada a um constituinte da cláusula matriz (Hopper e Traugott, 1993).

(3) S1 ↔ S2

(4)     S  
       ↙     ↘  
       S1   ↔   S2

Sentenças complexas variam de múltiplos núcleos que são justapostos sob um mesmo contorno entoacional mas que não tem indicação segmental de uma relação gramatical entre eles, a combinações de núcleos e margens nos quais este relacionamento é bastante estreito.

Os mesmos autores (*ibidem*) sugerem um quadro para a combinação de cláusulas com três categorias distribuídas em um *continuum* com diferentes graus de dependência e encaixamento: parataxe > hipotaxe > subordinação:

| parataxe                    | hipotaxe         | subordinação                |
|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| independência               | interdependência | dependência                 |
| núcleo                      |                  | margem                      |
| integração mínima           |                  | máxima integração           |
| elos maximamente explícitos |                  | elos minimamente explícitos |

**Quadro 1: Continuum de dependência na combinação de cláusulas**

A parataxe caracteriza-se pela relativa independência das cláusulas cujas ligações semânticas são dadas pela pragmática da relevância. A hipotaxe caracteriza-se pela relativa interdependência, isto é, há um núcleo e várias cláusulas relativamente dependentes daquele núcleo sem que haja relação de encaixamento. A subordinação caracteriza-se pelo encaixamento: a margem está totalmente incluída na cláusula núcleo.

Os mesmos autores apresentam a interação de algumas propriedades para pensar sobre o *continuum* de combinação de cláusulas sob o ponto de vista da gramaticalização:

| parataxe       | hipotaxe       | subordinação   |
|----------------|----------------|----------------|
| - dependência  | + dependência  | + dependência  |
| - encaixamento | - encaixamento | + encaixamento |

**Quadro 2: Propriedades das cláusulas combinadas**

O processo mínimo na combinação de cláusulas é a unificação e a vinculação, ao menos pragmaticamente. Tal vinculação é, freqüentemente, mais no caso da subordinação, acompanhada de degradação hierárquica e dessentencialização, conseqüentemente, decategorização de um membro de uma estrutura complexa em uma

margem. Um núcleo contém um verbo. Portanto, decategorização tipicamente acarreta redução da *finitude* do verbo (Hopper e Traugott, 1993). Os autores entendem que, a um *continuum* de dependência corresponde um *continuum* de integração gramatical, por exemplo, finitude na esquerda e não finitude na direita.

Lehmann (1988) também sugere parâmetros semântico-sintáticos para a análise de graus de integração entre as cláusulas:

- a. degradação hierárquica da cláusula subordinada;
- b. nível sintático do constituinte ao qual a cláusula subordinada se liga;
- c. dessentencialização da cláusula subordinada;
- d. gramaticalização do verbo principal;
- e. entrelaçamento de duas cláusulas;
- f. grau de explicitação do elo.

Uma vez que na morfologização há uma forte correlação entre grau de gramaticalização de um item e restrições quanto à sua mobilidade (Lehmann, 1985), podemos esperar que as cláusulas reduzidas mais gramaticalizadas também sofram restrições em relação à mobilidade posicional.

Outro critério apontado por Lehmann (1988) para a análise do grau de integração entre a cláusula núcleo e a cláusula margem é a correlação modo-temporal entre as cláusulas, partindo-se da idéia de que haveria uma dependência, ao menos parcial, do tempo da cláusula margem em relação ao da sua nuclear<sup>7</sup>.

Assim, a integração sintática em uma construção seria associada à integração semântica existente entre os eventos codificados pelas cláusulas em análise. A partir dos critérios propostos por Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), a hipótese de maior integração seria mensurável por parâmetros como:

- a. tipo de vínculo sintático com a cláusula núcleo (complementação verbal);

---

<sup>7</sup> Este parâmetro foi testado por Neves e Braga (1998) em enunciados de tempo e condição. As autoras consideram que a flexibilidade dos resultados encontrados para este fator sugere que “a flexão modo-temporal da hipotática não é determinada apenas pela flexão do verbo da oração nuclear, e que a explicação para essa relação precisa enriquecer-se consideravelmente, de modo a incluir informações outras, tais como tipo de conectivo, a posição, etc.” Segundo Neves e Braga (*ibidem*), a variável determinação de tempo e de modo, no caso dos enunciados em estudo, não pode validar a hipótese de dependência do tempo da oração hipotática em relação ao da sua nuclear.

- b. sujeito da cláusula infinitiva não expresso e correferencial em relação ao sujeito da cláusula núcleo;
- c. posição estrutural fixa;
- d. menor quantidade de material interveniente entre a cláusula núcleo e a margem;
- e. correlação modo-temporal potencial entre a cláusula núcleo e a cláusula margem.

## 2.2 Olhares sobre a gramaticalização e combinação de cláusulas

Apresentamos, a seguir, considerações sobre alguns estudos feitos em inglês e em português, envolvendo os temas gramaticalização e combinação de cláusulas, os quais serviram de suporte para nosso trabalho. Resenhamos brevemente os estudos de: Mathiessen e Thompson (1988), Thompson (1985), Dias (1998), Cezário *et alii* (1996), Neves e Braga (1998), Gryner (1995), Neves (1998), Paiva (1998), Braga (1996), Souza (1997), Bernardo (1999), Görski (1996) e Paiva (1995). Entretanto, tais estudos não focalizam especificamente nosso fenômeno de estudo, a redução e o desenvolvimento de cláusulas.

Para Mathiessen e Thompson (1988), é possível comparar a organização de cláusulas e o discurso. Eles levantam a hipótese de que a combinação de cláusulas seja uma gramaticalização de unidades retóricas do discurso. Nesse estudo<sup>8</sup>, os autores distinguem combinação de cláusulas de encaixamento e de coordenação e analisam a combinação de cláusulas hipotáticas que envolvem algum tipo de relação circunstancial<sup>9</sup> como condição, causa, finalidade, tempo, espaço e modo.

Mais especificamente, eles mostram que a combinação de cláusulas hipotáticas é melhor entendida como gramaticalização de relações núcleo-satélite que caracterizam a organização retórica de certos tipos de discurso escrito.

---

<sup>8</sup> Mathiessen e Thompson (1988): The structure of discourse and 'subordination'.

<sup>9</sup> Os mesmos autores (1988) consideram a terminologia utilizada nesta área não muito clara. O termo cláusula *subordinada* é, às vezes, empregado para referir uma função particular que uma cláusula pode ter; a cláusula é subordinada em relação a uma unidade gramatical, e, outras vezes, é empregado para referir uma classe particular de cláusulas. De modo semelhante, o termo cláusula *adverbial* é utilizado para designar uma função que uma cláusula pode ter e também uma classe particular de cláusulas. Assim, preferem não utilizar estes termos que podem refletir uma mistura de critérios no tratamento das cláusulas.

Os autores sugerem que todo texto possa ser descrito em termos da relação hierárquica existente entre suas várias partes, ou seja, a articulação clausal pode ser determinada pelas relações funcionais de um texto (*ibidem*). A partir de Halliday (1985), Mathiessen e Thompson (1988) argumentam que a cláusula complexa é importante na língua falada porque representa o potencial dinâmico do sistema - a habilidade de coreografar padrões intrincados de movimentos semânticos enquanto mantém um fluxo contínuo de discurso coerente.

Como conseqüência de sua hipótese de que hipotaxe em inglês seja gramaticalização de relações retóricas, os autores (*ibidem*) apontam a possibilidade de que a gramática de combinação de cláusulas seja diferenciada de uma língua para outra, estabelecendo-se, então, outra questão: em que medida e como a gramática de combinação de cláusulas reflete a organização retórica do discurso em uma determinada língua?

Thompson (1985) estudou cláusulas reduzidas finais em inglês escrito com dois objetivos principais: pesquisar a relação entre discurso e gramática e, dadas as posições inicial e final<sup>10</sup>, quais os fatores que determinam a posição para a maioria das cláusulas finais.

Segundo Thompson (*ibidem*), não se trata apenas de escolher entre duas posições para uma cláusula, a questão deve ser considerada mais amplamente. Há dois tipos diferentes de construções, uma cláusula final anteposta e uma cláusula final posposta<sup>11</sup> que partilham a mesma morfologia, mas que se comportam de modos diferentes na organização do discurso<sup>12</sup>.

Um dos resultados apontados por Thompson (*ibidem*) mostra que o número de cláusulas finais antepostas é muito menor do que o número de finais pospostas. Apenas 18% das cláusulas aparecem antepostas.

Para Thompson (*ibidem*), as cláusulas finais antepostas em inglês guiam a atenção do leitor de um modo bastante específico, indicando um problema, que surge de

---

<sup>10</sup> A possibilidade de existirem cláusulas finais intercaladas é mencionada pela autora. No entanto, em seus dados, não foram encontrados exemplos deste tipo de cláusula.

<sup>11</sup> A partir deste parágrafo, preferiremos utilizar os termos anteposta e posposta para as posições inicial e final, respectivamente.

<sup>12</sup> Essas observações são relacionadas a um estudo cuja fonte de dados é o inglês escrito. Entretanto, talvez fosse interessante uma comparação dos resultados desta pesquisa com dados de fala. Segundo a autora (*ibidem*), o trabalho de organização do discurso normalmente é feito (na interação face a face) por gestos, entonação, movimento dos olhos, etc.

expectativas criadas pelo texto ou inferidas dele, para o qual o material seguinte, freqüentemente consistindo de muitas sentenças, apresenta uma solução.

Já as cláusulas finais pospostas não servem para guiar a atenção do leitor, isto é, elas não desempenham qualquer papel temático no discurso em que estão inseridas. O papel da cláusula final posposta é muito mais local, apenas situa o propósito do qual a ação expressa na cláusula precedente está encarregada. Conseqüentemente, o escopo da cláusula final posposta é restrito à cláusula principal imediatamente precedente (Thompson, *ibidem*).

Para Thompson (*ibidem*), é possível observar a diferença entre as duas posições para as cláusulas finais em termos da noção de iconicidade. A iconicidade pode ser evidenciada em ambos os níveis - semântico ou local - tanto quanto textual ou global; em cada caso, a posição da cláusula final pode ser iconicamente motivada.

Outra característica das cláusulas finais antepostas em inglês, apresentada por Thompson (*ibidem*), é que elas podem ter muitas cláusulas sob seu escopo, ou seja, o material que descreve a solução para o problema indicado pela cláusula final é freqüentemente expresso por meio de muitas cláusulas ou mesmo sentenças.

Dias (1998), estudando cláusulas finais no português de contato dos índios do Xingu com os brancos, estabelece duas hipóteses: as cláusulas finais adverbiais são polissêmicas e apresentam um processo de gramaticalização.

É interessante notar que, segundo a autora, nos dados pesquisados não foi encontrada nenhuma cláusula final desenvolvida (*ibidem*).

A gramaticalização e a integração entre cláusulas também foi analisada por Cezário *et alii* (1996), embora neste estudo o interesse das autoras estivesse concentrado no comportamento geral dos verbos que exigem cláusula encaixada. Cezário *et alii* (*ibidem*) partem do princípio da adjacência, ou seja, argumentam que dois conteúdos que estão mais distantes, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas que mantêm certa autonomia semântica e sintática; os dois conteúdos que estão mais próximos, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas fundidas (reanalizadas), em que o primeiro elemento verbal tem principalmente função gramatical e o segundo, função semântica. Desse modo, elas explicam a migração de determinados verbos para uma classe menos fechada enquanto outros verbos permanecem plenos.



Conforme Cezário *et alii* (*ibidem*) as diferenças estruturais dos verbos proposicionais, emotivos e efetivos podem explicar tanto o grau de integração semântico-sintática entre a cláusula principal e a cláusula subordinada, quanto a abstratização dos sentidos dos verbos.

Para as mesmas autoras, na passagem de um verbo pleno a auxiliar ocorre a reanálise, uma vez que a identidade dos sujeitos da cláusula principal e da subordinada possibilita o controle do sujeito de *a* sobre o sujeito de *b* (*ibidem*).

Cezário *et alii* (*ibidem*) sugerem, também, que nos usos de uma única forma, como, por exemplo, o verbo querer, há diferentes graus de integração, o que torna possível observar a derivação de estruturas paratáticas do tipo [eu quero] mais [você sai] para estruturas hipotáticas do tipo [eu quero que você saia] e destas para locuções verbais, como [eu quero sair].

A mudança semântica em direção à abstratização do conteúdo de itens lexicais, segundo as autoras, ocorre paralela à mudança sintática. A abstratização possibilitaria, então, a entrada desses itens na gramática (*ibidem*).

O grau de gramaticalização também foi investigado por Neves e Braga (1998) em construções hipotáticas temporais e construções hipotáticas condicionais. A hipótese das autoras era de que quanto maior a integração da oração hipotática à nuclear, maior o grau de gramaticalização.

A partir de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) que sugerem uma escala unidirecional<sup>13</sup> de categorias com as quais operam os processos cognitivos relacionados à mudança no estatuto categorial do item em processo de gramaticalização e de hipóteses estabelecidas pelos mesmos autores que funcionariam como procedimento de descoberta dos graus relativos de gramaticalização da marcação de caso<sup>14</sup>, Neves e Braga (1998) investigam a possibilidade de os enunciados de tempo e de condição estarem em posições diferentes no *continuum* da gramaticalização.

<sup>13</sup> Escala proposta por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991):

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE.

<sup>14</sup> As hipóteses apresentadas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) são relacionadas à marcação morfológica de caso, entretanto, Neves e Braga (1998) tentam ampliar o poder preditivo destas hipóteses para que possam ser aplicadas também em outros níveis. São estas as hipóteses:

- a. "Uma categoria que se refere a um conceito que tem potencialmente três dimensões físicas é menos gramaticalizada do que uma que se refere a um conceito que tem apenas uma dimensão possível, a qual, por sua vez, é menos gramaticalizada do que aquela cujo referente não exibe nenhuma dimensionalidade física".
- b. "Se duas categorias diferem uma da outra apenas pelo fato de que uma expressa uma relação temporal enquanto a outra expressa alguma relação lógica, então a última é mais gramaticalizada" (1991).

As autoras tentam estabelecer que ESPAÇO é menos gramaticalizado do que TEMPO e que TEMPO é menos gramaticalizado do que a categoria CONDIÇÃO, CAUSA ou MODO (*ibidem*).

Os dados examinados pelas autoras incluem os enunciados de tempo e condição em relação às propriedades posição<sup>15</sup>, realização do sujeito e determinação modo-temporal hipotática (*ibidem*).

Os resultados apresentados pelas autoras mostram motivações em competição no jogo da linguagem. Enquanto a análise das variáveis ordem relativa das orações e realização do sujeito em cada uma das orações indica que as construções condicionais são mais integradas e, portanto, mais gramaticalizadas do que as temporais, os resultados de outra variável apontam para as temporais como as mais integradas.

Gryner observa que não se pode associar mecanicamente uma variante a um tipo específico de vinculação: “o grau de vinculação entre as cláusulas não é pre-determinado *in abstracto*, com base em sua expressão gramatical. Ele decorre da interação dos contextos (favoráveis ou desfavoráveis) em que a estrutura é usada” (1995)<sup>16</sup>.

A análise probabilística auxilia na descrição das relações interclausais, possibilitando a sistematização do conjunto de traços distintivos que caracterizam os diferentes estágios dos graus de vinculação e a identificação quantitativa e qualitativa da trajetória de um estágio a outro (Gryner, *ibidem*).

Parece ser possível, portanto, a partir das indicações de vários parâmetros de análise configurar um conjunto de atributos que podem demonstrar em que medida a unidade clausal encontra-se vinculada e, conseqüentemente, gramaticalizada.

A gramaticalização e a articulação de orações é abordada ainda por Neves (1998) que busca avaliar o estatuto mais gramatical ou menos gramatical de determinados elementos conjuntivos oracionais, dentro do quadro da gramática da língua. Segundo a autora (*ibidem*), esses elementos podem ser colocados em pontos de escalas, de acordo

---

<sup>15</sup> Neves e Braga (1998), referindo-se às cláusulas intercaladas, argumentam que “uma oração que esteja circundada por material de outra é mais estreitamente vinculada a essa do que uma oração que, completa, a preceda ou anteceda”. Ainda de acordo com as autoras, a remoção da oração hipotática não é muito simples, já que é preciso considerar a ordenação dos constituintes da oração núcleo que a envolvem e a relação destes elementos com, por exemplo, a distribuição da informação, anáfora ou focalizador. Neves e Braga (*ibidem*) identificam um contexto que elas denominam *fraca intercalação* para designar as construções de tempo e condição, que independentemente da ordem em relação à nuclear, são vinculadas, como um todo, por um conectivo ou seqüenciador ao contexto precedente.

<sup>16</sup> Gryner (1995): Graus de vinculação nas cláusulas condicionais.

com os diferentes estágios em que se encontram no processo de gramaticalização, na direção do estatuto de conjunção.

Assim, para a coordenação a autora propõe a seguinte escala, na direção do menos gramatical para o mais gramatical: entretanto, contudo, todavia, etc. ⇒ porém ⇒ mas ⇒ e, ou. Para a subordinação, propõe o seguinte percurso: embora ⇒ porque ⇒ se<sup>17</sup> (*ibidem*).

Paiva (1998) verificou a relação da expressão de causalidade no Português de Contato<sup>18</sup> com o processo de gramaticalização da combinação de orações. A hipótese investigada foi a de que em estágios iniciais de aquisição, o falante utilizaria uma forma mais frouxa de combinação de cláusulas e depois passaria a empregar as formas de articulação de maior estreitamento sintático.

Para Paiva (*ibidem*), a expressão de causalidade torna-se mais gramaticalizada no Português de Contato à medida que o indígena domina o português, isto é, de formas paratáticas passa a utilizar as formas de ligação mais estreitas - hipotáticas. Esse percurso reproduz o caminho da mudança lingüística nos processos de articulação de cláusulas (Paiva, *ibidem*).

Segundo a mesma autora (*ibidem*), os resultados de seu estudo comprovam o princípio da unidirecionalidade do processo de gramaticalização, já que “atua de forma sistemática em processos distintos, embora aparentados: a mudança nas línguas humanas e a aquisição de segunda língua”.

O comportamento de orações reduzidas de gerúndio foi estudado por Braga (1996) enfocando as orações que exprimem a relação de tempo-condição. Uma comparação destas orações foi realizada com as subordinadas desenvolvidas e com as seqüências de orações coordenadas que codificam a mesma relação. A autora analisou quatro parâmetros: posição da oração de gerúndio em relação à oração núcleo, identidade e explicitude do sujeito, e nível sintático do constituinte ao qual a oração de gerúndio se vincula. Em relação ao primeiro parâmetro, as orações de gerúndio estão próximas da subordinada desenvolvida, para o segundo e o terceiro parâmetros, os resultados apresentam um perfil diferenciado para as orações de gerúndio, já quanto ao último, há um equilíbrio nos resultados (*ibidem*).

---

<sup>17</sup> Em relação às conjunções subordinativas adverbiais, Neves cita a condicional *se* e a causal *porque* como representantes de conjunções latinas, já as conjunções concessivas são tardias (1998).

<sup>18</sup> Segundo Paiva (1998), o Português de Contato é uma variedade de português utilizada pelos grupos étnicos-lingüísticos do Alto Xingu na interação com o homem branco.

A análise qualitativa, segundo a autora (*ibidem*), “sugere que as orações de gerúndio, em português, também se mostram compatíveis tanto com uma motivação por economia quanto com uma por iconicidade”, o que caracteriza o traço de ambigüidade deste tipo de oração.

Os limites entre a coordenação e a subordinação são abordados por Souza (1997) em um estudo envolvendo as orações temporais. Segundo a autora (*ibidem*), a oração temporal não se representa numa unidade, mas num *continuum*, com graus diferentes de incorporação à oração núcleo. A autora questiona, apoiada na gramática funcional de Halliday (1985) e de Dik (1989), a classificação tradicional das orações temporais como subordinadas a uma oração principal (*ibidem*).

A autora propõe várias relações semânticas implícitas observáveis em orações temporais, por exemplo, nuances de condicionalidade, causalidade, contraste ou adição. Para Souza (*ibidem*), “essas implicações lingüísticas disputam no discurso um lugar com o significado básico temporal, podendo um, ou outro, ganhar maior destaque, em dependência da situação de comunicação”.

A partir das necessidades comunicativas, o usuário preenche uma posição com uma ou outra estrutura, “podendo as relações retóricas manifestarem-se por meio da parataxe, da hipotaxe ou do encaixamento” (Souza, *ibidem*).

Cláusulas temporais também são analisadas por Bernardo (1999). Entretanto, sua pesquisa investiga a hipótese de que as adverbiais temporais sejam sensíveis a restrições discursivas. Segundo a autora (*ibidem*), as cláusulas temporais prototípicas estariam preferencialmente presentes em narrativas e em outros tipos de discurso/texto, a noção temporal estaria mesclada a outros valores circunstanciais.

Görski (1996), estudando o fenômeno da ordenação em cláusulas adverbiais temporais, analisa dois aspectos conflitantes: “de um lado, a adverbial anteposta teria um escopo temático abrangente, o que envolve continuidade temática (componente de coerência discursiva); de outro lado, a anteposição estaria associada à ruptura temática (de acordo com o princípio pragmático da ordem linear)”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A coerência pode ser observada no texto em termos da continuidade ou recorrência de elementos e, portanto, associada a continuidade temática. De outro modo, a ruptura temática relaciona-se com o subprincípio pragmático da ordem linear. O princípio pragmático da ordem linear prevê que: - “a informação mais importante ou urgente tende a ser colocada primeiro no fluxo”; - “a informação menos acessível tende a ser colocada primeiro no fluxo” (Givón, 1990:972). Sob a perspectiva da cognição, Givón (*ibidem*) considera que a informação imprevisível e importante exige mais atenção e, ainda, que

Os resultados de sua análise apontam para a anteposição como consequência da atuação interativa de princípios de natureza distinta: o princípio da iconicidade e os princípios comunicativos que determinam a distribuição e a organização das informações no discurso (Görski, *ibidem*). Em relação aos fatores seqüencialidade de ações e figura, a autora constatou uma forte atuação do subprincípio semântico da ordem linear<sup>20</sup>, confirmando a afirmação de Givón (1993) de que “a preferência pela ordem seqüencial de eventos é mais visível na seqüência temporal (o anterior antes do posterior) e na seqüência causal (a causa antes do efeito)”. A autora verificou que a continuidade temática é mais relevante para a ordenação das cláusulas, entretanto, a descontinuidade, presente em junturas temáticas marcando a imprevisibilidade ou importância da informação, também é evidenciada pela cláusula temporal anteposta. Quanto à distribuição das informações no discurso, a autora verificou que a ordenação das cláusulas temporais segue o padrão velho-novo, com cláusulas antepostas associadas à informação velha e cláusulas pospostas associadas à informação nova<sup>21</sup> (*ibidem*).

Para Görski (*ibidem*), a ordenação de cláusulas é resultado da atuação interativa de princípios de natureza cognitiva e comunicativa.

Investigando a organização sintagmática de enunciados que expressam causalidade, Paiva (1995) constatou uma correlação entre a posição do segmento causal e a progressão informacional no enunciado. Assim,

a ordenação causa-efeito é mais freqüente quando a cláusula causal codifica uma informação já mencionada e está conectada a uma cláusula efeito com informação não mencionada no contexto anterior. A ordenação efeito-causa, ao contrário, tende a ocorrer quando uma cláusula causal com informação não mencionada no contexto está relacionada a uma cláusula efeito com informação já mencionada no contexto (*ibidem*:66).

---

ocupando a primeira posição, essas informações podem ser memorizadas de forma mais eficiente. Assim, a posição natural para ambas é a inicial.

<sup>20</sup> Princípio semântico da ordem linear:

- “a ordem das cláusulas no discurso coerente tenderá a corresponder à ordem temporal de ocorrência dos eventos descritos” (Givón, 1990:971).

<sup>21</sup> Görski (1996) constata que “Givón abandona o *status* informacional dos referentes e a possível correlação entre anteposição e informação velha vs. posposição e informação nova. Ou seja, opta por uma explanação baseada num princípio icônico em detrimento do princípio do dinamismo comunicativo. Pode-se, porém, indagar se uma motivação exclui a outra ou se ambas podem coexistir interagindo como forças de natureza distinta”.

Neste estudo, Paiva (*ibidem*) analisa a organização sintagmática de enunciados do discurso oral que expressam causalidade sob a perspectiva de dois princípios funcionalistas: o princípio de distribuição de informação e o princípio de iconicidade, enfocando a anteposição e a posposição de cláusulas causais justapostas e de cláusulas causais ligadas por conectores (com as formas *X então Y* e *Y porque X*).

Os resultados de seu estudo são condicionados pela superposição de efeito dos dois princípios enfocados. Através da ordenação causa-efeito o falante concretiza a noção de temporalidade na relação causal ao mesmo tempo que efetiva a coesão textual. Por outro lado, com a ordenação efeito-causa, mantém a continuidade discursiva, entretanto, ignora a sequencialidade temporal (Paiva, *ibidem*).

Com a reinterpretação do princípio de distribuição de informação<sup>22</sup>, a autora justifica a superposição de efeito dos dois princípios que “seriam derivados de uma motivação pragmática mais geral relacionada à questão da linearidade lingüística” (Paiva, *ibidem*).

---

<sup>22</sup> Para Croft (1990), o princípio de distribuição de informação seria interpretado como icônico “no sentido de que a ordem temporal dos elementos do enunciado reflete a ordem temporal de introdução de informação no discurso” (*apud* Paiva, 1995).

## CAPÍTULO III

### DESCRIÇÃO DO FENÔMENO

Algumas gramáticas normativas descrevem as orações reduzidas de infinitivo. Vejamos as considerações de Cunha (1994), Cegalla (1980) e Bechara (1975).

Cunha (1994:567) assim caracteriza as orações reduzidas de infinitivo: “as orações reduzidas de infinitivo podem vir ou não regidas de preposição e, como as desenvolvidas, classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais”.

O autor apresenta, ainda, a seguinte classificação das orações com alguns exemplos:

#### 1 Substantivas:

##### a. subjetivas:

É preciso *caminhar* com o passo certo.

##### b. objetivas diretas:

Espero também *poder* confiar em ti.

##### c. objetivas indiretas:

Encarregara-a de *anunciar-se* pessoalmente.

##### d. completivas nominais:

Estou ansioso por *ir* vê-lo.

##### e. predicativas:

A sua intenção era *comunicar* a Augusta o resultado.

##### f. apositivas:

A coragem é isto: *meter* o pássaro do medo na capanga.

#### 2 Adjetivas:

a. A visão logo se desvaneceu, ficando apenas os vidros a *ocultarem*, com seu brilho, o que lá dentro existia.

### 3 Adverbiais:

Vêm normalmente antecedidas de preposição e podem ser:

#### a. causais:

Por *serem* trivialidades, ninguém repara nelas.

#### b. concessivas:

Mesmo sem *saber* se jamais chegarei, apetece-me rir e cantar em honra da beleza.

#### c. condicionais:

A não *ser* isto, eu preferiria ficar na sombra.

#### d. consecutivas:

(...) levou o arrojo a *arrepisar* a testa do touro.

#### e. finais:

Conhece-lhes a vida para *poderes* afirmar tal coisa.

#### f. temporais:

Vela ao *entrares* no Porto.

Cegalla (1980:274) também faz referência às orações reduzidas: “oração reduzida é a que se apresenta sem conectivo e com o verbo numa forma nominal”. Esse mesmo autor apresenta, tal como Cunha, para as orações reduzidas de infinitivo, a mesma classificação em substantivas, adjetivas e adverbiais. Ele acrescenta, porém, às orações adverbiais o item *modais* como no exemplo: “Vivemos com loucos e entre loucos: é feliz ou muito hábil quem pode tratar com eles sem os *ofender* nem ser ofendido (*ibidem*)”. Cegalla destaca, ainda, orações que não podem ser consideradas reduzidas de infinitivo, como as de locuções verbais e as substantivadas (*ibidem*).

Entretanto, a observação de dados de fala em uso indica que definir o estatuto sintático de algumas cláusulas<sup>23</sup> não parece ser tarefa isenta de discussão. Essa indefinição ocorre devido à superposição de funções em uma mesma estrutura, e em

---

<sup>23</sup> Empregaremos *cláusula* em vez de *oração* por considerarmos que o termo oração está associado às abordagens gramaticais tradicionais. Entretanto, quando fizermos referência ao trabalho de algum autor, preservaremos a terminologia por ele utilizada. Além disso, preferimos usar a expressão *núcleo* em vez de *principal*, uma vez que nem sempre parece satisfatória a definição de principal. Parece-nos, ainda, que o termo núcleo esteja menos compromissado com a “importância do conteúdo” veiculado pela cláusula



parte, é decorrente, também, da partilha de elementos por ambas as cláusulas. Outro aspecto envolvido diz respeito aos graus de integração semântico-sintática na combinação de cláusulas.

A partir do exposto acima, e retomando a discussão acerca da classificação dos tipos sintáticos das cláusulas reduzidas, observemos alguns exemplos de dados de fala:

(1) Ele disse *pra mim ligar pra ele* (FLP20L314)<sup>24</sup>

Em (1), podemos inicialmente identificar uma estrutura com verbo bi-transitivo *disse* e seus complementos. No entanto, o elemento (*pra*) *mim* também pode ser considerado sujeito do verbo *ligar*<sup>25</sup>. Temos, em (1), um problema para a interpretação de um constituinte da sentença, que pode ser tanto objeto indireto do verbo matriz quanto sujeito da cláusula infinitiva<sup>26</sup>.

Para (1), poderíamos elaborar os seguintes desdobramentos:

(1) a. Ele disse *pra mim que (eu) ligasse pra ele*.<sup>27</sup>

b. Ele disse  $\emptyset$  (*pra*) *que eu ligasse pra ele*.

No enunciado (1a), a forma *pra mim* pode ser considerada como a de objeto indireto e o sujeito estaria apagado por ser correferente. No enunciado (1b), o objeto indireto do verbo da oração núcleo estaria apagado. Conseqüentemente, em (1), *mim* seria analisado como sujeito de infinitivo que assumiu a forma oblíqua com a presença

(cf. Mathiessen e Thompson, 1988). Para nos referirmos à cláusula dependente, ou seja, ligada à cláusula núcleo, usaremos o termo *margem* (cf. Hopper e Traugott, 1993).

<sup>24</sup> O código utilizado após o dado identifica, nesta ordem: a cidade de origem do informante – Florianópolis, o número da entrevista e o número da linha. Neste trabalho, a numeração dos exemplos reinicia a cada capítulo e, no último capítulo, a cada seção de análise dos tipos clausais.

<sup>25</sup> Poggio (1997), estudando as proposições infinitivas em Latim e em Português, observa a associação do acusativo complemento ao infinitivo. A autora cita o seguinte exemplo de uma sentença do Latim: *jube hunc abire aliquo* (ordena que este se vá para algum lugar), em que *hunc* é o complemento direto de *jube*, enquanto *abire* é o infinitivo final. Segundo a mesma autora, “o reagrupamento da articulação sintática, em decorrência da modificação do ritmo do discurso, fez com que *hunc abire* passasse a ser considerada uma unidade. Esse foi o ponto de partida para atribuir-se ao infinitivo um sujeito, mesmo se o verbo principal não regesse um acusativo” (*ibidem*).

<sup>26</sup> Görski (1999), analisando cláusulas *Para* INFINITIVO, afirma que a forma *pra mim* superpõe diferentes funções e que, como a forma realizada coincide com a de dativo, pode-se considerá-la objeto indireto. Assim, o sujeito da oração infinitiva estaria apagado por ser correferente.

<sup>27</sup> As cláusulas utilizadas em exemplos, que não são acompanhadas pelo código de identificação, não foram produzidas pelos informantes, mas elaboradas especialmente para este estudo.

de um *pra* complementizador, ou seja, uma preposição que se gramaticalizou como complementizador e que agora carrega traços de sua função de origem<sup>28</sup>.

Para Botelho Pereira e Roncarati (1993:24), em alguns contextos, nas orações que representam complementos requeridos por verbos transitivos, a presença de *para* “parece ser justificada pela necessidade de implementação de um elemento lexical no núcleo de COMP, atribuindo um caso estrutural oblíquo ao sujeito, dada a ausência de [+CONC] em FLEX”. As autoras denominam esse processo de reanálise e afirmam que esta reanálise está mais avançada nos dialetos não-padrão, com diferentes posições sintáticas para a presença do complementizador e do sujeito oblíquo de infinitivo. Para Langacker (*apud* Hopper e Traugott, 1993:40), reanálise é a mudança em uma estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca de sua manifestação na superfície.

Vejamos o seguinte exemplo do latim, apresentado por Tarallo (1994):

*“Urbem/ Syracusas/ maximam/ esse/ Graecarum/ auditis.*

Cidade/ Siracusa/ mais importante/ ser/ das gregas/ ouvistes.

Ouviste ser a cidade de Siracusa a mais importante das gregas.”

Nessa construção do latim, segundo Tarallo (1994), a substantiva infinitiva poderia completar a projeção argumental do verbo da oração principal ou como sujeito, ou como complemento direto sem preposição. Uma característica das infinitivas é ser o sujeito ou o objeto direto da oração principal. Observa-se, ainda, que o sujeito (*urbem*) e o predicativo (*maximam*) aparecem declinados no acusativo e não no nominativo, como seria esperado para o sujeito do verbo. Já o verbo *esse* apresenta-se sem flexão. No entanto, o latim mantinha três tempos para o infinitivo (presente, perfeito e futuro), “cuja função era a de indicar contemporaneidade, anterioridade e posteridade, respectivamente, da subordinada em relação à principal” (Tarallo, *ibidem*).

Segundo o autor, a substantiva infinitiva é o objeto direto de *audistis* (*ibidem*). O autor ainda argumenta que um sujeito em acusativo nas infinitivas latinas está associado ao não preenchimento de COMP<sup>29</sup> (*ibidem*).

<sup>28</sup> Segundo Noonan (1985), complementizador é uma partícula que funciona para identificar a entidade como um complemento, sendo este correspondente a um argumento de um predicado (*apud* Görski, 1999).

<sup>29</sup> Segundo o modelo teórico da gramática gerativa, “a derivação hipotática estabelece uma configuração em que a sentença dependente aparece encabeçada por uma posição sintática, cujo preenchimento se faz

Em português, o sujeito não apresenta mais a desinência de acusativo, uma vez que se perdeu o sistema casual. Entretanto, se no latim admitia-se para a substantiva infinitiva um estatuto sintático *híbrido* (sujeito *ou* objeto da oração principal), podemos supor que uma indefinição semelhante se mantenha em português, como no exemplo (1).

Observemos outros exemplos:

(2) Eu quase não tenho tempo *de fazer muita coisa* (FLP03L559)

A sentença complexa em (2) apresenta como objeto direto do verbo nuclear um sintagma nominal com seu complemento: uma oração reduzida substantiva completiva nominal (usando a terminologia das gramáticas tradicionais). Segundo Cunha (*op.cit.*:150), o complemento nominal “representa o alvo para o qual tende um sentimento, disposição ou movimento, e desempenha em relação ao nome o mesmo papel que o complemento verbal em relação ao verbo”.

No entanto, nem todas as cláusulas podem ter seu estatuto sintático definido com precisão como a reduzida apresentada em (2), uma construção prototípica completiva nominal. Em dados de fala, são frequentes as estruturas com superposição de funções, como:

(3) Ele teve tempo *pra pensar*, né? (FLP20L285)

Em (3), novamente encontramos problemas para a definição do estatuto sintático da cláusula reduzida. À semelhança de (2), temos em (3) o sintagma nominal - *tempo* - seguido de uma cláusula infinitiva, porém, enquanto em (2) a cláusula completiva é introduzida pela preposição *de*, em (3), o elemento introdutor da cláusula infinitiva é *pra*.

Retomando a discussão anterior acerca do uso de *para* ou *pra* como complementizador, poderíamos atribuir à cláusula reduzida em (3) um estatuto sintático *híbrido*. A cláusula infinitiva introduzida pelo elemento *pra* por um lado parece associar-se ao sintagma nominal da cláusula núcleo e, por outro, parece projetar o escopo do vínculo sintático da cláusula reduzida para a cláusula núcleo. Teríamos, no primeiro caso, uma completiva nominal e, no segundo caso, uma adverbial final.

---

pelos conectores. A essa posição dá-se o nome de COMP (ou seja: complementizador/conector)” (Tarallo, 1994).

Observemos outros exemplos:

(4) Ela já não tinha condições *de criar três* (FLP03281)

(5) Ela já estava passando dificuldades *pra criar aqueles três* (FLP03L268)

Do mesmo modo como em (2), em (4) constatamos que a estrutura da reduzida não apresenta problemas para a definição do seu estatuto sintático. Entretanto, em (5), a estrutura da cláusula infinitiva parece, como em (3), apresentar caráter *híbrido*, ou seja, superpõe as funções de completiva e adverbial devido à associação da cláusula reduzida ao sintagma nominal *dificuldades* ou à cláusula núcleo. A definição do estatuto sintático de algumas cláusulas também pode ser problemática em outro tipo de estrutura, como a encontrada em:

(6) Hoje já está uma vida bem mais fácil *pra mim viver com ela* (FLP07L54)

Em (6), a proximidade da oração destacada com o adjetivo parece atribuir-lhe, num primeiro momento, o estatuto de completiva nominal. Entretanto, a partir de (6), teríamos as seguintes interpretações:

(6) a. *Pra mim viver com ela*, hoje, já está uma vida bem mais fácil.

b. Ø *Viver com ela*, hoje, já está uma vida bem mais fácil *pra mim*.

Em (a), a presença de *pra* não acrescenta significado lexical à interpretação da sentença. O *pra* complementizador tem seu sentido preposicional enfraquecido e apenas atribui caso estrutural oblíquo ao sujeito *mim* (Botelho Pereira e Roncarati, *op.cit.*). Já na construção (b), *pra mim* é complemento nominal e não necessariamente precisa ser correferente ao sujeito. Em ambas as interpretações, a cláusula em destaque teria o estatuto de subjetiva. Porém, a ambigüidade gerada pelo elemento *pra mim* em (6) poderia levar à interpretação da cláusula infinitiva como completiva nominal.

Assim, em (6), podemos sugerir que a ordem de apresentação dos constituintes favorece o apagamento de um dos elementos - complemento nominal ou *pra* + sujeito - por serem correferentes.

Analisemos, ainda, as seguintes construções:

(7) Não está fácil *de passar com um salário* (FLP07L608)

(8) Então, por ali é bem mais fácil *a gente se localizar* (FLP22L447)

Aparentemente, a cláusula em destaque em (7) parece estar ligada ao adjetivo *fácil* em uma relação de complementação. No entanto, sintaticamente, as cláusulas infinitivas em (7) e (8) podem ser consideradas sujeitos dos verbos de suas respectivas cláusulas núcleos.

A possibilidade de caracterização do estatuto sintático dessas cláusulas, de modo diverso da definição efetuada pela tradição gramatical, justifica-se uma vez que determinadas estruturas não são contempladas pela descrição tradicional. No entanto, estas estruturas fazem parte dos dados de fala da língua. Sabe-se que os enunciados que compõem a língua são resultado do equilíbrio de pressões externas e internas. Além disso, os fenômenos lingüísticos são dinâmicos e, portanto, as estruturas e categorias também não são fixas nem estáveis.

Assim, constatamos que a superposição de funções em uma mesma estrutura, decorrente da partilha de elementos por ambas as cláusulas, é uma das motivações para a indefinição do estatuto sintático de algumas cláusulas infinitivas, como a discutida no exemplo (3).

Observamos, ainda, que a definição do estatuto sintático da cláusula infinitiva também está vinculada à análise dos graus de integração semântico-sintática na combinação de cláusulas.

As cláusulas infinitivas podem ser, ainda, desdobradas em outra cláusula de mesmo significado, desenvolvida. Para Bechara (1975:236), o desdobramento de uma oração reduzida em uma correspondente de verbo na forma finita e introduzida por conectivo é possível e realizado pelo falante como um recurso em sua expressão. Além disso, para esse mesmo autor, o emprego de reduzidas por desenvolvidas e vice-versa, “quando feito com arte e bom gosto, constitui um dos recursos para emprestar ao discurso elegância e eficiência” (*ibidem*). O autor apresenta, para ilustrar essa transformação, o seguinte exemplo: “Ao terminar a aula, sairemos = logo que a aula termine, sairemos” (*ibidem*). Entretanto, não é apenas para conferir *elegância* ao discurso que os falantes utilizam formas diferentes para codificar o material lingüístico. De fato, podemos constatar que não há aleatoriedade no uso das formas da língua, pois a variação pode ser motivada por fatores lingüísticos e extra-lingüísticos.

Nessa perspectiva, pretendemos descrever e analisar a codificação das variantes lingüísticas - reduzida de infinitivo e desenvolvida - detectando os fatores que

caracterizam o contexto de uso das respectivas variantes e verificando quais fatores lingüísticos e extra-lingüísticos privilegiam o uso de uma das formas em análise.

Para a realização deste trabalho, delimitamos o fenômeno de variação a ser analisado no âmbito das cláusulas adverbiais. Mais especificamente, tratamos das cláusulas finais, causais e temporais<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> As cláusulas finais, causais e temporais foram selecionadas por serem esses os tipos sintáticos que apresentam um número mais expressivo de dados. Além disso, um estudo preliminar incluindo todos os tipos de cláusulas apontou a possibilidade de algumas cláusulas apresentarem resultados categóricos quanto a sua forma de codificação.

## CAPÍTULO IV

### METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos envolvidos na efetivação desta pesquisa: a coleta de dados, a análise quantitativa e o estabelecimento de restrições na seleção das variantes. Apresentamos, também, os objetivos que fundamentam este trabalho, as hipóteses e os grupos de fatores testados.

#### 4.1 Coleta e tratamento de dados

Para a realização deste trabalho, utilizamos o *corpus* da região urbana do município de Florianópolis, um dos *corpora* integrantes do banco de dados do Núcleo Interinstitucional de Pesquisa VARSUL (Variação Lingüística na Região Sul do Brasil)<sup>31</sup>. Foram extraídos dados de 24 entrevistas com informantes estratificados por sexo, idade e escolaridade. Os dados desses informantes foram coletados seguindo-se os fundamentos teórico-metodológicos da Sociolingüística laboviana. A partir das informações obtidas, limitamos, para este estudo, os dados de análise às cláusulas adverbiais finais, temporais e causais reduzidas de infinitivo e desenvolvidas<sup>32</sup>.

Segundo Labov (1978), as variáveis lingüísticas ou regras variáveis não são em si mesmas uma “teoria da linguagem”, são mecanismos heurísticos. Estudos quantitativos são dados significativos para a compreensão da estrutura e da função da linguagem, permitem fazer um retrato da gramática de uma língua.

---

<sup>31</sup> O Projeto VARSUL compreende quatro Universidades do Sul do país (UFSC, UFPR, UFRGS e PUC-RS). Esse projeto possui um Banco de Dados do português falado em várias regiões dos estados do Sul, que serve como fonte de dados para diversas pesquisas de fenômenos lingüísticos (Knies C. & Costa, I. B. Manual do usuário. Banco de Dados Lingüísticos VARSUL. Mimeo).

<sup>32</sup> Os tipos clausais final, causal e temporal, analisados neste estudo, receberam tratamento diferenciado quanto à coleta de dados, porque apresentaram características muito específicas. No que se refere às cláusulas finais e causais, os dados coletados para cada informante correspondem à metade da entrevista, já que após a verificação de todo o registro, não encontramos dados que pudessem alterar o resultado apresentado. Ou seja, conforme discutiremos mais adiante, em 24 entrevistas, para as finais não encontramos mais do que cinco dados de desenvolvidas e para as causais não encontramos mais do que quatro dados de reduzidas. Em relação às temporais, coletamos dados de toda a entrevista, uma vez que essas cláusulas apresentam maior alternância no uso das variantes. Ainda assim, o número de dados encontrados mostrou-se restrito em virtude das restrições estabelecidas para a coleta (apresentamos as restrições ainda nesta seção) na busca do contexto em que a variação é encontrada (Labov, 1978).

Assim, os dados coletados foram submetidos à codificação para que fosse possível efetuar a análise quantitativa através do programa VARBRUL (Pintzuk, 1988)<sup>33</sup> e qualitativa, verificando as relações entre os fatores lingüísticos e sociais no contexto de uso das cláusulas desenvolvidas e reduzidas de infinitivo. A análise probabilística pode proporcionar as condições necessárias para a descoberta de como se comportam as estruturas usadas em uma situação de comunicação. Segundo Givón (1984),

no primeiro momento, a análise de uma cláusula só diz ao lingüista que algumas estruturas são possíveis, podem ocorrer. Não diz, de fato, nada acerca do contexto e do propósito de sua aparição, ou de quão freqüentemente essas estruturas aparecem em comparação com outras que aparentemente cumprem “a mesma” ou semelhante função.

Ainda para o mesmo autor (*ibidem*), o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição para relacionar a língua e a comunicação aos processos cognitivos.

Vejamos, a seguir, o quadro que representa a distribuição dos informantes:

|         | Primário  |          | Ginásial  |          | Colegial  |          |
|---------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
|         | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Idade A | 2         | 2        | 2         | 2        | 2         | 2        |
| Idade B | 2         | 2        | 2         | 2        | 2         | 2        |

**Quadro 3: Distribuição dos informantes de acordo com as células sociais**

## 4.2 Restrições para a seleção de dados

É importante estabelecer restrições na seleção das variantes a fim de que os contextos duvidosos, ambíguos, ou de não variação sejam eliminados. Descrevemos, a seguir, ocorrências que não foram consideradas como dados de análise.

Primeiramente, observemos as restrições estabelecidas para as cláusulas finais. Uma dessas restrições abrange cláusulas que possuem ligação sintática com um constituinte presente na cláusula núcleo, embora mantenham características semânticas de finalidade<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> O programa VARBRUL (Pintzuk, 1988) processa os dados e fornece as freqüências e o peso relativo para os fatores de cada variável independente (ou grupo de fatores condicionadores) em relação à variável dependente. Indica, ainda, por seleção estatística, a ordem de relevância dos grupos de fatores.

<sup>34</sup> Cláusulas desse tipo foram discutidas no capítulo três deste trabalho e foram chamadas *híbridas*.



Vejamos o exemplo (1):

(1) Contratei **fotógrafo** *pra gravar tudo* (FLP20L438)

Nesse caso, a cláusula *pra gravar tudo* está sintaticamente ligada ao nome **fotógrafo**. Poderíamos, então, substituir o constituinte *pra* pelo pronome relativo *que* e, assim, obteríamos a seguinte cláusula relativa:

(1) a. Contratei **fotógrafo** *que gravasse tudo*.

É possível observar, em uma seqüência temática desenvolvida pelo mesmo informante, a existência de construções sutilmente diferenciadas.

Vejamos os exemplos a seguir:

(2) chama no interfone alguém responsável, assim, **uma pessoa** *pra ficar responsável da correspondência* (FLP14L174)

(3) vamos fazer o seguinte: vamos botar uma pessoa no primeiro andar *pra ficar responsável* (FLP14L181)

No exemplo (2), a cláusula *pra ficar responsável* está sintaticamente ligada ao nome **uma pessoa**, enquanto no exemplo (3) a mesma cláusula está ligada à cláusula núcleo anterior.

Em nossos dados encontramos outras cláusulas sujeitas a esse tipo de restrição:

a. Cláusulas ligadas a nomes (mais concretos ou abstratos):

(4) eles tinham missa, eles tinham escola, eles tinham **oficina** *pra trabalhar* (FLP15L495)

(5) Não é mais uma **feira** *pra pessoa se divertir*, o carnaval (FLP15L377)

(6) Não batalho, com **medo** *pra reivindicar* (FLP10L628)

(7) Agora casando, aí a gente não tem muito **tempo** *pra sair de casa, né?* (FLP10L543)

b. Cláusulas ligadas a adjetivos:

(8) Ela responde, ela é **malandrona** *pra estudar*, sabes (FLP11L445)

c. Cláusulas ligadas a quantificadores:

(9) A gente vendia salgadinho, doce, **tudo** *pra poder sobreviver* (FLP18L83)

Cláusulas do tipo acima apontado foram excluídas da análise por não terem um estatuto claro de adverbial.

As cláusulas com *verbo ir (auxiliar) + verbo principal* (forma perifrástica de futuro), sem conector ou preposição, também foram excluídas da análise, mesmo com a presença de adjuntos.

Observemos o exemplo a seguir:

(10) a gente sempre **ia ali** *esperar meu pai* (FLP18L140)

Entretanto, as cláusulas com preposição (com ou sem adjuntos) foram consideradas, como os exemplos a seguir:

(11) a gente **ia pra** *conseguir um litro de leite* (FLP18L74)

(12) a gente **ia tudo pro muro pra** *ver o negócio do hasteamento* (FLP18L479)

Algumas construções, que incluem o *verbo dar + pra infinitivo* (com sentido de ser possível), são bastante recorrentes, no entanto, não são parte da análise deste trabalho.

Encontramos construções como essas nos exemplos a seguir:

(11) **dava pra** *ver* o mar (FLP18L231)

(12) praticamente almoçava porque a gente **dava pra** *repetir* (FLP18L352)

(13) ultimamente já não **dava** mais nem *pra pagar o pedreiro* (FLP20L534)

Parece ser possível observar, ainda, que a construção *pra ver* é utilizada em diversos contextos:

a. Como verbo pleno:

(14) Aí, eu ia todo dia *pra ver* ele passar (FLP08L174)

b. Como verbo pleno (no sentido de confirmar; saber, tomar conhecimento de):

(15) Ele está aguardando o próximo vestibular, *pra ver* se passa (FLP02L54)

c. Como marcador (em posição final ou inicial):

(16) a gente conseguiu fazer essa casa, *pra ver*, né? (FLP20L342)

(17) *pra você ver*, eu no meu tempo, eu chamo e dou lugar pra ela sentar (FLP06L172)

O último contexto, em que *pra ver* parece estar sendo usado como marcador discursivo, não foi considerado na análise dos dados.

Também foram descartados os dados para os quais não foi possível substituir a forma reduzida pela forma desenvolvida, como no exemplo a seguir:

(18) eu gostava de nataçãõ, mas *pra passar em termos, assim, de ficar dentro da piscina* (FLP01L354)

Analisemos, a seguir, restrições estabelecidas para as cláusulas causais. Uma dessas restrições diz respeito às cláusulas adendo<sup>35</sup>. Segundo Paiva (1991), cláusulas adendo constituem uma unidade entonacional independente daquela com que se ligam. Para Chafe (1984), as cláusulas adendo são típicas de contextos em que o falante, inicialmente, decide concluir sua afirmação depois da cláusula principal. Entretanto, após um acento descendente, final, acrescenta uma informação através de uma cláusula adverbial como um tipo de “afterthought”(apud Paiva, 1991).

Em alguns contextos, as cláusulas causais adendo interrompem a seqüência narrativa e apresentam uma informação sem muita importância para o desenvolvimento do discurso (Paiva, *ibidem*). Conforme Paiva (*ibidem*), os adendos são cláusulas pospostas associadas à introdução de informação nova.

As cláusulas adendo seriam usadas, principalmente, em situações discursivas passíveis de uma interrupção do interlocutor com a pergunta *por quê*. Ainda segundo Paiva (*ibidem*), têm “um papel na própria organização da interação verbal, constituem uma estratégia pela qual o falante fornece antecipadamente a informação que lhe poderia ser solicitada”.

Vejamos o seguinte exemplo de cláusula adendo excluída da análise:

(19) essa casa vai fazer o quê? Oito anos mais ou menos. *Porque eu fui indenizado lá pela Universidade, né?* Onde passou o asfalto (FLP05L326)

Em relação às causais, ainda foram descartados da análise dados que não apresentam possibilidade de variação, como no exemplo a seguir:

---

<sup>35</sup> As cláusulas adendo no discurso oral foram analisadas por Paiva (1991). A opção pela denominação *adendo* (que também fazemos neste trabalho) foi feita por Paiva (*ibidem*), a partir da tradução proposta por Marcuschi (1989).

(20) capacidade eu tenho, *porque quem toca o protocolo da minha repartição sou eu*  
(FLP02L226)

Em relação às temporais, também foram estabelecidas restrições na delimitação do contexto das variantes. Consideremos, primeiramente o fato de que algumas cláusulas temporais podem apresentar, em virtude da especificidade da situação de comunicação, uma diversidade de relações semânticas, além da noção de temporalidade propriamente dita (trabalhos como o de Souza (1997) e Bernardo (1999) desenvolvem-se a partir dessa premissa).

Assim, segundo Traugott e König (1991) a pressão para a informatividade seria um mecanismo através do qual o contexto discursivo pressiona o interlocutor a inferir outro valor que não aquele convencionalizado. A esses outros valores não convencionalizados estaria associado um processo de gramaticalização. Entretanto, algumas cláusulas temporais que em alguns contextos assumem outros valores semânticos e que, portanto, de acordo com Traugott e König (*ibidem*), inserem-se em um processo de gramaticalização, não apresentam o uso variável da forma reduzida e desenvolvida. Por esse motivo, essas cláusulas foram excluídas da análise dos dados.

Vejamos o exemplo:

(21) Ela sempre pedia assim *quando morresse* pra (gente) botar as roupas do guarda-roupa de umbanda nela (FLP03L1324)

Na cláusula em destaque em (21), podemos perceber que o valor temporal aparece junto com o valor de condição. Retomando, neste ponto, o princípio da persistência, sugerido por Hopper (1991), seria possível supor que esse tipo de cláusula, mantendo traços de valor temporal juntamente com o valor condicional, sofre gramaticalização, o que impossibilita, nesse caso, elaborar uma cláusula temporal reduzida que preserve o mesmo contexto e o mesmo significado.

Outra restrição para as cláusulas temporais diz respeito a cláusulas com uma outra característica peculiar, a noção espacial. Cláusulas que codificam apenas distância espacial não foram consideradas na análise, embora estruturalmente sejam semelhantes a cláusulas temporais<sup>36</sup>, conforme os exemplos:

---

<sup>36</sup> Algumas cláusulas codificam relações de tempo-espço. Retomaremos a descrição dessas cláusulas no decorrer da análise dos dados para as temporais.

(22) o ônibus foi se arrastando *até chegar num posto* (FLP09L746)

(23) era muito *depois de dobrar a quadra* (FLP24L514)

Em outros casos, não é possível considerar a cláusula como dado de análise ou por não ter um estatuto claro de adverbial temporal ou por não ser possível elaborar a reduzida correspondente.

Vejamos, respectivamente, os exemplos (24) e (25):

(24) eu acho que a coisa que mais me impressionou foi *na época que a mãe fazia renda* (FLP04L47)

(25) mas *desde que eu me criei*, começando por aqui pela minha casa, o homem é o que grita mais, né? (FLP12L631)

### 4.3 Objetivos

#### 4.3.1 Objetivo geral

- a. investigar, em contextos adverbiais, a codificação das variantes - reduzidas de infinitivo e desenvolvidas, buscando contribuir para a descrição do português falado no Sul do Brasil.

#### 4.3.2 Objetivos específicos

- a. descrever os fatores lingüísticos e extralingüísticos que caracterizam o contexto de uso das variantes;
- b. identificar quais fatores privilegiam o emprego de uma ou de outra forma em situações de comunicação;
- c. relacionar a escolha das variantes a graus de integração;
- d. interpretar os resultados sob a perspectiva da gramaticalização.

### 4.4 Problemas e hipóteses

Para a realização deste trabalho, levantamos os seguintes problemas e hipóteses:

- a. Que estruturas sintáticas de cláusulas adverbiais reduzidas/desenvolvidas mais se manifestam na fala de Florianópolis?

A observação de dados empíricos sugere em relação ao estatuto sintático das cláusulas com infinitivo que:

- a. a frequência das reduzidas supere a das desenvolvidas;
- b. para as reduzidas, a frequência das finais seja superior a das outras formas;
- c. para as desenvolvidas, a frequência das causais seja maior do que a das outras formas.

Retomamos, neste ponto, o princípio meta-icônico da marcação (Givón, 1990), apresentado no capítulo dois deste trabalho, que prevê que as categorias que são cognitivamente marcadas (isto é, complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente. Desse modo, uma construção marcada tenderia a exigir maior atenção, memória e tempo de processamento. Além disso, seria mais complexa, mais longa (com maior quantidade de massa fônica) e menos freqüente. A partir desse princípio, poderíamos estabelecer uma correlação entre complexidade e marcação e supor que as cláusulas desenvolvidas seriam as estruturas marcadas. Pode-se, ainda, pensar em graus de complexidade e marcação para os diferentes tipos de cláusulas.

- b. Como se comporta o sujeito da cláusula infinitiva/desenvolvida, em termos de correferencialidade e explicitude?

Tem-se a hipótese de que na maioria das cláusulas reduzidas, o sujeito seja correferente e não expresso.

- c. Qual é a posição estrutural mais freqüente da cláusula reduzida/desenvolvida em relação à cláusula núcleo?

Testamos a hipótese de que a posição preferencial para as cláusulas desenvolvidas seja a posterior, mais fixa e, para as cláusulas reduzidas a posição estrutural seja mais variável. Prevê-se, ainda, que a ordenação sofra restrições do tipo de relação semântica estabelecida no enunciado.

- d. Como se comporta o verbo das cláusulas núcleo e margem, em termos de traços semântico e morfossintático?

Testamos a hipótese de que nas cláusulas núcleo e margem os tipos semânticos do verbo sejam variáveis, com uma tendência para verbos de movimento nas reduzidas e verbos de relação nas desenvolvidas. Em relação aos traços morfossintáticos do verbo, supomos que as cláusulas reduzidas sejam preferencialmente codificadas com verbos plenos, que apresentam uma estrutura menos longa.

- e. Como se relaciona a redução/expansão de cláusulas com o fenômeno da integração e o processo de gramaticalização?

Pode-se supor que as cláusulas reduzidas sejam as mais integradas e, portanto, mais gramaticalizadas.

- f. Qual a correlação entre o uso de cláusulas reduzidas/desenvolvidas e os fatores sociais?

Para este problema, testamos a hipótese de que o uso de cláusulas reduzidas esteja associado ao menor nível de escolaridade, tendo em vista o grau menor de complexidade envolvido.

Em relação aos demais fatores sociais, não se tem uma expectativa definida.

#### **4.5 Grupos de fatores**

Os dados foram codificados tomando-se as cláusulas adverbiais reduzidas de infinitivo e as desenvolvidas como variável dependente e como variáveis independentes as seguintes variáveis lingüísticas e sociais:

##### **4.5.1 Variáveis lingüísticas**

- 1) Estatuto sintático da cláusula: causais, finais e temporais;

- 2) Correferencialidade de sujeitos: sujeito correferente, sujeito parcialmente correferente, sujeito correferente partitivo e sujeito não correferente;
- 3) Expressão ou não do sujeito na cláusula margem: sujeito exposto, sujeito superposto e sujeito não exposto;
- 4) Posição estrutural da cláusula margem: anterior, posterior e intercalada;
- 5) Tipo de elemento de ligação entre as cláusulas;
- 6) Apresentação estrutural do verbo da cláusula núcleo;
- 7) Apresentação estrutural do verbo da cláusula margem;
- 8) Tipo semântico do verbo da cláusula núcleo;
- 9) Tipo semântico do verbo da cláusula margem;
- 10) Tempo e modo do verbo da cláusula núcleo;
- 11) Tempo e modo do verbo da cláusula desenvolvida ou potencialmente desenvolvida;
- 12) Estrutura verbal da cláusula potencialmente reduzida/desenvolvida;
- 13) Mudança potencial da ordem;
- 14) Material interveniente entre o núcleo e a margem.

#### 4.5.2 Variáveis sociais

- 1) Sexo: masculino e feminino;
- 2) Idade: 25 a 49 anos e acima de 50 anos;
- 3) Grau de escolaridade: primário, ginásial e colegial.

Todos estes grupos de fatores serão melhor explicitados no decorrer da análise.



## CAPÍTULO V

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos, em três seções principais, os resultados gerais para os três tipos de cláusulas adverbiais reduzidas de infinitivo e desenvolvidas investigados. Na primeira seção, discutimos os resultados obtidos para as cláusulas finais; na segunda seção, analisamos as cláusulas causais e, na terceira seção, destacamos as cláusulas temporais.

Vejam, a seguir, exemplos de construções adverbiais reduzidas e desenvolvidas, respectivamente:

a. cláusulas finais:

- (1) muito sábado e domingo a família saiu *pra passear* (FLP21L249)
- (2) então seriam hoje quase vinte salários, dezenove salários aproximadamente *pra que o vereador participe de, no mínimo, doze sessões* (FLP21L77)

b. cláusulas causais:

- (3) Nós não temos alguma coisa deles *por terem batido em nós, não* (FLP04L283)
- (4) eu não deito no travesseiro dele, *porque eu sei que ele não suporta o cheiro de cigarro* (FLP04L371)

c. cláusulas temporais:

- (5) nós temos que ter, sim, uma casa de abrigados, mas que pegue a criança ou o garoto *antes de ele cair no mal* (FLP02L820)
- (6) No início, ele procurou um pouco, mas *depois que ele soube que a minha filha ficou grávida*, ele sumiu (FLP11L137)

Para a investigação do que motiva a escolha variável das formas reduzidas de infinitivo e desenvolvidas e dos graus de integração e gramaticalização, levantamos fatores condicionadores de natureza lingüística e social. Controlando esses grupos de fatores, é possível caracterizar os contextos de uso preferenciais para cada uma das formas e avaliar estágios de gramaticalização diferenciados. Nessa perspectiva, analisamos as cláusulas adverbiais temporais, que, dentre os três tipos estudados,

apresentam o maior índice de variação, 46 cláusulas desenvolvidas e 23 reduzidas, de um total de 69 dados<sup>37</sup>.

Já para as cláusulas adverbiais finais desenvolvidas, encontramos um número muito reduzido de dados, apenas cinco ocorrências de um total de 187 dados<sup>38</sup>. Por outro lado, em relação às cláusulas adverbiais causais, o número de cláusulas de infinitivo é que se mostrou muito pequeno. De um total de 98 dados, somente foram registrados quatro dados para as adverbiais causais reduzidas. A baixa frequência de dados para essa forma caracteriza o uso típico de construções desenvolvidas em situações de fala. Esses resultados quase categóricos inviabilizam um tratamento variacionista, razão pela qual as adverbiais finais e causais são analisadas apenas sob uma perspectiva da gramaticalização.

Vejamos a seguir, os resultados encontrados para os três tipos de cláusulas adverbiais:

**Tabela 1: Cláusulas adverbiais e redução**

| Cláusulas adverbiais | Aplicação/Total | %  |
|----------------------|-----------------|----|
| finais               | 182/187         | 97 |
| temporais            | 23/69           | 33 |
| causais              | 4/98            | 4  |
| <b>Total</b>         | 209/357         | 59 |

Do mesmo modo como para as finais, os resultados para as causais mostram-se polarizados, indicando o uso quase categórico de uma das variantes. Ressalva-se, porém, que enquanto para as adverbiais finais o uso mais frequente é o da forma reduzida, para as adverbiais causais a frequência superior é a das cláusulas desenvolvidas. Conseqüentemente, a partir da combinação de cláusulas, enfatizamos, neste capítulo, em relação às cláusulas adverbiais finais e causais, a análise da codificação das reduzidas de infinitivo e desenvolvidas quanto aos graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização.

<sup>37</sup> Conforme já comentamos em nota no capítulo Metodologia, em relação às temporais, o número de dados coletados em toda a entrevista mostrou-se restrito em virtude da aplicação das restrições estabelecidas para encontrar o contexto variável.

<sup>38</sup> O número reduzido de dados para as cláusulas desenvolvidas caracteriza a baixa frequência de uso deste tipo de construção em situações de fala. Com um número maior de dados, a atuação das forças motivadoras de uma codificação lingüística em uma situação comunicativa poderia ser melhor analisada.

Conforme já mencionamos<sup>39</sup>, a realização da análise probabilística auxilia na descrição das relações interclausais, além de possibilitar a sistematização do conjunto de traços distintivos que caracterizam os diferentes estágios dos graus de vinculação e a identificação quantitativa e qualitativa da trajetória de um estágio a outro. Portanto, a partir das indicações de vários parâmetros de análise parece possível configurar um conjunto de atributos que podem demonstrar em que medida a unidade clausal encontra-se vinculada e, conseqüentemente, gramaticalizada.

Quanto às cláusulas temporais, conforme já mencionado acima, a análise dos graus de integração e estágios de gramaticalização é feita juntamente com o tratamento variacionista dos dados.

### 5.1 Cláusulas finais

Nesta seção, analisamos, a partir dos resultados estatísticos, o emprego das formas reduzida de infinitivo e desenvolvida em cláusulas adverbiais finais, destacando a codificação dessas cláusulas em relação aos graus de integração e estágios de gramaticalização.

Vejamos, abaixo, os exemplos (1) e (2)<sup>40</sup> de construções reduzidas finais e desenvolvidas encontradas em dados de fala:

- (1) muito sábado e domingo a família saiu *pra passear* (FLP21L249)
- (2) então seriam hoje quase vinte salários, dezenove salários aproximadamente *pra que o vereador participe de, no mínimo, doze sessões* (FLP21L77)

Vejamos, ainda, todas as outras ocorrências de cláusulas finais desenvolvidas registradas em nosso estudo, além do exemplo (2):

- (3) Até hoje o Ministério da Marinha não liberou aquela área *pra que a Prefeitura possa abrir* (FLP21L837)
- (4) Eu tenho a impressão que isso depende muito do aumento da população *para que sensibilize as empresas* (FLP21L961)
- (5) Até a gente está torcendo *que mude* (FLP21L961)

<sup>39</sup> A partir de Gryner (1995), na seção Gramaticalização de cláusulas.

<sup>40</sup> Os exemplos apresentados nesta seção em (1) e em (2) retomam os exemplos de mesmo número já vistos na introdução deste capítulo.

(6) (...) que nos desse dados: quais os artigos efetivos da Constituição e do Código Civil que deveriam ser alterados e como deveriam se alterar *para que nós pudéssemos, em termos de Santa Catarina, nos Encontros Estaduais de Vereadores e no Encontro Nacional de Vereadores, levar propostas nesse sentido* (...) (FLP21L589)

Nos exemplos (1) e (2), as cláusulas reduzida de infinitivo e desenvolvida, respectivamente, parecem ter diferentes graus de integração. Estabelecendo um *continuum* entre essas cláusulas, poderíamos dizer que as cláusulas desenvolvidas estão menos integradas do que as reduzidas. Por outro lado, também seria possível apontar diferenças quanto à integração mesmo entre as cláusulas desenvolvidas. Nos exemplos (2) a (6), podemos perceber a existência dessas diferenças, conforme detalhado abaixo.

Considerando alguns parâmetros discutidos na seção gramaticalização de cláusulas, destacamos algumas características das cláusulas (2) a (6) que mostram seus diferentes graus de integração. Assim, verificamos, por exemplo, em relação aos parâmetros expressão ou não do sujeito e correferencialidade, que os exemplos (2), (3) e (6) apresentam sujeito exposto e não correferente, enquanto os exemplos (4) e (5) têm o sujeito não exposto e não correferente (nenhum dos exemplos de desenvolvidas encontrados apresenta sujeito não exposto e correferente - combinação de fatores que demonstraria integração mais forte).

Ainda podemos destacar a presença de material interveniente entre a cláusula núcleo ou aquela à qual o dado se vincula e a cláusula adverbial, como outro parâmetro capaz de evidenciar maior ou menor integração entre as cláusulas combinadas. Para este parâmetro, temos a cláusula (5) sem qualquer tipo de material interveniente entre a cláusula núcleo e a margem, e a cláusula (6) com a maior quantidade de material interveniente, apresentando mais de uma cláusula intercalada entre a cláusula núcleo e a margem<sup>41</sup>.

A inclusão, na cláusula margem, de um verbo auxiliar, também contribui para diminuir a integração entre o verbo da cláusula núcleo e o verbo da cláusula margem. Assim, temos as cláusulas margens em (3) e (6) que incluem um verbo auxiliar modal *poder* em sua codificação. A partir da aplicação desses poucos parâmetros, já poderíamos estabelecer um *continuum* de integração para os exemplos de cláusulas

---

<sup>41</sup> Temos, na verdade, uma cláusula núcleo complexa, incluindo uma relativa e uma coordenada.

adverbiais finais desenvolvidas encontrados em nossos dados. Desse modo, teríamos: (5), (4), (2), (3) e (6), da cláusula mais integrada para a menos integrada.

Poderíamos supor que, tanto para as reduzidas como para as desenvolvidas, possam ser constatados diferentes graus de integração e, conseqüentemente, também diferentes estágios de gramaticalização. Para Hopper e Traugott (1993), gramaticalização e integração estão associadas, portanto, quanto mais integradas estiverem as cláusulas de um enunciado, presume-se que tanto mais adiantado estará o processo de gramaticalização.

A partir da combinação de cláusulas, pretendemos averiguar essa hipótese com a análise dos grupos de fatores<sup>42</sup>, investigando os graus de integração existentes nas cláusulas reduzidas finais, que são as mais freqüentes.

Alguns estudos relacionam a freqüência de uso com a gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993; Givón, 1984; DuBois, 1985 e Hopper, 1987), assim, quanto mais freqüente o uso de uma construção, mais gramaticalizada ela seria. Entretanto, consideramos que são necessários outros parâmetros combinados à freqüência de uso para que seja possível correlacioná-la com a gramaticalização, ou seja, apenas este parâmetro, analisado isoladamente, pode indicar outras motivações para os fenômenos lingüísticos. Voltaremos a discutir a questão da freqüência no final desta seção.

Descrevemos, a seguir, algumas características particulares às cláusulas adverbiais finais que compõem nossos dados.

Destacamos que, em sua grande maioria, as cláusulas finais são introduzidas pela preposição *para* (ou sua contração *pra*), conforme o exemplo (7):

(7) a pessoa tem que passar por esse momento, conviver com aquilo, *pra poder analisar, tá?* (FLP14L365)

Apenas dois casos foram registrados com outros conectores, *a fim de* e *pra fim*, que apresentamos a seguir:

(8) eu mais me apeguei a ele, *mas não a fim de nós namorar* (FLP17L579)

(9) A gente tem aquele namoro pra curtir e tinha namorada *pra fim de casar* (FLP10L100)

---

<sup>42</sup> Os grupos de fatores encontram-se listados no capítulo Metodologia.

Para a maioria das cláusulas finais desenvolvidas, encontramos o conector *para que* (ou sua contração *pra que*). Apresentamos, a seguir, o exemplo (10) (que retoma (2)) para ilustrar esse tipo de ocorrência:

(10) então seriam hoje quase vinte salários, dezenove salários aproximadamente *pra que vereador participe de, no mínimo, doze sessões* (FLP21L77)

Dentre os 182 dados codificados para as adverbiais finais, foram registradas apenas duas ocorrências de cláusulas finais sem conector ou preposição, subseqüentes a outra cláusula final, introduzida por preposição e ligada à cláusula núcleo. Vejamos o exemplo (11):

(11) eu tive o cuidado de analisar todas as emendas e procurar ter uma posição pra poder, na hora de um debate em plenário, efetivamente discutir, *dar o meu voto favorável ou contrário* (FLP21L198)

Com exceção dessas duas ocorrências, que são ligadas à cláusula núcleo sem conector ou preposição, identificamos a mesma seqüência estrutural para todas as cláusulas adverbiais finais potencialmente desenvolvidas ou reduzidas, respectivamente: conector ou preposição + verbo flexionado ou forma nominal. Investigando a estrutura potencial das cláusulas, pretendíamos avaliar se a redução ou a expansão poderiam acarretar mudanças no número de componentes da estrutura verbal da cláusula margem. Entretanto, para as finais, não houve nenhuma ocorrência desse tipo.

Nas próximas seções, discutimos os resultados para os grupos de fatores expressão ou não do sujeito e correferencialidade, posição estrutural da margem, mudança potencial da ordem, material interveniente, modo e tempo do verbo e apresentação estrutural do verbo, nesta ordem, tendo em vista o processo de gramaticalização. O grupo de fatores lingüístico tipo semântico do verbo e os grupos sociais (sexo, idade e escolaridade) também são apresentados para descrever mais amplamente o contexto de uso das cláusulas finais. Finalmente, após a análise de todos os grupos de fatores, consideramos os resultados apresentados em relação às hipóteses gerais estabelecidas para este estudo.

## 5.1.1 Expressão ou não do sujeito e correferencialidade

Observemos os seguintes exemplos para os fatores investigados:

a. sujeito expesso:

(12) Oh, mãe, vou levar a senhora *pra senhora conhecer a terra onde a senhora nasceu* (FLP08L48)

b. sujeito não expesso:

(13) Ela só vestia uma combinaçãozinha *pra poder botar o casaquinho* (FLP08L350)

As cláusulas reduzidas finais apresentam resultados relativamente polarizados para estes fatores, como mostramos a seguir:

**Tabela 2: Expressão ou não do sujeito nas cláusulas finais reduzidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| não expesso  | 137        | 75         |
| expesso      | 45         | 25         |
| <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

Na tabela 2, temos 137 ocorrências para sujeito não expesso em reduzidas finais e 45 dados para sujeitos expressos<sup>43</sup>.

Conforme esses resultados, a não expressão do sujeito em reduzidas finais foi o fator com maior número de dados. Segundo Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), este seria um parâmetro através do qual poderíamos incluir cláusulas finais desse tipo em um processo de gramaticalização.

É possível, ainda, relacionar os resultados para os fatores expressão ou não do sujeito e correferencialidade, na medida em que cláusulas reduzidas finais cujos sujeitos forem correferentes em relação à núcleo, tendem a não ter o seu sujeito expesso.

<sup>43</sup> Dentre os 45 dados de sujeitos expressos, há duas ocorrências de superposição, conforme o seguinte exemplo:

(i) e a minha esposa ficou apavorada e telefonaram *pra mim vir urgente em casa* (FLP05L333). Segundo o princípio de decategorização apresentado por Hopper (1991), as formas gramaticalizadas tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e sintáticas que são características das categorias lexicais (nome e verbo) e a assumir atributos de categorias secundárias como adjetivo, particípio, etc. Uma diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados causa o aparecimento de formas híbridas. A partir desse princípio (já apresentado na seção Gramaticalização deste trabalho e aqui retomado), a superposição de funções da forma híbrida *pra mim* indica uma integração ainda maior para as cláusulas com superposição e, conseqüentemente, um estágio mais avançado de gramaticalização.

Veamos, primeiramente, os exemplos: (14) (que retoma (13)), (15) (que retoma (12)) e (16), para o grupo de fatores correferencialidade:

a. sujeito correferente:

(14) Ela só vestia uma combinaçãozinha *pra poder botar o casaquinho* (FLP08L350)

b. sujeito parcialmente correferente<sup>44</sup>:

(15) Oh, mãe, vou levar a senhora *pra senhora conhecer a terra onde a senhora nasceu* (FLP08L48)

c. sujeito não correferente:

(16) Tinha que ter autorização do juizado tudo, *pras crianças saírem* (FLP17L257)

A seguir, apresentamos os resultados cruzados para expressão e correferencialidade do sujeito em cláusulas finais reduzidas:

**Tabela 3: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito nas cláusulas finais reduzidas**

|                  | sujeito exp. | %         | sujeito não exp. | %         | Total      | % <sup>45</sup> |
|------------------|--------------|-----------|------------------|-----------|------------|-----------------|
| correferente     | 12           | 10        | 106              | 90        | 118        | 65              |
| não correferente | 30           | 64        | 17               | 36        | 47         | 26              |
| parcial/corref.  | 3            | 18        | 14               | 82        | 17         | 9               |
| <b>Total</b>     | <b>45</b>    | <b>25</b> | <b>137</b>       | <b>75</b> | <b>182</b> | <b>100</b>      |

Os resultados cruzados mostram que a maior parte das cláusulas finais reduzidas com sujeitos correferentes ao sujeito da cláusula núcleo tem, também, sujeito não exposto na cláusula margem, com 106 ocorrências de um total de 118 dados para sujeitos correferentes<sup>46</sup>. Acompanhando essa tendência, as cláusulas finais com sujeitos parcialmente correferentes apresentam 14 ocorrências para o fator sujeito não exposto, de um total de 17 dados. Por outro lado, 30 ocorrências de um total de 47 dados

<sup>44</sup> O sujeito da cláusula margem é correferente a algum outro elemento presente na cláusula núcleo, que não o sujeito.

<sup>45</sup> Os percentuais do total no final da tabela devem ser lidos verticalmente; os demais, no interior da tabela, são lidos horizontalmente.

<sup>46</sup> Foram controladas separadamente as ocorrências para o fator denominado *sujeito correferente partitivo* (o sujeito da cláusula margem refere-se também ao sujeito da cláusula núcleo, podendo ou não incluir outros referentes), conforme o exemplo:

(i) eu mais me apeguei a ele, *mas não a fim de nós namorar* (FLP17, L579)

Para dinamizar a análise, os dois dados para *sujeito correferente partitivo* foram amalgamados com os dados encontrados para o fator *sujeito correferente*.



correspondem a cláusulas finais com sujeitos não correferentes e expressos na cláusula margem.

A partir de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), parece-nos que os resultados cruzados dos grupos de fatores expressão e correferencialidade do sujeito indicam que quanto maior for a integração sintática entre a cláusula núcleo e a sua margem, ou seja, tendo esta última sujeito correferente e não expresso, tanto maior será o grau de integração entre essas cláusulas.

Ainda segundo Lehmann (*ibidem*), as cláusulas podem ser mais ou menos entrelaçadas, variando entre um pólo de completa disjunção até a máxima identidade, e a firmeza da ligação não depende tanto da natureza semântica da relação de ligação quanto da quantidade de material que as duas proposições têm em comum.

Desse modo, através da análise dos parâmetros propostos por Lehmann (*ibidem*) e Hopper e Traugott (*op.cit.*), teríamos a indicação de graus de integração diferentes para as cláusulas adverbiais reduzidas finais. Em cláusulas finais com sujeito correferente e não expresso, por exemplo, o grau de integração seria maior do que em cláusulas com sujeito expresso e não correferente.

### 5.1.2 Posição estrutural da margem

Apresentamos, para este grupo de fatores, os exemplos (17) e (18) para as posições anterior e posterior<sup>47</sup>, respectivamente:

(17) *pra fazer uma análise desse tipo*, não precisa entender muito de economia  
(FLP21L433)

(18) E Deus não precisou acabar com aquilo tudo *pra começar tudo de novo?*  
(FLP22L44)

Analisando outro grupo de fatores, a posição estrutural da cláusula margem em relação à cláusula núcleo, podemos observar que a posição preferencial para as cláusulas finais reduzidas é a posterior, com 94% do número de dados.

---

<sup>47</sup> Além das posições *anterior* e *posterior* para as cláusulas adverbiais reduzidas finais, também controlamos a posição *intercalada*. Assumimos, em nosso trabalho, a descrição de cláusulas intercaladas feita por Neves e Braga (1998). Desconsideramos, no entanto, os contextos de *fraca intercalação*, apresentados pelas mesmas autoras. Em nossos dados, não encontramos nenhuma ocorrência para a posição intercalada. Da mesma forma, Thompson (1985) não encontrou exemplos para este tipo de cláusula final em seus dados (cf. o capítulo Gramaticalização de cláusulas).

Do mesmo modo, verificando a posição das cláusulas finais em seus dados, Thompson (1985) mostra que o número de cláusulas finais antepostas é muito menor do que o número de finais pospostas<sup>48</sup>.

Vejam a tabela 4:

**Tabela 4: Posição estrutural das cláusulas finais reduzidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| posterior    | 171        | 94         |
| anterior     | 11         | 6          |
| <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

Segundo Lehmann (1988), um dos parâmetros que indicam a gramaticalização de um elemento diz respeito à sua integração em um paradigma, esse elemento seria, então, cada vez mais obrigatório em certas construções<sup>49</sup>.

Tornando-se obrigatório, poderíamos dizer que esse elemento perderia sua mobilidade posicional, adquirindo, muitas vezes, uma posição fixa. Também para Heine e Reh (1984) a diminuição da variabilidade sintática e a maior fixação em uma posição são característicos de um processo de gramaticalização. Nesse sentido, na combinação de cláusulas, uma frequência bastante alta da apresentação da ordem posterior para as cláusulas finais reduzidas seria um indício de sua restrição à variabilidade posicional e, conseqüentemente, da existência de um processo de gramaticalização.

### 5.1.3 Mudança potencial da ordem

Além da posição em que a cláusula final é codificada, testamos, também, se a cláusula final poderia ou não ser codificada em outra ordem que não a escolhida pelo falante durante a enunciação.

Vejam, a seguir, os exemplos para os fatores investigados:

#### a. com mudança potencial da ordem:

<sup>48</sup> Confira seção Gramaticalização de cláusulas.

<sup>49</sup> Para o mesmo autor, certas conjunções podem forçar uma posição fixa para as cláusulas subordinadas que introduzem. No alemão, por exemplo, as cláusulas introduzidas por *nur da* devem obrigatoriamente seguir a cláusula principal, já no inglês, as cláusulas propósito têm a ordem um pouco mais livre (*ibidem*).

(19) isso serviu de aula pra mim, *pra educar meus filhos* (FLP 04L 431)

b. sem mudança potencial da ordem:

(20) muita gente pobre que ao longo dos anos fez uma economiazinha até pra complementar uma aposentadoria deixava aquele dinheirinho *pra poder, quando precisasse, uma emergência, tirar um dinheirinho* (FLP21L489)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 5:

**Tabela 5: Mudança potencial da ordem das cláusulas finais reduzidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| com mudança  | 157        | 86         |
| sem mudança  | 25         | 14         |
| <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

Os resultados mostram que 86% das cláusulas adverbiais finais reduzidas podem mudar de posição, ou seja, a ordem de apresentação das cláusulas finais poderia ter sido modificada pelo falante na enunciação. Apesar disso, como evidenciado pelos resultados da seção anterior *Posição estrutural da margem*, a maioria das cláusulas finais (94%) é preferencialmente codificada na posição posterior, ou seja, tomando-se uma ordem linear de apresentação dos constituintes da cláusula, da esquerda para a direita, as cláusulas finais reduzidas aparecem quase sempre à direita, após a cláusula núcleo.

Os resultados obtidos confirmam a existência, em nossos dados, de uma restrição das cláusulas finais reduzidas à variabilidade posicional.

Segundo Heine e Reh (1984), uma unidade lingüística em gramaticalização pode ter seu uso obrigatório em certos contextos. De modo semelhante, conforme os princípios propostos por Lehmann (1985) para o estudo da gramaticalização, formas opcionais podem tornar-se obrigatórias e, ainda, ordens lineares livres tornam-se fixas. Como os princípios propostos por Lehmann (*ibidem*) são característicos de um estágio mais avançado de gramaticalização, a tendência à posposição indicaria, então, o *início* de um processo de gramaticalização das cláusulas finais reduzidas, uma vez que as formas ainda não se tornaram obrigatórias, nem tampouco a ordem pode ser considerada fixa.

#### 5.1.4 Material interveniente

A presença de material interveniente entre as cláusulas núcleo e margem é outro parâmetro possível para avaliar a integração entre cláusulas, proposto a partir de Lehmann (1988). Segundo o autor, (*ibidem*) num texto natural, a explicitude dos dispositivos de ligação se ajusta ao tamanho das entidades ligadas, assim, para unir unidades textuais maiores pode-se empregar conectivos também maiores, frases conectivas, por exemplo. O autor ainda destaca que o relacionamento entre pequenos pedaços de texto consecutivos é suficientemente claro a partir da adjacência<sup>50</sup> (*ibidem*).

Para Lehmann (*ibidem*), as cláusulas menos integradas são ligadas por um dispositivo de conexão explícito; contrariamente, as cláusulas mais integradas não apresentam nenhuma especificação de ligação com a cláusula núcleo<sup>51</sup>.

Nessa perspectiva, buscamos investigar em que medida a presença de outros elementos, além dos conectivos, contribui para diminuir a integração entre as cláusulas núcleo e margem. Em contextos em que a integração é maior, a ligação entre a cláusula núcleo e a margem é feita de modo mais estreito, portanto, com o mínimo de elementos.

A definição dos fatores que integram o grupo material interveniente também se apóia no estudo de Thompson (1985). A autora (*ibidem*), investigando as diferentes funções que as cláusulas finais podem preencher no discurso na medida em que precedem ou seguem a cláusula núcleo, comparou o número de palavras utilizado para codificar cada cláusula. Para cada cláusula final anteposta, foi contado o número de palavras até o período seguinte, e para cada cláusula final posposta foi contado o número de palavras até o próximo período precedente<sup>52</sup>.

A partir do critério utilizado por Thompson (*ibidem*), estabelecemos uma contagem dos elementos intervenientes entre a cláusula núcleo e a final para a formulação de um dos fatores (denominado *combinação de itens*) investigados.

---

<sup>50</sup> Lehmann (1988) cita um exemplo do latim para ilustrar a possibilidade de estabelecer relações semânticas entre pequenos textos sem a necessidade de conectores: *Veni, vidi, vici*.

<sup>51</sup> O mesmo autor (*ibidem*) descreve outros parâmetros para avaliar a integração de cláusulas. Destacamos, nesta seção, a explicitude dos conectivos por esta questão estar diretamente relacionada com a análise deste grupo de fatores.

<sup>52</sup> Thompson (1985) encontrou um número maior de palavras para a cláusula núcleo a qual a final anteposta está ligada. Com esses resultados, a autora mostra que a final anteposta age como um tópico que fornece uma estrutura a partir da qual a cláusula núcleo pode ser interpretada. A cláusula final anteposta cria expectativas acerca da solução para um problema que ela apresenta e essa solução pode frequentemente exigir um número maior de cláusulas. Já a cláusula final posposta, apenas oferece uma motivação para uma ação e nunca é maior do que é necessário para descrever a ação.

Vejamos, a seguir, exemplos para alguns dos fatores investigados:

a. sem material interveniente:

(21) Ninguém levanta *pra dar lugar* (FLP04L213)

b. adjuntos:

(22) Eu nem deito na cama dele *pra não deixar o cheiro de cigarro* (FLP04L397)

c. combinação de itens<sup>53</sup>:

(23) eles podiam pegar essas crianças e botar tudo no abrigo, né? *pra dar uma educação* (FLP15L487)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 6:

**Tabela 6: Material interveniente entre as cláusulas nucleares e as cláusulas finais reduzidas**

|                           | Frequência | %  |
|---------------------------|------------|----|
| itens isolados            | 82         | 45 |
| sem material              | 38         | 21 |
| cláusula intercalada      | 18         | 10 |
| combinação de itens       | 15         | 8  |
| <b>Total<sup>54</sup></b> | 153        | 84 |

Os resultados mostram que a maioria das cláusulas adverbiais finais reduzidas apresenta algum tipo de material interveniente em relação a sua cláusula núcleo. Dentre essas cláusulas, 45% apresentam itens isolados<sup>55</sup> como material interveniente. As cláusulas que não apresentam qualquer tipo de material interveniente correspondem a 21% do total de dados. Já as cláusulas intercaladas entre a cláusula núcleo e a margem atingem o índice de 10% dos dados registrados. Há, ainda, um número menor de ocorrências, 15 dados, para cláusulas com mais de um tipo de elemento como material interveniente.

A partir desses resultados, poderíamos estabelecer um *continuum* de integração entre as cláusulas núcleo e final, com respeito ao grupo de fatores em análise nesta

<sup>53</sup> Quando há mais de um elemento entre a cláusula núcleo e a margem, por exemplo, marcadores ou partículas enfáticas e adjuntos, consideramos que esses elementos são uma *combinação de itens*.

<sup>54</sup> O número total de dados aparece reduzido nesta tabela porque as cláusulas finais antepostas à cláusula núcleo (12 ocorrências) ou com a mesma estrutura sintático-semântica de uma cláusula final imediatamente anterior (17 ocorrências) não foram incluídas na análise deste grupo de fatores.

<sup>55</sup> Para fins de organização na apresentação dos resultados, foram reunidas em *itens isolados* as seguintes ocorrências: marcadores ou partículas enfáticas: 6; adjuntos: 35; argumentos verbais: 39 e predicativos: 2.

seção, tomando-se por base a existência ou não de material interveniente entre as cláusulas e, ainda, o tipo de material interveniente encontrado.

Desse modo, teríamos a seguinte ordem em um *continuum* (maior integração para menor): cláusulas interligadas sem a presença de qualquer material interveniente > cláusulas interligadas com a presença de um item > cláusulas interligadas com a presença de uma combinação de itens > cláusulas interligadas com a presença de uma outra cláusula intercalada.

### 5.1.5 Tempo e modo do verbo

Este grupo de fatores caracteriza o comportamento dos verbos das cláusulas núcleo e margem em relação ao tempo e ao modo. A correlação modo-temporal entre as cláusulas núcleo e margem é um dos parâmetros propostos por Lehmann (1988) para avaliar o grau de integração entre cláusulas. Entretanto, é preciso destacar que as cláusulas adverbiais finais analisadas nesta seção são reduzidas e que, portanto, não apresentam tempo, nem modo explícitos morfologicamente. Assim, apenas potencialmente, poderíamos atribuir tempo e modo à cláusula margem, tomando-se para a análise a cláusula correspondente à reduzida em sua forma desenvolvida.

Vejam, a seguir, alguns exemplos<sup>56</sup> para os fatores investigados:

a. pretérito perfeito do indicativo:

(24) tanta gente que **foi** lá *pra comprar* (FLP09L10)

b. pretérito imperfeito do indicativo:

(25) a mãe **ia** lá *pra casinha pra limpar a nossa cabeça* (FLP09L22)

c. presente do indicativo:

(26) **saio** às cinco horas *pra ir pra casa* (FLP09L297)

d. presente do subjuntivo:

(27) eu participo de tudo, tentando ganhar *pra melhorar a minha vida e a da minha família* (FLP09L488)

---

<sup>56</sup> Os exemplos de (24) a (26) dizem respeito ao tempo e ao modo da cláusula núcleo e o exemplo (27) refere-se ao tempo e ao modo de uma cláusula final potencialmente desenvolvida.

(27) a. eu participo de tudo, tentando ganhar *pra que melhore a minha vida e a da minha família*

Vejamos os resultados para esse grupo de fatores na tabela 7:

**Tabela 7: Tempo e modo do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas**

| Modo       | Tempo     | Núcleo |     | Final |      |
|------------|-----------|--------|-----|-------|------|
|            |           | Freq.  | %   | Freq. | %    |
| indicativo | pretérito | 94     | 52  | 1     | 0,5  |
|            | presente  | 56     | 31  | 5     | 3    |
|            | futuro    | 6      | 3   |       |      |
| Total      |           | 156    | 86  | 6     | 3,5  |
| subjuntivo | pretérito | 4      | 2   | 108   | 59   |
|            | presente  | 3      | 2   | 67    | 37   |
|            | futuro    | 2      | 1   | 1     | 0,5  |
| Total      |           | 9      | 5   | 176   | 96,5 |
| outros     |           | 17     | 9   |       |      |
| Total      |           | 182    | 100 | 182   | 100  |

A partir dos resultados obtidos para o grupo de fatores tempo e modo das cláusulas nucleares e finais, podemos observar que, de modo geral, nessas cláusulas há uma distinção quanto ao uso de indicativo e subjuntivo<sup>57</sup>. Enquanto as cláusulas núcleo têm a sua maior frequência de dados (86%) distribuída em tempos do indicativo, as cláusulas finais totalizam o maior número de ocorrências, 176 dados, correspondendo a 96,5% dos dados, potencialmente para o modo subjuntivo. Apenas 9% do total de dados das cláusulas núcleo, representados na tabela 7 pelo fator outros, não estão incluídos nesta distribuição<sup>58</sup>.

Em relação ao tempo no indicativo, podemos constatar que as cláusulas nucleares apresentam o maior número de ocorrências para o pretérito<sup>59</sup> (94 dados). O presente, com 56 dados e o futuro<sup>60</sup>, com 6 dados, também foram registrados na

<sup>57</sup> É importante ressaltar que, como as cláusulas finais são reduzidas, o modo e o tempo dessas cláusulas foram registrados a partir da cláusula núcleo, como foi feito no exemplo (27).

<sup>58</sup> Esses dados correspondem a ocorrências com formas nominais.

<sup>59</sup> Em *pretérito* do indicativo estão incluídas as seguintes ocorrências:

a. cláusula núcleo: pretérito imperfeito: 52; pretérito perfeito: 41 e pretérito-mais-que-perfeito: 1;

b. cláusula final: pretérito perfeito: 1.

<sup>60</sup> Em *futuro* do indicativo estão incluídas as seguintes ocorrências em cláusulas núcleo: futuro perifrástico: 5 e futuro do pretérito: 1.

codificação. Já para o tempo no subjuntivo, as cláusulas núcleo mostram poucas ocorrências, apenas 5% do total de dados.

Contrariamente a esses resultados, as cláusulas finais apresentam índices mais altos para os tempos do subjuntivo (pretérito imperfeito: 59%; presente: 37% e futuro: 0,5%) e mais baixos para os tempos do indicativo (pretérito: 0,5%; presente: 3% e nenhum dado para o futuro).

Esses resultados podem estar ligados ao fato de que as desenvolvidas com conector (para que) são gatilhos praticamente obrigatórios para o modo subjuntivo, especialmente por projetarem a situação para um tempo futuro (modo irrealis) relativamente ao tempo indicado na núcleo. Conseqüentemente, o subjuntivo aparece quando a cláusula é desenvolvida. A finalidade não é factual, está mais relacionada ao modo irrealis.

Sugerimos, ainda, que o grau de complexidade sintática associado ao uso do subjuntivo pode ter influência sobre a codificação da cláusula margem. Desse modo, o uso da forma reduzida seria conseqüência de uma possível simplificação sintática. De acordo com Heine e Reh (1984), processos de simplificação afetariam a estrutura lingüística em gramaticalização.

Os dados mostram que não é possível estabelecer correlação entre as cláusulas núcleo e finais quanto ao modo dos enunciados. Entretanto, parece ser possível estabelecer uma correlação potencial entre essas cláusulas em relação ao tempo. Na maior parte das construções finais, os falantes tenderiam a manter o tempo empregado na cláusula núcleo, caso empregassem a construção desenvolvida.

Essa análise, aplicada às cláusulas adverbiais reduzidas finais, conforme já destacado ainda nesta mesma seção, tem suas restrições. Apesar disso, os resultados podem ser discutidos considerando-se o grau de integração entre as cláusulas. Nessa perspectiva, teríamos maior integração entre as cláusulas núcleo e final nas quais fosse possível estabelecer correlação potencial quanto ao tempo.

#### 5.1.6 Apresentação estrutural do verbo

Foram controlados vários fatores para caracterizar o modo de apresentação do verbo da cláusula núcleo e da margem, alguns dos quais exemplificamos a seguir:



a. verbo pleno:

(28) então que eles fazem então, assaltam, **roubam**, *pra não passar vergonha*  
(FLP19L413)

b. verbo auxiliar + verbo pleno:

(29) levava pro hospital *pra pessoa ser operada* (FLP23L561)

c. verbo suporte<sup>61</sup>:

(30) aí a gente **dava um banho** *pra sair o sarampo* (FLP08L584)

Vejamos os resultados na tabela 8:

**Tabela 8: Apresentação estrutural do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas**

|                        | Núcleo     |            | Final      |            |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|
|                        | Freq.      | %          | Freq.      | %          |
| verbo pleno            | 129        | 70         | 162        | 89         |
| auxiliar + verbo pleno | 53         | 30         | 20         | 11         |
| <b>Total</b>           | <b>182</b> | <b>100</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

A tabela acima mostra um equilíbrio entre os resultados para as cláusulas núcleo e adverbial final. Do total obtido para as cláusulas nucleares, 70% das ocorrências correspondem a verbos plenos<sup>62</sup>, enquanto 30% dos dados correspondem à estrutura auxiliar mais verbo pleno<sup>63</sup>. Para as cláusulas finais, o índice de 89% das ocorrências está associado ao emprego de verbos plenos<sup>64</sup> pelos falantes na codificação, e apenas 11% dos dados correspondem ao uso de auxiliar mais verbo pleno<sup>65</sup>.

O maior número de ocorrências para verbos plenos nas cláusulas finais reduzidas, em detrimento do emprego da estrutura auxiliar mais verbo pleno, que é mais

<sup>61</sup> Verbos suporte são verbos semanticamente vazios, em alguns casos possuem correlatos semânticos constituídos por verbos simples (dar uma ajuda = ajudar). A esse tipo de verbo são associadas várias propriedades sintáticas (cf. Neves, 1996).

<sup>62</sup> Em *verbos plenos* estão incluídas as seguintes ocorrências: verbos suporte: 6 e verbo elíptico: 1.

<sup>63</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídas as seguintes ocorrências: modal + verbo pleno: 21; modal + auxiliar + verbo pleno: 3; modal + suporte: 3; modal + elíptico: 1 e auxiliar + suporte: 1.

<sup>64</sup> Do mesmo modo como para os fatores da cláusula núcleo, os fatores para a cláusula final foram amalgamados. *Verbos plenos* incluem: verbos suporte: 16.

<sup>65</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídos: modal + verbo pleno: 12; modal + auxiliar + verbo pleno: 1; modal + suporte: 1 e auxiliar + suporte: 1.

longa<sup>66</sup>, pode indicar a preferência do falante por uma codificação menor, com menos itens envolvidos. Desse modo, essas cláusulas estariam mais integradas à cláusula núcleo.

#### 5.1.7 Tipo semântico do verbo

Além da estrutura verbal, controlamos o tipo semântico do verbo<sup>67</sup> da cláusula núcleo e da cláusula margem. Para esse grupo de fatores, apresentamos, a seguir, alguns exemplos:

a. movimento:

(31) muito sábado e muito domingo a família **saiu pra passear** (FLP21L249)<sup>68</sup>

b. estado:

(32) faço o que eu tenho que fazer **pra estar sempre ocupada** (FLP03L368)

c. relação<sup>69</sup>:

(33) Viemos morar lá, que era **pra gente economizar** (FLP20L340)

d. cognição/percepção/elocução:

(34) final do mês tem que ir lá **pra ele ver se aumentou** (FLP16, L503)

e. necessidade:

(35) **pra não perder uma licença**, a gente **tinha** que: Não senhor! (FLP06, L192)

Vejamos os resultados para esse grupo de fatores na tabela 9:

---

<sup>66</sup> Neste ponto, podemos retomar o princípio meta-icônico da marcação (Givón, 1995). Uma estrutura *mais longa*, segundo esse princípio, é também mais complexa e menos freqüente, uma construção marcada.

<sup>67</sup> A tipologia semântica utilizada para a codificação dos dados foi elaborada a partir dos próprios traços semânticos característicos das estruturas verbais encontradas nos enunciados.

<sup>68</sup> Exemplo já citado como (8) e (14).

<sup>69</sup> Foram considerados *verbos de relação* aqueles que representam relações interpessoais e atitudes ou relações de pessoas com objetos e atividades.

**Tabela 9: Tipo semântico do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas finais reduzidas**

|              | Núcleo     |            | Final      |            |
|--------------|------------|------------|------------|------------|
|              | Freq.      | %          | Freq.      | %          |
| movimento    | 80         | 44         | 78         | 42         |
| relação      | 48         | 36         | 65         | 35         |
| cognição     | 24         | 13         | 27         | 14         |
| estado       | 24         | 13         | 15         | 8          |
| necessidade  | 8          | 4          | 2          | 1          |
| <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

Os dados apresentam uma distribuição equilibrada, comparando-se a cláusula núcleo e a cláusula adverbial final. Tanto para a cláusula núcleo como para a final, o maior índice de ocorrências registrado foi para o tipo semântico caracterizado como movimento<sup>70</sup>, com percentual de 44% e 42% respectivamente, para a cláusula núcleo e para a final.

Se admitimos que as finais apresentam o objetivo de uma ação explicitada pela cláusula núcleo a qual está vinculada em um contexto de futuro, podemos relacionar a natureza semântica dos verbos de movimento<sup>71</sup> com a codificação das reduzidas adverbiais finais. Os resultados obtidos para um dos fatores do grupo material interveniente entre a cláusula núcleo e a cláusula margem<sup>72</sup> podem ser relacionados aos dados encontrados para verbos de movimento. O grupo de fatores material interveniente apresentou 35 ocorrências para adjuntos. Portanto, parece ser plausível que, em cláusulas nucleares, os verbos que codificam movimento de um ponto a outro no espaço estejam associados a adjuntos<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> Para as cláusulas em análise, o fator movimento abrange as seguintes ocorrências:

a. cláusula núcleo: movimento 1 (verbos que representam movimentos amplos): 52; movimento 2 (verbos que representam movimentos mais restritos): 20 e processo (verbos que representam ação em movimento no tempo): 6;

b. cláusula final: movimento 1: 42; movimento 2: 26 e processo: 6.

<sup>71</sup> Görski (1999) utilizou uma tipologia semântica para o estudo de cláusulas *Para* Infinitivo e constatou que os verbos de movimento estão concentrados praticamente de modo categórico nas adverbiais.

<sup>72</sup> Grupo de fatores analisado na seção 5.1.4.

<sup>73</sup> Vejamos os exemplos:

(i) O meu filho mais velho me **levou lá pra mim conhecer** (FLP08L46)

(ii) Ultimamente, ela já **ia no Departamento de Saúde pra fazer curso** (FLP08L739)

Em (ii), na cláusula núcleo, o verbo *ir* é verbo pleno, de movimento espacial, acompanhado do adjunto *Departamento de Saúde* e, a cláusula margem é adverbial reduzida final introduzida pela preposição *pra*. Segundo Cezário *et alii* (1996), em alguns contextos, o verbo *ir* também pode ser interpretado como marcador de tempo: “em todos os casos de *ir* gramaticalizado persiste, pelo menos, um traço do sentido original: o traço de movimento no espaço físico passa, através de transferência metafórica, a ser de movimento no espaço temporal”. A descrição de Cezário *et alii* (*ibidem*) para o verbo *ir* fundamentou o

O segundo tipo semântico verbal mais empregado pelos falantes é relação<sup>74</sup> com 36% das ocorrências em cláusulas núcleo e 35% em cláusulas finais. No que se refere aos fatores cognição<sup>75</sup> e estado nas cláusulas núcleo, encontramos o mesmo índice de ocorrências, 13% do total de dados. Já nas cláusulas finais, o índice para cognição (14%) foi um pouco maior do que para estado<sup>76</sup>, que registrou apenas 8% das ocorrências.

### 5.1.8 Fatores sociais

Os fatores sociais são apresentados nesta seção com o objetivo de enriquecer a descrição dos contextos de uso das cláusulas finais, uma vez que a abordagem variacionista para essas cláusulas tornou-se inviável em virtude do número restrito de dados para as cláusulas finais desenvolvidas.

Vejam, a seguir, os resultados para os grupos de fatores sociais sexo, idade e escolaridade:

**Tabela 10: Fatores sociais e cláusulas finais reduzidas**

| Fatores sociais |            |            |              |            |            |              |            |            |
|-----------------|------------|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------|------------|
| Sexo            |            |            | Idade        |            |            | Escolaridade |            |            |
|                 | Freq.      | %          |              | Freq.      | %          |              | Freq.      | %          |
| masc.           | 113        | 62         | ≥ 50         | 98         | 54         | col.         | 67         | 37         |
| fem.            | 69         | 38         | < 50         | 84         | 46         | pri.         | 59         | 32         |
|                 |            |            |              |            |            | gin.         | 56         | 31         |
| <b>Total</b>    | <b>182</b> | <b>100</b> | <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> | <b>Total</b> | <b>182</b> | <b>100</b> |

estabelecimento de uma das nossas restrições para a coleta de dados. Exemplos de *ir* gramaticalizado foram excluídos da análise e estão citados na seção 4.2 da Metodologia.

<sup>74</sup> O fator *relação* abrange as seguintes ocorrências:

- cláusula núcleo: relação: 27 e concessão/posse: 21.
- cláusula final: relação: 43 e concessão/posse: 22

<sup>75</sup> O fator *cognição* abrange as seguintes ocorrências:

- cláusula núcleo: elocução/manipulativo: 17 e cognição: 7.
- cláusula final: elocução/manipulativo: 2 e cognição: 25.

<sup>76</sup> O fator *estado*, na cláusula final, abrange as seguintes ocorrências: estado: 12 e existencial: 3.

A partir dos resultados da tabela 10, podemos constatar que os dados para o grupo de fatores sexo se encontram em distribuição mais polarizada do que os dados obtidos para os outros grupos sociais. Desse modo, temos 62% das ocorrências de cláusulas finais para falantes do sexo masculino e apenas 38% para falantes do sexo feminino. Em relação à idade, os resultados mostram-se mais equilibrados: 54% para falantes acima de 50 anos e 46% para falantes na faixa etária de 25 a 49 anos. Quanto à escolaridade, a distribuição dos dados também é equilibrada, com 37% para o nível de escolaridade colegial, 32% para o nível ginásial e 31% para o primário. Podemos observar, entretanto, que os níveis menores de escolaridade, juntos, têm a maior frequência de uso de cláusulas reduzidas finais.

#### 5.1.9 Sobre os resultados

Nesta seção, consideramos, com maior ênfase, os resultados obtidos e as questões e hipóteses que motivaram esta investigação<sup>77</sup>.

Retomamos, neste ponto, nossos comentários do início desta seção acerca da frequência de uso de uma forma. Reafirmamos que apenas o parâmetro frequência não é suficiente para considerarmos uma forma gramaticalizada, entretanto este é, de fato, um dos parâmetros utilizados em alguns estudos que tratam de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993, entre outros). Portanto, com a aplicação deste parâmetro, consideramos que as cláusulas adverbiais reduzidas finais estariam mais gramaticalizadas do que as cláusulas desenvolvidas, uma vez que as primeiras são mais frequentes do que as últimas.

A questão da frequência de uso também está relacionada com o princípio meta-icônico da marcação (Givón, 1990). Segundo esse princípio<sup>78</sup>, uma categoria cognitivamente marcada seria, também, marcada estruturalmente. Desse modo, uma construção marcada seria menos frequente, mais complexa, mais elaborada, e codificada com maior quantidade de massa fônica. Através dos resultados obtidos, em relação às cláusulas adverbiais finais, confirmamos nossa hipótese de que as desenvolvidas seriam as estruturas marcadas.

<sup>77</sup> Confira a seção Problemas e hipóteses, capítulo quatro.

<sup>78</sup> O princípio meta-icônico da marcação foi descrito no capítulo dois.

Em relação ao comportamento do sujeito em cláusulas adverbiais finais, confirmamos nossa hipótese de que na maioria das cláusulas reduzidas o sujeito seria correferente e não expresso. De acordo com Lehmann (1988), quanto maior for a integração sintática e a partilha de elementos entre a cláusula núcleo e a sua margem, tanto maior será o grau de integração entre as cláusulas. Tomando esses parâmetros como fundamentos para a análise, consideramos que os resultados dos grupos de fatores expressão ou não e correferencialidade do sujeito indicam maior integração entre a cláusula núcleo e a sua margem, quando esta última tem sujeito correferente e não expresso.

Quanto à posição estrutural da cláusula reduzida final, os resultados indicam, com uma frequência bastante alta, a ordem posposta como preferencial para as cláusulas finais. Apesar disso, também na maioria dos casos, a ordem de apresentação das cláusulas finais poderia ter sido modificada pelo falante na enunciação. A partir de Lehmann (1988), de Hopper e Traugott (1993) e Heine e Reh (1984), a restrição das cláusulas reduzidas finais à variabilidade posicional poderia ser um dos parâmetros para indicar a existência de um processo de gramaticalização. Os resultados obtidos para a posição estrutural nas cláusulas adverbiais reduzidas finais não contrariam, propriamente, a hipótese estabelecida de que as reduzidas teriam uma posição variável, mas confirmam que essa posição variável é apenas potencial, uma vez que os dados mostram que as cláusulas pospostas representam a maioria das ocorrências<sup>79</sup>.

Em relação aos traços semânticos dos verbos das cláusulas núcleo e margem, confirmamos a hipótese de que os tipos semânticos são bastante variados, com uma tendência, em ambas as cláusulas, para verbos de movimento. Quanto aos traços morfossintáticos, parece ser possível estabelecer uma correlação potencial entre as cláusulas núcleo e finais em relação ao tempo, mas não quanto ao modo dos enunciados. Além disso, para as cláusulas finais, confirmamos a hipótese de que a maioria das reduzidas apresentam uma estrutura verbal menos longa, ou seja, são codificadas com verbos plenos.

O material interveniente entre a cláusula núcleo e a cláusula margem, por exemplo, é um dos parâmetros investigados que indica graus de integração entre as cláusulas, assim, as cláusulas sem material interveniente estariam mais integradas.

---

<sup>79</sup> No que diz respeito às cláusulas desenvolvidas finais, o número muito restrito de dados registrado para essas cláusulas não permitiu a investigação da hipótese.

Para os fatores sociais, não foi possível confirmar hipóteses, em virtude do tipo de abordagem conferida às cláusulas finais.

Com base nas indicações de vários parâmetros de análise, estabelecemos um conjunto de atributos para mostrar em que medida a unidade clausal encontra-se vinculada e, conseqüentemente, gramaticalizada. Conforme já mencionado no início da seção 5.1, apesar dos poucos dados para as cláusulas desenvolvidas, não só podemos pensar em diferentes graus de integração entre essas cláusulas e as reduzidas, bem como em diferentes graus de integração e possível gramaticalização entre as cláusulas reduzidas finais.

## 5.2 Cláusulas causais

Nesta seção, analisamos, a partir dos resultados estatísticos, os contextos de uso das formas reduzida e desenvolvida em cláusulas adverbiais causais, destacando a codificação dessas cláusulas em relação aos graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização.

De acordo com Paiva (1996:63), a noção de causa pode ser tomada em sentido restrito ou amplo: “no primeiro, esta noção traz imbricados em si diversos pressupostos semânticos que reproduzem um determinado tipo de realidade. No segundo, a noção de causa dilui suas fronteiras com outras relações semânticas e é (...) construída discursiva e pragmaticamente”. As formas de realização da relação causal que investigamos em nosso trabalho correspondem às cláusulas denominadas subordinadas adverbiais pelas gramáticas normativas. Para Paiva (1996), essa forma de realização da cláusula causal estaria associada ao ato de explicar, em que o falante apresenta um fato X como origem ou motivação para um fato Y. Entretanto, tanto o *ato de explicar* como o *ato de consecutar*, do ponto de vista semântico, constituiriam concretizações lingüísticas de princípios mais gerais que garantem a possibilidade de interpretação das relações semânticas entre segmentos do discurso (Paiva, *ibidem*).

Apresentamos, a seguir, os exemplos (1) e (2)<sup>80</sup>, de construções causais reduzidas e desenvolvidas encontradas em dados de fala:

---

<sup>80</sup> Os exemplos (1) e (2) retomam, respectivamente, os exemplos (3) e (4) já apresentados no início do capítulo cinco.

- (1) Nós não temos alguma coisa deles *por terem batido em nós, não* (FLP04L283)  
(2) eu não deito no travesseiro dele, *porque eu sei que ele não suporta o cheiro de cigarro* (FLP04L371)

Vejam, a seguir, as outras três ocorrências registradas para cláusulas adverbiais causais reduzidas de infinitivo, além do exemplo (1):

- (3) Até *por ser um dos melhores alunos do colégio*, ganhou o estudo na Escola Técnica (FLP17L519)  
(4) Têm muitos que são jogados na rua, com incentivo, por coisas provocadas por amigos, a grande parte de jovens aí tem muito, mas talvez *por não conseguir namorar, conseguir arrumar alguém* (FLP14L552)

Nos exemplos (1) e (2), as cláusulas reduzida de infinitivo e desenvolvida, respectivamente, parecem ter diferentes graus de integração relativamente às cláusulas núcleo. No entanto, essa constatação não é feita sem conflitos, uma vez que as características de ambas as cláusulas são bastante diferentes. Se enfatizarmos um determinado parâmetro de avaliação<sup>81</sup>, obteremos, também, resultados diferentes. Por exemplo, em (1), o sujeito é correferente a um elemento anterior (correferencialidade parcial<sup>82</sup>) e não expresso, enquanto em (2), o sujeito é expresso e correferente (correferencialidade total). Portanto, pelos parâmetros expressão ou não do sujeito e correferencialidade, a cláusula causal (1) estaria mais integrada à núcleo. Entretanto, se analisarmos a apresentação estrutural do verbo das cláusulas margens (1) e (2), encontraremos dois elementos (auxiliar + verbo pleno) em (1) e apenas um elemento para a estrutura verbal em (2). Com esse critério, a cláusula (2) seria a mais integrada. Para justificarmos nossa afirmação inicial acerca da diferença de integração entre as cláusulas (1) e (2), podemos aplicar um outro critério de avaliação e verificar como se comporta a estrutura verbal da cláusula (1) quando potencialmente desenvolvida. Vejam como seria a cláusula desenvolvida correspondente ao exemplo (1):

- (1) Nós não temos alguma coisa deles *por terem batido em nós, não* (FLP04L283)  
(1) a. Nós não temos alguma coisa deles *porque bateram em nós, não*

<sup>81</sup> Os parâmetros que indicam diferentes graus de integração entre cláusulas foram apresentados no capítulo três, Gramaticalização de cláusulas.

<sup>82</sup> Conforme já detalhado na seção 5.1, o sujeito da cláusula margem apresenta correferencialidade parcial quando é correferente a um outro elemento presente na cláusula núcleo, que não o sujeito.



Desse modo, teríamos, para (1a) a seguinte estrutura: conectivo + verbo flexionado. Apenas a análise da contraparte desenvolvida para (1) já é suficiente para constatar a diferença de integração entre as cláusulas (1) e (2). Para a análise de cada cláusula, é necessário ter em mente o seu desdobramento (cláusula desenvolvida ou reduzida). De acordo com a análise desses critérios apresentados, parece-nos possível considerar a cláusula (1) mais integrada do que a cláusula (2).

Poderíamos dizer que, em um *continuum* de integração, as cláusulas reduzidas estão mais integradas do que as desenvolvidas. Seria possível apontar, ainda, diferenças quanto à integração das cláusulas reduzidas. Consideremos, abaixo, mais detalhadamente, essas diferenças entre os exemplos (1), (3) e (4).

Em relação aos parâmetros expressão ou não do sujeito e correferencialidade, os exemplos (3) e (4) apresentam sujeito correferente não expresso, enquanto o exemplo (1) apresenta correferencialidade parcial. Em relação à ordem, temos a cláusula (3), que é anteposta à cláusula núcleo, o que evidencia menor integração<sup>83</sup>. Se observarmos a mudança potencial da ordem das cláusulas, que também pode ser considerada um critério para medir a integração, tomaremos os dois exemplos de cláusulas causais em (4) como mais integrados à cláusula núcleo, já que não apresentam a possibilidade de codificação em outra posição.

Com a aplicação desses parâmetros seria possível estabelecer um *continuum* de integração para os exemplos de cláusulas adverbiais causais reduzidas encontrados em nossos dados. Desse modo, no exemplo (4), a primeira cláusula causal seria a mais integrada à cláusula núcleo e, nos exemplos (1) e (3), as cláusulas seriam, respectivamente, as menos integradas.

Como já mencionamos na seção 5.1 em relação às finais, também nas causais parece haver, tanto para as reduzidas como para as desenvolvidas, graus de integração e, conseqüentemente, possíveis estágios de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993). A partir da combinação de cláusulas, pretendemos averiguar essa hipótese com a análise

---

<sup>83</sup> Para Harris e Campbell (1995, *apud* Neves e Braga, 1998), uma cláusula que esteja circundada pelo material de outra está mais vinculada a esta última do que uma cláusula completa, anteposta ou posposta. Consideraríamos, por esse critério, as cláusulas intercaladas como as mais integradas à cláusula núcleo. Quanto à anteposta, se levássemos em conta a *proximidade* entre o verbo dessa cláusula e o verbo da cláusula núcleo, poderíamos propor que, em um enunciado com uma cláusula anteposta à nuclear, o verbo dessa cláusula estaria menos próximo do verbo da cláusula à qual está vinculada.

dos grupos de fatores<sup>84</sup>, investigando os graus de integração existentes nas causais desenvolvidas.

Apresentamos, a seguir, algumas características particulares às adverbiais causais encontradas em nossos dados.

A maior parte das causais são introduzidas pelo conector *porque*, conforme o exemplo (5) (que retoma (2)):

(5) eu não deito no travesseiro dele, *porque eu sei que ele não suporta o cheiro de cigarro* (FLP04L371)

O conector *por causa que* foi registrado apenas em dois casos, que destacamos a seguir:

(6) Parece que eles custam mais a comparecer ou se sentem muito constrangidos *por causa que participam muitas mulheres, né?* (FLP11L201)

(7) Então eu consegui que ele fosse aposentado *por causa que a médica mandou que a gente levasse ele lá* (FLP11L289)

Para as causais reduzidas, encontramos somente a preposição *por* como elemento de ligação entre as cláusulas. Apresentamos esses dados com o exemplo (8) (que retoma (1)):

(8) Nós não temos alguma coisa deles *por terem batido em nós, não* (FLP04L283)

Em 98 dados codificados para as adverbiais causais, foram registradas apenas quatro ocorrências de cláusulas causais sem conector ou preposição. Essas cláusulas aparecem estruturadas imediatamente na seqüência de outra cláusula causal que é introduzida por conector ou preposição e ligada à cláusula núcleo. Vejamos o exemplo (9) (que retoma (4)):

(9) Têm muitos que são jogados na rua, com incentivo, por coisas provocadas por amigos, a grande parte de jovens aí tem muito, mas talvez *por não conseguir namorar, conseguir arrumar alguém* (FLP14L552)

---

<sup>84</sup> Os grupos de fatores encontram-se listados no capítulo quatro, Metodologia.

Para cada cláusula causal registrada, investigamos, além da estrutura verbal efetivamente codificada<sup>85</sup>, a estrutura da cláusula potencialmente desenvolvida ou reduzida. Do mesmo modo como para as finais, pretendíamos avaliar se a redução ou a expansão poderiam acarretar mudanças no número de componentes da estrutura verbal da cláusula margem potencialmente desenvolvida ou reduzida. Como resultados, de um total de 94 dados para cláusulas causais desenvolvidas, obtivemos 83 ocorrências nas quais a mesma seqüência estrutural seria mantida e 11 ocorrências nas quais a estrutura verbal da cláusula potencialmente reduzida seria codificada com o acréscimo de um verbo auxiliar. Vejamos, abaixo, um exemplo para esse tipo de dado:

a. cláusula causal desenvolvida encontrada em nossos dados:

(10) Talvez eu não goste, *porque eu não aprendi a dançar* (FLP10L414)

b. cláusula causal reduzida correspondente a (10), com verbo auxiliar:

(10) a. Talvez eu não goste, *por eu não ter aprendido a dançar*<sup>86</sup>

Nas próximas seções, discutimos os resultados para os grupos de fatores expressão ou não do sujeito e correferencialidade, posição estrutural da margem, mudança potencial da ordem, material interveniente, modo e tempo do verbo e apresentação estrutural do verbo, nesta ordem, tendo em vista o processo de gramaticalização. O grupo de fatores lingüístico tipo semântico do verbo e os grupos sociais (sexo, idade e escolaridade) também são apresentados para descrever mais amplamente o contexto de uso das cláusulas causais. Além disso, após a análise de todos os grupos de fatores, consideramos os resultados apresentados em relação às hipóteses gerais estabelecidas para este estudo.

### 5.2.1 Expressão ou não do sujeito e correferencialidade

Observemos os exemplos (11) (que retoma (10)) e (12) para os fatores investigados:

---

<sup>85</sup> A estrutura verbal das cláusulas núcleo e margem são grupos de fatores cujos resultados serão apresentados no decorrer da análise das cláusulas causais. Com *estrutura efetivamente codificada* queremos diferenciar o dado encontrado na entrevista, enunciado pelo informante, de *estrutura potencial, reduzida ou desenvolvida*, que é nossa elaboração da estrutura variável correspondente àquela escolhida pelo falante no momento da enunciação.

<sup>86</sup> Exemplo elaborado a partir do dado original para esta seção.

a. sujeito expresso:

(11) Talvez eu não goste, *porque eu não aprendi a dançar* (FLP10L414)

b. sujeito não expresso:

(12) Gente nova não deve dormir com gente idosa, *porque tira o ar* (FLP22L171)

As cláusulas causais desenvolvidas apresentam os seguintes resultados para estes fatores, conforme mostramos na tabela 11:

**Tabela 11: Expressão do sujeito nas cláusulas causais desenvolvidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| expresso     | 70         | 75         |
| não expresso | 24         | 25         |
| <b>Total</b> | <b>94</b>  | <b>100</b> |

Na tabela 11, temos 75% das ocorrências para sujeito expresso<sup>87</sup> em desenvolvidas causais e 25% dos dados para sujeitos não expressos. Contrariamente aos resultados obtidos para as finais reduzidas, a expressão do sujeito em desenvolvidas causais foi o fator com maior número de dados. A partir de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) e tendo em vista os resultados da tabela 11, podemos atribuir às cláusulas causais desenvolvidas um grau menor de integração.

Observemos, a seguir, os exemplos: (13), (14) e (15), para o grupo de fatores correferencialidade:

a. sujeito correferente:

(13) Eu tenho que ir em casa imediatamente *porque eu não sei o que está acontecendo* (FLP05L347)

b. sujeito parcialmente correferente<sup>88</sup>:

(14) Isso incomoda muito eles, *porque eles acham que eles é que estão incomodando* (FLP22L160)

<sup>87</sup> Controlamos o fator *sujeito superposto*, da mesma forma como para as finais (cf. seção 5.1), mas não encontramos nenhuma ocorrência em causais para esse tipo de dado.

<sup>88</sup> Encontramos nove ocorrências para sujeitos parcialmente correferentes. Todas essas ocorrências apresentam sujeitos expressos e foram amalgamadas com o fator *sujeito correferente* (cf. tabela 12).

c. sujeito não correferente:

(15) Mas quanto à educação dos filhos, tudo bem, continuou tudo como antes, *porque ela já tinha autoridade dentro de casa* (FLP22L112)

A seguir, apresentamos os resultados cruzados para expressão e correferencialidade do sujeito em cláusulas causais desenvolvidas:

**Tabela 12: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito nas cláusulas causais desenvolvidas**

|              | sujeito cor. | %         | sujeito não cor. | %         | Total     | %          |
|--------------|--------------|-----------|------------------|-----------|-----------|------------|
| expresso     | 34           | 49        | 36               | 51        | 70        | 75         |
| não expresso | 13           | 54        | 11               | 46        | 24        | 25         |
| <b>Total</b> | <b>47</b>    | <b>50</b> | <b>47</b>        | <b>50</b> | <b>94</b> | <b>100</b> |

A tabela 12 mostra que 51% das ocorrências que correspondem a sujeitos expressos apresentam, também, sujeitos não correferentes e 54% das ocorrências de sujeitos não expressos são correferentes<sup>89</sup> ao sujeito da cláusula nuclear.

Os resultados acima descritos para os grupos de fatores expressão e correferencialidade do sujeito em cláusulas causais desenvolvidas sugerem que, nesse tipo de cláusulas, parece haver uma tendência para a expressão do sujeito mesmo quando ele é correferente. A partir de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), parece-nos que essa tendência reforça a suposição de que há uma menor integração sintática e partilha de elementos entre as cláusulas causais desenvolvidas que possuem sujeito expresso e correferente ao sujeito da cláusula núcleo.

Através da análise dos parâmetros propostos por Lehmann (*ibidem*) e Hopper e Traugott (*ibidem*), poderíamos pensar em estágios de gramaticalização diferentes para as cláusulas adverbiais desenvolvidas causais, por exemplo, em cláusulas causais com sujeito expresso e correferente, o grau de integração e possível gramaticalização seria menor do que em cláusulas com sujeito correferente e não expresso.

### 5.2.2 Posição estrutural da margem

Apresentamos, para este grupo de fatores, os exemplos (16), (17) (que retoma (13)) e (18) para as posições anterior e posterior e intercalada, respectivamente:

<sup>89</sup> Do mesmo modo como para as finais (cf. seção 5.1), controlamos separadamente o fator denominado *sujeito correferente partitivo*, entretanto, não encontramos nenhuma ocorrência para esse tipo de dado nas cláusulas causais desenvolvidas.

- (16) *Porque as amiguinhas estudam nos colégios melhores, ela acha que ali é colégio inferior* (FLP11L478)
- (17) *Eu tenho que ir em casa imediatamente porque eu não sei o que está acontecendo* (FLP05L347)
- (18) *eu acho que ele, porque ele é pai, Deus é pai, ele perdoa, não é?* (FLP22L17)

Vejamos, a seguir, os resultados na tabela 13:

**Tabela 13: Posição estrutural das cláusulas causais desenvolvidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| posterior    | 88         | 94         |
| anterior     | 5          | 0,5        |
| intercalada  | 1          | 0,1        |
| <b>Total</b> | <b>94</b>  | <b>100</b> |

Analisando a posição estrutural da cláusula margem em relação à cláusula núcleo, observamos que a posição preferencial para as cláusulas desenvolvidas causais é a posterior, com 94% do número de dados<sup>90</sup>.

Destacamos, em nossos dados, uma ocorrência de cláusula desenvolvida causal intercalada. Segundo Neves e Braga (1998), esse tipo de cláusula é mais estreitamente vinculada à cláusula núcleo do que uma outra que a preceda ou anteceda.

Conforme Paiva (1995), as cláusulas ligadas por conectores estão mais propensas à posposição: “no caso da relação semântica de causalidade, a ordenação das cláusulas é por si mesma um índice da conexão causal entre os segmentos do enunciado”. A autora (*ibidem*) constata a superposição de efeito de dois princípios<sup>91</sup>: através da ordenação causa-efeito o falante concretiza a noção de temporalidade na relação causal ao mesmo tempo que efetiva a coesão textual; com a ordenação efeito-causa, mantém a continuidade discursiva, entretanto ignora a seqüencialidade temporal.

<sup>90</sup> De outro modo, Braga (1996), verificando a posição das cláusulas de tempo-condição em seus dados, mostra que o número de cláusulas antepostas é maior do que o número de cláusulas pospostas. Segundo Braga (*ibidem*), a partir de Haiman e Thompson (1984), a posição em que a cláusula é codificada tem correlação com o cancelamento de constituintes.

<sup>91</sup> Os princípios analisados por Paiva (1995) são: o princípio de distribuição de informação e o princípio de iconicidade (confira a seção Gramaticalização de cláusulas).

Associado ao princípio de temporalidade ou seqüencialidade temporal está o pressuposto de *ordem natural*, segundo o qual a ordem em que os fatos ocorrem na realidade se reflete na ordenação de cláusulas *causa*  $\Rightarrow$  *efeito*. Como consequência dessa suposição, teríamos a percepção da organização de aspectos do mundo natural refletidos na organização da língua (Givón, 1979). Segundo Paiva (1991), a *ordem inversa* é usada intencionalmente, quando o falante pretende enfatizar uma idéia<sup>92</sup>.

Ainda de acordo com Paiva (*ibidem*), o conector *porque*, que introduz grande parte das cláusulas causais desenvolvidas, estaria assumindo uma função especializada, a de introduzir informações novas no discurso, através de um processo de assimilação das características de uma posição que lhe é preferencial nesse tipo de cláusula.

De modo semelhante como observado em relação às finais, na combinação de cláusulas, uma freqüência bastante alta da apresentação da ordem posterior para as cláusulas desenvolvidas causais seria um indício de sua restrição à variabilidade posicional e, conseqüentemente, da existência de um estágio de gramaticalização (Lehmann, 1988 e Heine e Reh, 1984).

### 5.2.3 Mudança potencial da ordem

Além da posição em que a cláusula causal é codificada, testamos, da mesma forma como para as finais, se a cláusula causal poderia ou não ter sido codificada em outra ordem que não a escolhida pelo falante durante a enunciação.

Vejamos, a seguir, os exemplos (19) (que retoma (11)<sup>93</sup>) e (20) para os fatores investigados:

a. com mudança potencial da ordem:

(19) Talvez eu não goste, *porque eu não aprendi a dançar* (FLP10L414)

b. sem mudança potencial da ordem:

(20) E assim: vou moer cana, mas era *porque a gente rondava a praça toda*  
(FLP08L279)

<sup>92</sup> A partir de Ford (1988), Paiva (1991) destaca a necessidade de se considerar o tipo semântico da cláusula em relação à ordem. Para as causais, a tendência seria a posposição, enquanto as condicionais tenderiam à anteposição.

<sup>93</sup> A indicação do exemplo anterior retomará sempre apenas a última citação do exemplo em questão.

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 14:

**Tabela 14: Mudança potencial da ordem nas cláusulas causais desenvolvidas**

|              | Frequência | %          |
|--------------|------------|------------|
| com mudança  | 90         | 96         |
| sem mudança  | 4          | 0,4        |
| <b>Total</b> | <b>94</b>  | <b>100</b> |

Os resultados mostram que em 96% das ocorrências, as cláusulas adverbiais desenvolvidas causais poderiam ter sido codificadas pelo falante em outra ordem. No entanto, os resultados da seção anterior *Posição estrutural da margem*, apresentam a maior parte das cláusulas causais (94%) preferencialmente na posição posterior, ou seja, tomando-se uma ordem linear de apresentação dos constituintes da cláusula, da esquerda para a direita, as cláusulas causais aparecem quase sempre à direita, após a cláusula núcleo.

Do mesmo modo como para as finais, os resultados obtidos confirmam a existência, em nossos dados, de uma restrição das cláusulas desenvolvidas causais à variabilidade posicional. Além disso, a tendência à posposição também indicaria, para as causais, o *início* de um processo de gramaticalização das cláusulas (Lehmann, 1985).

#### 5.2.4 Material interveniente

A presença de material interveniente entre as cláusulas núcleo e margem é outro parâmetro possível para avaliar a integração entre cláusulas, proposto a partir de Lehmann (1988) e Thompson (1985).

Vejamos, a seguir, os exemplos (21), (22) e (23) para alguns dos fatores investigados:

a. sem material interveniente:

(21) Não sabe *porque você é nova* (FLP08L415)

b. adjuntos:

(22) Eles vieram pra Florianópolis *porque todo mundo dizia que Florianópolis era bom* (FLP08L68)



c. combinação de itens<sup>94</sup>:

(23) Aquilo ali era muito bonito mesmo, *porque era muito bem cuidado* (FLP15L463)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 15:

**Tabela 15: Material interveniente entre as cláusulas nucleares e as cláusulas causais desenvolvidas**

|                           | Frequência | %   |
|---------------------------|------------|-----|
| itens isolados            | 42         | 50  |
| sem material              | 21         | 25  |
| cláusula intercalada      | 13         | 15  |
| combinação de itens       | 9          | 10  |
| <b>Total<sup>95</sup></b> | 85         | 100 |

Os resultados mostram que a maioria das cláusulas adverbiais desenvolvidas causais apresenta algum tipo de material interveniente em relação a sua cláusula núcleo. Dentre essas cláusulas, 50% apresentam itens isolados<sup>96</sup> como material interveniente. As cláusulas que não apresentam qualquer tipo de material interveniente correspondem a 25% do total de dados, as intercaladas entre a cláusula núcleo e a margem somam 15% dos dados e as cláusulas com mais de um tipo de elemento como material interveniente têm 10% dos dados registrados.

Da mesma forma como para as finais, a partir desses resultados, poderíamos estabelecer um *continuum* de integração entre as cláusulas núcleo e causal, observando-se a existência ou não de material interveniente entre as cláusulas e, ainda, o tipo de material interveniente registrado. Desse modo, teríamos a seguinte ordem em um *continuum* (maior integração para menor), especificamente para este grupo de fatores: cláusulas interligadas sem a presença de qualquer material interveniente > cláusulas interligadas com a presença de um item > cláusulas interligadas com a presença de uma combinação de itens > cláusulas interligadas com a presença de uma outra cláusula intercalada.

<sup>94</sup> Confira a descrição dos fatores na seção 5.1, Cláusulas finais.

<sup>95</sup> Neste grupo de fatores, as cláusulas antepostas e a intercalada à cláusula núcleo (6 ocorrências) e as cláusulas com a mesma estrutura sintático-semântica de uma cláusula causal imediatamente anterior (3 ocorrências), totalizando 9 dados, foram excluídas do total geral de dados.

<sup>96</sup> Para fins de organização na apresentação dos resultados, foram reunidas em *itens isolados* as seguintes ocorrências: marcadores ou partículas enfáticas: 5; adjuntos: 20; argumentos verbais: 13 e predicativos: 4.

## 5.2.5 Tempo e modo do verbo

Este grupo de fatores caracteriza o comportamento dos verbos das cláusulas núcleo e margem em relação ao modo e ao tempo.

Testamos, com este grupo de fatores, a correlação modo-temporal entre as cláusulas núcleo e margem, um dos parâmetros propostos por Lehmann (1988) para avaliar o grau de integração entre cláusulas. Este parâmetro também foi testado por Neves e Braga (1998) em construções hipotáticas temporais e condicionais.

Vejamos, a seguir, alguns exemplos para os fatores investigados:

a. pretérito perfeito do indicativo:

(24) eu lavei muita louça *porque eu já fui servente de escola* (FLP17L388)

b. pretérito imperfeito do indicativo:

(25) a gente pegava o carrinho de mão *porque não tinha carro* (FLP08L311)

c. presente do indicativo:

(26) Tem que também ter um pouco de cuidado *porque a gente trabalha em serviço que é perigoso* (FLP09L297)

Vejamos os resultados para este grupo de fatores na tabela 16:

**Tabela 16: Tempo e modo do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas**

| Modo         | Tempo     | Núcleo |     | Causal |     |
|--------------|-----------|--------|-----|--------|-----|
|              |           | Freq.  | %   | Freq.  | %   |
| indicativo   | presente  | 56     | 60  | 57     | 61  |
|              | pretérito | 33     | 35  | 34     | 36  |
|              | futuro    | 1      | 0,1 | -      | -   |
| subjuntivo   | pretérito | -      | -   | 2      | 0,2 |
|              | presente  | -      | -   | 1      | 0,1 |
|              | futuro    | -      | -   | -      | -   |
| outros       |           | 4      | 0,4 | -      | -   |
| <b>Total</b> |           | 94     | 100 | 94     | 100 |

A partir dos resultados obtidos para o grupo de fatores tempo e modo das cláusulas nucleares e causais, podemos observar que, de modo geral, há um uso quase categórico do modo indicativo na codificação dessas cláusulas. Apenas três ocorrências, na cláusula margem, foram registradas para o subjuntivo.

Em relação ao tempo no indicativo, as cláusulas núcleo e causal mostram um emprego equilibrado. As cláusulas núcleo apresentam o maior número de ocorrências para o presente (56 dados). O pretérito<sup>97</sup> é usado em 33 dados e o futuro, em apenas uma ocorrência. Da mesma forma, as cláusulas causais apresentam o índice mais alto para o presente (61%). O pretérito, também nas cláusulas margens, ocupa a segunda posição, com 36% dos dados, já para o futuro, não foi registrada nenhuma ocorrência.

Registramos, ainda, 0,4% dos dados para o fator codificado como outros<sup>98</sup>.

Os dados mostram que é possível correlacionar as cláusulas núcleo e causais quanto ao modo e ao tempo dos enunciados, ou seja, na maior parte das construções causais, os falantes tenderiam a manter o modo e o tempo empregados na cláusula núcleo. Essa correlação parece ser justificada, no caso das desenvolvidas causais, pelo uso do conector *porque*, associado ao modo indicativo. Além disso, as cláusulas causais codificariam situações com projeção para o tempo passado ou presente e, muito raramente, para o tempo futuro.

Os resultados indicam maior integração entre as cláusulas núcleo e causal nas quais é possível estabelecer correlação modo-temporal. Nessa perspectiva, também teríamos, nessas cláusulas, possibilidade de graus diferentes de gramaticalização.

### 5.2.6 Apresentação estrutural do verbo

Foram controlados vários fatores para caracterizar o modo de apresentação do verbo da cláusula núcleo e da margem, alguns dos quais apresentamos, a seguir, com os exemplos (27) (que retoma (22)), (28) e (29):

a. verbo pleno:

(27) Eles vieram pra Florianópolis *porque todo mundo dizia que Florianópolis era bom*  
(FLP08L68)

---

<sup>97</sup> Em *pretérito* do indicativo estão incluídas as seguintes ocorrências:

a. cláusula núcleo: pretérito imperfeito: 18 e pretérito perfeito: 15;  
b. cláusula causal: pretérito perfeito: 12 e pretérito imperfeito: 22.

<sup>98</sup> Os dados registrados para esse fator correspondem a ocorrências com formas nominais.

b. verbo auxiliar + verbo pleno:

(28) a minha mãe quis, **mandou fazer** um quarto pra ela junto com a casa, um aumento da casa, um quarto, *porque ela quis se desligar do barulho da televisão* (FLP22L155)

c. verbo suporte<sup>99</sup>:

(29) esse já é o terceiro diretor que eu alcanço ali, *porque eu já tenho 18 anos de trabalho, né?* (FLP07L77)

Vejamos os resultados na tabela 17:

**Tabela 17: Apresentação estrutural do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas**

|                        | Núcleo    |            | Causal    |            |
|------------------------|-----------|------------|-----------|------------|
|                        | Freq.     | %          | Freq.     | %          |
| verbo pleno            | 76        | 80         | 85        | 90         |
| auxiliar + verbo pleno | 18        | 20         | 10        | 10         |
| <b>Total</b>           | <b>94</b> | <b>100</b> | <b>94</b> | <b>100</b> |

A tabela acima mostra um equilíbrio entre os resultados para as cláusulas núcleo e adverbial causal. Do total obtido para as cláusulas núcleo, 80% das ocorrências correspondem a verbos plenos<sup>100</sup>, enquanto 20% dos dados correspondem à estrutura auxiliar mais verbo pleno<sup>101</sup>. Para as cláusulas causais, o índice de 90% das ocorrências está associado ao emprego de verbos plenos<sup>102</sup> pelos falantes na codificação, e apenas 10% dos dados correspondem ao uso de auxiliar mais verbo pleno<sup>103</sup>.

Assim como observamos em relação às finais, as cláusulas desenvolvidas causais foram codificadas preferencialmente com verbos plenos. Essas cláusulas, que têm uma estrutura menos longa, podem apresentar uma integração maior em relação à cláusula núcleo.

<sup>99</sup> Confira a descrição para verbos suporte na seção 5.1, Cláusulas finais.

<sup>100</sup> Em *verbos plenos* estão incluídas as seguintes ocorrências: verbos suporte: 2 e verbo elíptico: 5.

<sup>101</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídas as ocorrências de modal + verbo pleno: 10.

<sup>102</sup> Do mesmo modo como para os fatores da cláusula núcleo, os fatores para a cláusula causal foram amalgamados. *Verbos plenos* incluem: verbos suporte: 5.

<sup>103</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídos: modal + verbo pleno: 3.

### 5.2.7 Tipo semântico do verbo

O tipo semântico do verbo<sup>104</sup> da cláusula núcleo e da cláusula margem também foi um dos grupos de fatores controlado, para o qual apresentamos, a seguir, os exemplos (30), (31), (32), (33) e (34)<sup>105</sup>:

a. movimento:

(30) Eles **vieram** pra Florianópolis *porque todo mundo dizia que Florianópolis era bom* (FLP08L68)

b. estado:

(31) Aquilo ali era muito bonito mesmo, *porque era muito bem cuidado* (FLP15L463)

c. relação:

(32) Está certo que não acabamos por causa da briga, foi *porque perdemos pra uma Argentina que não tinha nada* (FLP02L431)

d. cognição/percepção/elocução:

(33) Não **sabe** *porque você é nova* (FLP08L415)

e. necessidade:

(34) Eu **tenho** que ir em casa imediatamente *porque eu não sei o que está acontecendo* (FLP05L347)

Vejamos os resultados para esse grupo de fatores na tabela 18:

---

<sup>104</sup> Confira a seção 5.1, Cláusulas finais, em relação à tipologia semântica utilizada para a codificação dos dados.

<sup>105</sup> Os exemplos (30), (31), (33) e (34) retomam, respectivamente, (27), (23), (21) e (17).

**Tabela 18: Tipo semântico do verbo das cláusulas nucleares e das cláusulas causais desenvolvidas**

|              | Núcleo    |            | Causal    |            |
|--------------|-----------|------------|-----------|------------|
|              | Freq.     | %          | Freq.     | %          |
| relação      | 29        | 31         | 27        | 29         |
| estado       | 24        | 25         | 35        | 37         |
| cognição     | 22        | 22         | 16        | 17         |
| movimento    | 19        | 20         | 12        | 13         |
| necessidade  | 2         | 2          | 4         | 4          |
| <b>Total</b> | <b>94</b> | <b>100</b> | <b>94</b> | <b>100</b> |

Os dados apresentam uma distribuição equilibrada, comparando-se a cláusula núcleo e a cláusula adverbial causal. Para a cláusula núcleo, os maiores índices de ocorrências registrados foram para os tipos semânticos caracterizados como relação<sup>106</sup> e estado<sup>107</sup>, com percentual de 31% e 25% respectivamente e para a cláusula causal, os percentuais mais significativos foram registrados, em primeiro lugar, para estado, com 37% e, em segundo, para relação, com 29%.

No que se refere aos demais fatores, tanto a cláusula núcleo como a cláusula causal apresentam índices menores, o fator cognição<sup>108</sup> atinge 22% e 17%, o fator movimento<sup>109</sup> 20% e 13% e o fator necessidade<sup>110</sup> 2% e 4%, respectivamente.

A partir dos resultados encontrados, parece ser possível relacionar os tipos semânticos de verbos mais freqüentes com o contexto de ocorrência das cláusulas causais. Nesse contexto, o falante emprega verbos que representem argumentação, justificativa, descrição de opiniões e percepção sobre o mundo, portanto, pode-se associar a esse tipo de discurso a freqüência maior dos verbos de relação, estado e cognição.

<sup>106</sup> O fator *relação* abrange as seguintes ocorrências:

- a. cláusula núcleo: relação: 24; concessão/posse: 4 e realização: 1.
- b. cláusula final: relação: 18 e concessão/posse: 9.

<sup>107</sup> O fator *estado* abrange as seguintes ocorrências:

- a. cláusula núcleo: estado: 24.
- b. cláusula causal: estado: 33 e existencial: 2.

<sup>108</sup> O fator *cognição* abrange as seguintes ocorrências:

- a. cláusula núcleo: cognição/percepção: 16 e elocução/manipulativo: 5.
- b. cláusula causal: cognição/percepção: 13 e elocução/manipulativo: 3.

<sup>109</sup> O fator *movimento* abrange as seguintes ocorrências:

- a. cláusula núcleo: movimento 1: 11; movimento 2: 6 e processo: 2.
- b. cláusula causal: movimento 1: 11 e movimento 2: 1.

<sup>110</sup> O fator *necessidade* abrange as seguintes ocorrências:

- a. cláusula núcleo: necessidade: 2.
- b. cláusula causal: necessidade: 3 e possibilidade: 1.

### 5.2.8 Fatores sociais

Os fatores sociais sexo, idade e escolaridade são apresentados nesta seção para melhor descrever os contextos de uso das cláusulas causais, uma vez que, de modo semelhante às finais, a abordagem variacionista para as cláusulas causais tornou-se inviável em virtude do número restrito de dados para as causais reduzidas.

Vejamos, a seguir, os resultados para os grupos de fatores sociais sexo, idade e escolaridade:

**Tabela 19: Fatores sociais e cláusulas causais desenvolvidas**

| Fatores sociais |           |            |              |           |            |              |           |            |
|-----------------|-----------|------------|--------------|-----------|------------|--------------|-----------|------------|
| Sexo            |           |            | Idade        |           |            | Escolaridade |           |            |
|                 | Freq.     | %          |              | Freq.     | %          |              | Freq.     | %          |
| fem.            | 61        | 65         | ≥ 50         | 58        | 62         | gin.         | 37        | 39         |
| masc.           | 33        | 35         | < 50         | 36        | 38         | col.         | 30        | 32         |
|                 |           |            |              |           |            | pri.         | 27        | 29         |
| <b>Total</b>    | <b>94</b> | <b>100</b> | <b>Total</b> | <b>94</b> | <b>100</b> | <b>Total</b> | <b>94</b> | <b>100</b> |

A partir dos resultados da tabela 19, podemos constatar que os dados para o grupo de fatores escolaridade encontram-se em distribuição mais equilibrada do que os dados obtidos para os outros grupos sociais. Desse modo, temos 39% para o nível de escolaridade ginásial, 32% para o nível colegial e 29% para o primário. Em relação à idade, os resultados mostram-se mais polarizados: 62% para falantes acima de 50 anos e 38% para falantes na faixa etária de 25 a 49 anos. Quanto ao grupo de fatores sexo, os dados também mostram-se polarizados: 65% das ocorrências de cláusulas causais são para falantes do sexo feminino e apenas 35% para falantes do sexo masculino.

### 5.2.9 Sobre os resultados

Confrontamos, nesta seção, os resultados obtidos para as cláusulas causais e as questões e hipóteses que motivaram esta investigação<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Confira a seção Problemas e hipóteses, capítulo quatro.

A partir da aplicação do parâmetro frequência, um dos parâmetros utilizados em alguns estudos que tratam de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993, entre outros), poderíamos considerar que as cláusulas adverbiais desenvolvidas causais, mais frequentes, estariam mais gramaticalizadas do que as cláusulas reduzidas. Entretanto, a aplicação desse parâmetro em relação às causais deve ser discutida mais detalhadamente. Conforme já mencionamos<sup>112</sup>, apenas o parâmetro frequência de uso, isoladamente, não é suficiente para determinar a existência de um processo de gramaticalização. Além disso, a frequência pode estar relacionada a outros fenômenos lingüísticos.

Segundo o princípio meta-icônico da marcação<sup>113</sup>, uma categoria cognitivamente marcada seria, também, marcada estruturalmente, desse modo, uma construção marcada seria menos frequente, mais complexa, mais elaborada, e codificada com maior quantidade de massa fônica. As causais desenvolvidas seriam as estruturas mais complexas, mais elaboradas e codificadas com maior quantidade de massa fônica, no entanto, não são as estruturas menos frequentes.

A preferência do falante pela introdução das cláusulas causais através do conector *porque*, cujo uso determina a codificação de uma cláusula desenvolvida, pode estar relacionada a questões de natureza discursiva. Segundo Paiva (1991), o *porque*, conector preferencial para as cláusulas causais, seria um conector especializado na introdução de informação nova, por ter assimilado as características de uma posição em que ocorre mais frequentemente.

A atuação dos princípios de distribuição de informação e de iconicidade sobre a ordenação de cláusulas tem sido constatada em estudos lingüísticos (Paiva, 1991 e Görski, 1996). Paiva (1991) constata a atuação do princípio de distribuição de informação sobre a ordenação de cláusulas causais efeito-causa. Através dessa ordenação, o falante mantém a continuidade discursiva. A ordenação efeito-causa é mais provável quando uma cláusula causal com informação não mencionada no contexto está relacionada a uma cláusula efeito com informação mencionada anteriormente. A partir disso, seria possível questionar se a frequência das cláusulas desenvolvidas não estaria dissociada dos parâmetros que permitem identificar um processo de gramaticalização.

---

<sup>112</sup> Confira a seção 5.1, Cláusulas finais.

<sup>113</sup> O princípio meta-icônico da marcação foi descrito no capítulo dois.



Retomamos, ainda, o princípio de marcação para analisar, mais detalhadamente, as cláusulas causais cuja estrutura verbal, na cláusula desenvolvida, é codificada com verbo pleno e, na cláusula reduzida correspondente, é codificada com um verbo auxiliar + verbo pleno<sup>114</sup>. Esse tipo de cláusula mostra uma característica particular; para manter o tempo verbal, a forma reduzida apresenta uma estrutura mais longa.

Comparando a estrutura dessa reduzida causal, menos freqüente, mais longa, com mais material fônico e mais complexa, com a estrutura de uma outra reduzida codificada apenas com verbo pleno, poderíamos considerar a primeira uma estrutura marcada. Além disso, também seria possível supor que a reduzida, com estrutura menos complexa, estivesse mais gramaticalizada pelo critério de freqüência. Entretanto, o número de dados é muito restrito para confirmar essas considerações.

Em relação ao comportamento do sujeito em cláusulas adverbiais causais, na maioria das cláusulas desenvolvidas o sujeito apresentou-se expresso. Nesse tipo de cláusulas, parece haver uma tendência para a expressão do sujeito mesmo quando ele é correferente. Tomando os parâmetros de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), como fundamentos para a análise, parece-nos que essa tendência reforça a suposição de que há uma menor integração sintática e partilha de elementos entre as cláusulas desenvolvidas e a cláusula núcleo.

Quanto à posição estrutural das cláusulas desenvolvidas causais, a ordem posposta é apontada como preferencial. Nesse sentido, a restrição das cláusulas desenvolvidas causais à variabilidade posicional poderia ser um dos parâmetros para indicar a existência de um processo de gramaticalização (Lehmann, *ibidem*, Hopper e Traugott, *ibidem* e Heine e Reh, 1984). Podemos, ainda, relacionar os resultados obtidos para esse grupo de fatores com o uso preferencial de *porque* como conector das cláusulas causais, nesse caso, restrições discursivas também estariam influenciando a ordenação das cláusulas<sup>115</sup>.

Em relação aos traços semânticos dos verbos das cláusulas núcleo e margem, confirmamos a hipótese de que os tipos semânticos são bastante variados, com o emprego preferencial, em ambas as cláusulas, de verbos de relação e estado. Destacamos, ainda, que as cláusulas causais apresentam uma estrutura verbal menos longa, ou seja, são codificadas com verbos plenos. Quanto aos traços morfossintáticos,

<sup>114</sup> Confira os exemplos (1) e (11), apresentados nesta seção.

<sup>115</sup> Confira na seção Gramaticalização de cláusulas, os estudos de Paiva (1991, 1995) e Görski (1996).

parece ser possível correlacionar as cláusulas núcleo e causais em relação ao tempo e ao modo dos enunciados, o que mostra um grau maior de integração para essas cláusulas, relativamente a este parâmetro (Lehmann, *ibidem*).

Outro parâmetro investigado que indica graus de integração entre as cláusulas, o material interveniente, mostrou que a maioria dos dados possui algum tipo de elemento entre as cláusulas núcleo e margem. Dentre o total de dados, as cláusulas sem material interveniente estariam mais integradas.

No que se refere aos fatores sociais, não foi possível confirmar hipóteses, já que as cláusulas causais não receberam tratamento variacionista<sup>116</sup>.

Do mesmo modo como para as finais, com base nas indicações de vários parâmetros de análise, estabelecemos um conjunto de atributos para mostrar em que medida a unidade clausal encontra-se vinculada e, conseqüentemente, gramaticalizada. Dessa forma, podemos identificar diferentes graus de integração entre as cláusulas causais reduzidas e as desenvolvidas e, ainda, estabelecer um *continuum* de integração para as cláusulas desenvolvidas causais.

### 5.3 Cláusulas temporais

Apresentamos, nesta seção, a análise dos resultados estatísticos para o emprego variável das formas reduzida de infinitivo e desenvolvida em cláusulas adverbiais temporais. Para investigar o que motiva a escolha variável dessas duas formas, levantamos fatores condicionadores lingüísticos e sociais cujo tratamento estatístico pode auxiliar na descrição dos contextos de uso preferenciais de cada uma das formas das cláusulas adverbiais temporais. Além disso, o controle dos fatores também possibilita a análise dos graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização dessas cláusulas.

Retomamos, abaixo, os exemplos (12) e (13), de construções reduzidas temporais e desenvolvidas encontradas em dados de fala, como (1) e (2):

- (1) nós temos que ter, sim, uma casa de abrigados, mas que pegue a criança ou o garoto  
*antes de ele cair no mal* (FLP02L820)

---

<sup>116</sup> Confira o início da seção cinco deste capítulo.

(2) No início, ele procurou um pouco, mas *depois que ele soube que a minha filha ficou grávida*, ele sumiu (FLP11L137)

Vejamos, a seguir, a distribuição geral das cláusulas temporais que compõem nossos dados:

**Tabela 20: Distribuição das cláusulas temporais reduzidas e desenvolvidas**

|               | Frequência | %          |
|---------------|------------|------------|
| desenvolvidas | 46         | 67         |
| reduzidas     | 23         | 33         |
| <b>Total</b>  | <b>69</b>  | <b>100</b> |

Os resultados mostram um frequência menor de cláusulas temporais reduzidas (33%). As cláusulas desenvolvidas seriam, pelo menos em relação à frequência, a construção não marcada. Retomaremos essa questão ao longo da análise dos dados.

Observemos, a seguir, características particulares das cláusulas temporais.

Uma dessas características diz respeito aos elementos que ligam as cláusulas temporais à cláusula núcleo. Em nossos dados, as cláusulas temporais são introduzidas por uma variedade de elementos, como conectivos, preposições e locuções<sup>117</sup>.

Vejamos alguns exemplos para esses elementos de ligação entre as cláusulas:

(3) Então a gente enchia de feijão e *na hora de ligar aquilo*, começou, assim, a vazar feijão (FLP01L746)

(4) *Quando chegava o meio-dia*, era época mesmo da fartura (FLP12L1020)

(5) *No tempo que eu nasci* existia engenho de farinha (FLP12L29)

<sup>117</sup> As locuções conjuntivas são caracterizadas de diversas formas por vários autores. Cunha (1994) restringe os elementos que, associados à partícula *que*, formariam as locuções. Para esse autor (*ibidem*), as locuções são formadas da partícula *que* antecedida de advérbios, de preposições e de participios. Outros autores (Luft, 1985, Bechara, 1975 e Mattoso Câmara, 1978), não determinam tão exatamente os elementos que devem, junto com o *que*, compor uma locução conjuntiva. Segundo Luft (*op.cit.*), duas ou mais palavras gramaticais com função de conectivo conjuncional, geralmente terminando em *que* constituem uma locução conjuntiva. Para Bechara (*op.cit.*), a locução conjuntiva é um grupo de palavras com valor e emprego de uma conjunção. Conforme Mattoso Câmara (*op.cit.*), o *que* é o elemento base de locuções conjuntivas. Quanto à locução prepositiva, para o mesmo autor (*ibidem*), além da preposição, podem fazer parte de uma locução um advérbio ou um substantivo gramaticalizado. Segundo Hopper e Traugott (1993), conectores têm suas fontes em nomes, verbos, advérbios, pronomes, morfemas de caso, afixos derivacionais, e combinações frasais desses elementos. Uma vez recrutados como marcadores de ligação de cláusulas, construções originalmente lexicais sofrem o mesmo tipo de mudança que sofreriam como membros de um *continuum* nome-a-afixo ou verbo-a-afixo. Ainda segundo os autores (*ibidem*), os marcadores de ligação de cláusulas são, em suas origens, motivados pelo desejo dos falantes de serem claros e informativos, particularmente para dar direções aos ouvintes na interpretação de cláusulas. O estudo interlingüístico de marcadores de ligação de cláusulas tem levado lingüistas a caracterizar a função de muitos tipos de combinação de cláusulas.

- (6) Naquele tempo, *antes de eu nascer*, pelo menos aqui, foram aglomerados muitos escravos (FLP12L872)
- (7) Ele também fazia teste *na época que estava na ativa* (FLP02L1261)

Apresentamos, a seguir, os resultados para os elementos que fazem a ligação das cláusulas temporais:

**Tabela 21: Elementos de ligação e redução de cláusulas temporais**

|                            | Aplicação/Total | %         |
|----------------------------|-----------------|-----------|
| antes que/dê               | 8/8             | 100       |
| até/que                    | 6/9             | 67        |
| depois que/de              | 5/9             | 56        |
| hora que/de                | 3/8             | 38        |
| quando/ao                  | 23              | 0         |
| época que/de               | 6               | 0         |
| tempo que/de               | 4               | 0         |
| dia que/de                 | 2               | 0         |
| <b>Total<sup>118</sup></b> | <b>22/69</b>    | <b>33</b> |

A partir da tabela 21, observamos que alguns elementos apresentam resultados categóricos: *antes de* introduz sempre cláusulas reduzidas e *quando*, *época que*, *tempo que* e *dia que* introduzem cláusulas desenvolvidas. Os outros elementos mostram uso variável, *até/que* 67%, *depois de/que* 56% e *hora de/que* 38%. Destacamos, ainda, que o elemento com o maior número de ocorrências em cláusulas temporais, 23 cláusulas de um total de 69 dados, é o conectivo *quando*, associado à codificação de temporais desenvolvidas. Segundo Luft (1985), as cláusulas introduzidas por *quando* seriam derivadas de adjetivas a que se suprime o antecedente: [Saíram [quando (no momento quando < no momento em que) a sineta tocou]]; sempre (< em todos os momentos em que; antes/depois (do momento em) que; etc. Uma proposta de trajetória de mudança que contemple cláusulas adjetivas como origem para cláusulas adverbiais temporais envolve alguns questionamentos. A fim de situar essa discussão, retomemos alguns pressupostos apresentados a partir de Hopper e Traugott (1993), Paiva (1998) e Lehmann (1988). Segundo Hopper e Traugott (1993), do ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma cláusula complexa envolve a combinação em uma estrutura integrada de dois núcleos separados e autônomos que são mutuamente

<sup>118</sup> Foi excluída, do total de 23 dados, uma ocorrência de cláusula temporal sem elemento de ligação, com a mesma estrutura sintática de uma outra anterior.

relevantes. No processo de mudança, a nova estrutura torna-se mais complexa, consistindo de duas subpartes combinadas, a cláusula núcleo e a margem. Os mesmos autores (*ibidem*) sugerem, para a combinação de cláusulas, a distribuição de três categorias em um *continuum* com diferentes graus de dependência e encaixamento: parataxe > hipotaxe > subordinação. De acordo com Paiva (1998), o percurso de aquisição do português por indígenas reproduz o caminho da mudança lingüística nos processos de articulação de cláusulas. Segundo a autora (*ibidem*), à medida que o indígena domina o português, de formas paratáticas passa a utilizar as formas de ligação mais estreitas, hipotáticas. Consideremos, ainda, o *continuum* de nível sintático (quanto mais baixo o nível sintático, mais firmemente a cláusula margem é integrada à cláusula núcleo) proposto por Lehmann (1988) para um enunciado: fora da nuclear < à margem da nuclear < dentro da nuclear < dentro do SV (como argumento interno do verbo, como modificador de um nome). A partir desse *continuum*, poderíamos inserir as cláusulas adverbiais no segundo nível de integração, à margem da nuclear, e as cláusulas adjetivas, mencionadas por Luft (*op.cit.*), no último nível, dentro do SV. Em um nível maior de integração à cláusula núcleo, as cláusulas adjetivas estariam, então, estreitamente vinculadas a um constituinte do SV. Nessa perspectiva, podemos indagar se a trajetória que admite as cláusulas adjetivas como origem para as cláusulas adverbiais temporais contrapõe-se à trajetória de gramaticalização proposta por Hopper e Traugott (*op.cit.*) e confirmada por Paiva (*op.cit.*) para a combinação de cláusulas.

Outra característica observada diz respeito à seqüência estrutural das cláusulas adverbiais temporais. Assim como para as finais, identificamos a mesma seqüência estrutural para todas as cláusulas adverbiais temporais potencialmente desenvolvidas ou reduzidas, respectivamente: conector/preposição/locução + verbo flexionado/forma nominal. Esses resultados mostraram que a redução ou a expansão parecem não acarretar mudanças no número de componentes da estrutura verbal da cláusula margem.

Nas próximas seções, discutimos as correlações entre a variável dependente e as variáveis independentes, primeiramente, através das variáveis lingüísticas, passando, a seguir, às sociais. Foram realizadas várias rodadas, entretanto, possivelmente devido ao número escasso de dados, de todas as variáveis lingüísticas e sociais apenas dois grupos lingüísticos, modo e tempo do verbo e expressão do sujeito, foram considerados relevantes pelo pacote VARBRUL para a codificação de cláusulas temporais reduzidas.

Por fim, após a análise de todos os grupos de fatores, consideramos os resultados apresentados em relação às hipóteses gerais estabelecidas para este estudo.

### 5.3.1 Variáveis lingüísticas

Os resultados da influência de cada grupo de fatores condicionadores lingüísticos são organizados por ordem de relevância decrescente, conforme a seleção do pacote VARBRUL: modo e tempo do verbo e expressão do sujeito. Como de todas as variáveis lingüísticas e sociais apenas esses dois grupos foram considerados relevantes pelo pacote VARBRUL à aplicação da regra, os demais grupos de fatores lingüísticos, apresentação estrutural do verbo, tipo semântico do verbo, material interveniente, mudança potencial da ordem, posição estrutural da margem, tempo e modo do verbo da cláusula núcleo e correferencialidade dos sujeitos<sup>119</sup>, são apresentados nessa seqüência, seguindo a ordem de exclusão do programa. Consideramos que os grupos de fatores não selecionados também possam contribuir para caracterizar o contexto da variação.

#### 5.3.1.1 Tempo e modo do verbo

O tempo e o modo da cláusula margem foi o primeiro grupo de fatores relevante selecionado pelo VARBRUL para a aplicação da regra de redução de cláusulas temporais.

Vejamos alguns exemplos para os fatores desse grupo:

a. pretérito imperfeito do indicativo:

(8) *Quando chegava o meio-dia*, era época mesmo da fatura (FLP12L1020)<sup>120</sup>

b. pretérito perfeito:

(9) *Depois que eu tirei a quinta série*, eu fui para o Instituto (FLP10L53)

<sup>119</sup> Os grupos de fatores lingüísticos apresentação estrutural e tipo semântico têm como foco o verbo tanto da cláusula núcleo quanto da cláusula margem, por isso os resultados para ambas as cláusulas foram apresentados em seqüência.

<sup>120</sup> O exemplo (8) retoma o exemplo (4).

c. presente do indicativo:

(10) *na época que eles vão criando uma idade, como a idade dele, eu não posso mais brigar com ele (FLP04L405)*

d. futuro:

(11) *a hora que você estiver na hora de ir embora, você não saia sem falar comigo primeiro (FLP04L1097)*

Vejamos os resultados para esse grupo de fatores na tabela 22:

**Tabela 22: Tempo e modo do verbo da cláusula margem e redução de cláusulas temporais**

|                       | Aplic./Total | %         | Peso relativo |
|-----------------------|--------------|-----------|---------------|
| pret. imp. subj.      | 7/8          | 88        | 94            |
| pres. subj.           | 7/11         | 64        | 80            |
| outros <sup>121</sup> | 1/2          | 50        | 69            |
| futuro subj.          | 1/4          | 25        | 43            |
| pret. imp. indic.     | 3/19         | 19        | 34            |
| pret. perf. indic.    | 2/13         | 15        | 29            |
| pres. indic.          | 2/15         | 13        | 26            |
| <b>Total</b>          | <b>23/69</b> | <b>33</b> |               |

A partir dos resultados, observamos que os contextos potenciais pretérito imperfeito do subjuntivo (.94) e presente do subjuntivo (.80) favorecem o uso de cláusulas reduzidas. De outra forma, podemos dizer que, em um enunciado que exigiria o uso de pretérito imperfeito do subjuntivo ou de presente do subjuntivo, caso a cláusula margem fosse desenvolvida, o falante prefere utilizar a cláusula equivalente, na forma reduzida.

Vejamos exemplos de contextos potenciais de subjuntivo (respectivamente, para o pretérito imperfeito e para o presente) elaborados a partir de cláusulas temporais reduzidas:

(12) *eu fazia comboio, quer dizer, tomando conta dos navios mercantes do Belém do Pará até atracar lá aí eles voltavam (FLP06L21)*

(12) a. *eu fazia comboio, quer dizer, tomando conta dos navios mercantes do Belém do Pará até que atracassem lá aí eles voltavam*

<sup>121</sup> Em *outros* inserem-se formas nominais e futuro do indicativo.

(13) a distância é pouca, então, *antes de eu sair*, eu deixo ela tirada da cama  
(FLP07L167)

(13) a. a distância é pouca, então, *antes que eu saia*, eu deixo ela tirada da cama

Podemos considerar que a preferência pela forma reduzida nesses contextos estaria relacionada às características do modo subjuntivo, de processamento mais complexo. Assim, a forma reduzida sem flexão, menos longa e de processamento mais simples codificaria a cláusula temporal nesses contextos.

Contrariamente, os tempos do indicativo pretérito imperfeito (.34), pretérito perfeito (.29) e presente (.26) não favorecem o uso da cláusula temporal reduzida, uma vez que ao modo indicativo pode ser atribuído um grau de complexidade de processamento menor do que ao subjuntivo. É possível que ainda outro fator esteja desfavorecendo o uso da cláusula temporal reduzida em contextos de indicativo. Do mesmo modo que em Neves e Braga (1998), o conectivo *quando* favorece o uso do indicativo e, além disso, está associado à codificação de cláusulas temporais desenvolvidas.

Um dos parâmetros propostos para avaliar a integração é a correlação modo-temporal entre as cláusulas núcleo e margem<sup>122</sup>. No caso das temporais reduzidas de infinitivo, esse parâmetro pode ser observado apenas potencialmente, já que só é possível analisá-lo se observarmos o tempo e o modo da cláusula correspondente, na forma desenvolvida. Como a análise completa desse parâmetro depende dos resultados também obtidos para tempo e modo da cláusula núcleo, voltaremos a considerá-lo mais adiante.

### 5.3.1.2 Expressão do sujeito

O grupo de fatores expressão do sujeito aparece como segundo grupo selecionado pelo VARBRUL.

Vejam os exemplos (12) e (13) para os fatores desse grupo:

a. sujeito expresso:

(12) *Quando a gente vê que a barra está suja*, a gente muda de bar (FLP10L568)

<sup>122</sup> Esse parâmetro foi apresentado na seção Gramaticalização de cláusulas. Confira, nessa mesma seção, Lehmann (1988) e Neves e Braga (1998).



b. sujeito não expresso:

(13) *antes de vir pra cá*, ainda deixei uma jarra de chá (FLP08L592)

Os resultados para os fatores acima são apresentados na tabela 23:

**Tabela 23: Expressão do sujeito e redução de cláusulas temporais**

|                      | Aplic./Total | %         | Peso relativo |
|----------------------|--------------|-----------|---------------|
| sujeito não expresso | 12/46        | 52        | .70           |
| sujeito expresso     | 11/23        | 24        | .40           |
| <b>Total</b>         | <b>23/69</b> | <b>33</b> |               |

A não expressão do sujeito é um contexto favorável (.70) à redução das cláusulas temporais, enquanto cláusulas com sujeito expresso mostram-se desfavoráveis à aplicação da regra. Ainda assim, de um total de 23 dados para sujeitos expressos, as cláusulas reduzidas alcançam o índice de 52% das ocorrências. Isso pode indicar que as cláusulas reduzidas tenham uma distribuição mais equilibrada, mais variável em relação à expressão do sujeito.

Considerando que um estágio mais avançado de gramaticalização na combinação de cláusulas possa ser medido por um grau maior de integração, as cláusulas temporais reduzidas cujo sujeito não é expresso mostrariam mais integração e, portanto, um estágio mais adiantado de gramaticalização. Discutiremos novamente essa questão mais adiante.

### 5.3.1.3 Apresentação estrutural do verbo

Exemplificamos, a seguir, dois dos fatores controlados para averiguar a influência do modo de apresentação do verbo na codificação das cláusulas.

a. verbo pleno:

(14) Lavo roupa, então, quase todos os dias *antes de sair* (FLP17L195)

b. verbo auxiliar + verbo pleno:

(15) a casa já estava caindo, já tinha sido condenada *quando nós fomos morar lá* (FLP13L386)

Vejamos os resultados na tabela 24:

**Tabela 24: Apresentação estrutural do verbo da cláusula núcleo e da margem e redução de cláusulas temporais**

| Cláusula núcleo        |              |           |
|------------------------|--------------|-----------|
|                        | Aplic./Total | %         |
| verbo pleno            | 21/60        | 35        |
| auxiliar + verbo pleno | 2/9          | 22        |
| <b>Total</b>           | <b>23/69</b> | <b>33</b> |
| Cláusula margem        |              |           |
|                        | Aplic./Total | %         |
| verbo pleno            | 22/60        | 37        |
| auxiliar + verbo pleno | 1/9          | 11        |
| <b>Total</b>           | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

Iniciamos a análise desses grupos de fatores com os resultados para a estrutura verbal da cláusula margem e, a seguir, apresentamos os resultados para a cláusula núcleo.

Do total obtido para as cláusulas margem, 37% das ocorrências correspondem a verbos plenos<sup>123</sup> em reduzidas, enquanto 11% dos dados correspondem à estrutura auxiliar mais verbo pleno<sup>124</sup>. O uso de verbo pleno é mais freqüente em cláusulas reduzidas temporais, tornando a estrutura dessas cláusulas menos longa. O maior número de ocorrências para verbos plenos nas cláusulas reduzidas temporais, em detrimento do emprego da estrutura auxiliar mais verbo pleno, que é mais longa<sup>125</sup>, pode indicar a preferência do falante por uma codificação menor, com menos itens envolvidos. Desse modo, essas cláusulas estariam mais integradas à cláusula núcleo.

Em relação às cláusulas núcleo, os verbos plenos<sup>126</sup> atingiram o índice de 35% das ocorrências, enquanto a estrutura auxiliar mais verbo pleno<sup>127</sup> apenas 22%. Esperávamos poder relacionar a quantidade de elementos da estrutura verbal da cláusula núcleo com a codificação de cláusulas temporais na forma reduzida, entretanto, além de o número de dados ser bastante pequeno para esta investigação, esse grupo de fatores não parece estar diretamente envolvido na redução das cláusulas.

<sup>123</sup> Em *verbos plenos* estão incluídas quatro ocorrências de verbos suporte.

<sup>124</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídas as seguintes ocorrências: auxiliar + suporte: 1 e auxiliar + auxiliar + verbo pleno: 2.

<sup>125</sup> Uma estrutura *mais longa*, segundo o princípio meta-icônico da marcação (Givón, 1995), é também mais complexa e menos freqüente, uma construção marcada.

<sup>126</sup> Em *verbos plenos* estão incluídas cinco ocorrências de verbos suporte.

<sup>127</sup> Em *auxiliar + verbo pleno* estão incluídas as seguintes ocorrências: auxiliar + suporte: 1 e modal + verbo pleno: 1.

#### 5.3.1.4 Tipo semântico do verbo

O tipo semântico do verbo<sup>128</sup> da cláusula núcleo e da cláusula margem também foi controlado buscando sua influência na codificação de cláusulas reduzidas. Para esses grupos de fatores, apresentamos, a seguir, alguns exemplos:

a. movimento:

(16) a distância é pouca, então, *antes de eu sair*, eu deixo ela tirada da cama  
(FLP07L167)

b. estado:

(17) *Depois de eu me formar* eu já **era** noiva (FLP17L462)

c. relação:

(18) nós começamos a se conhecer, né? depois começou, né? a fazer aquela ondinha *até que se namoramos* (FLP10L153)

d. cognição/percepção/elocução:

(19) É que *na época que eu conheci Florianópolis*, você podia chegar e se divertir  
(FLP02L728)

Vejamos os resultados para esses grupos de fatores na tabela 25:

---

<sup>128</sup> Tal como para as cláusulas finais e causais, a tipologia semântica utilizada para a codificação das cláusulas temporais foi elaborada a partir dos próprios traços semânticos característicos das estruturas verbais encontradas nos enunciados.

**Tabela 25: Tipo semântico do verbo da cláusula núcleo e da cláusula margem e redução de cláusulas temporais**

| Cláusula núcleo            |              |           |
|----------------------------|--------------|-----------|
|                            | Aplic./Total | %         |
| relação                    | 7/17         | 41        |
| movimento                  | 10/28        | 36        |
| estado                     | 3/11         | 27        |
| cognição                   | 3/13         | 23        |
| <b>Total</b>               | <b>23/69</b> | <b>33</b> |
| Cláusula margem            |              |           |
|                            | Aplic./Total | %         |
| relação                    | 6/12         | 50        |
| movimento                  | 13/34        | 38        |
| estado                     | 3/10         | 30        |
| cognição                   | 1/11         | 9         |
| <b>Total<sup>129</sup></b> | <b>23/67</b> | <b>33</b> |

Descrevemos, primeiramente, os resultados para o tipo semântico do verbo da cláusula margem e, a seguir, os resultados para a cláusula núcleo.

Em relação à cláusula margem, os verbos de relação<sup>130</sup> (50%) e de movimento<sup>131</sup> (38%) apresentam-se como os contextos mais freqüentes na codificação de cláusulas reduzidas. Na seqüência, temos os resultados para estado<sup>132</sup> (30%) e, por fim, cognição<sup>133</sup> (9%).

Quanto à cláusula núcleo, os fatores que apresentam maior número de dados são relação<sup>134</sup> (41%) e movimento<sup>135</sup> (36%). Na seqüência, temos os resultados para estado<sup>136</sup> (27%) e cognição<sup>137</sup> (23%).

Embora esperássemos poder relacionar a codificação de cláusulas reduzidas com o tipo semântico de verbo empregado nas cláusulas temporais, os resultados não se mostraram significativos para a aplicação da regra.

<sup>129</sup> Foram excluídas duas ocorrências do total de 69 dados por apresentarem resultados categóricos para a forma desenvolvida: necessidade: 1 e possibilidade: 1.

<sup>130</sup> Em *relação* está incluída uma ocorrência de verbo de concessão/posse.

<sup>131</sup> Em *movimento* estão incluídas as seguintes ocorrências: movimento 2: 4 e processo: 8.

<sup>132</sup> Em *estado* estão incluídas duas ocorrências de verbos existenciais.

<sup>133</sup> Em *cognição* estão incluídas cinco ocorrências de verbos de elocução/manipulativos.

<sup>134</sup> Em *relação* estão incluídas oito ocorrências de verbos de concessão/posse.

<sup>135</sup> Em *movimento* estão incluídas as seguintes ocorrências: movimento 2: 7 e processo: 3.

<sup>136</sup> Em *estado* está incluída uma ocorrência de verbo existencial.

<sup>137</sup> Em *cognição* estão incluídas duas ocorrências de verbos de elocução/manipulativos.

## 5.3.1.5 Material interveniente

A presença de material interveniente entre as cláusulas núcleo e margem é outro parâmetro através do qual pretendemos avaliar a integração entre cláusulas, proposto a partir de Lehmann (1988) e Thompson (1985).

Vejamos, a seguir, exemplos para alguns dos fatores investigados:

a. sem material interveniente:

(20) O abrigo de menores só caiu *depois que passou pra mão de civis* (FLP02L801)

b. adjuntos:

(21) eu aprendi muito bem *no tempo que eles davam castigo* (FLP15L621)

c. combinação de itens<sup>138</sup>:

(22) Então eu fico bem, assim, bem aborrecida, *quando eu vejo eles falarem em menor* (FLP15L503)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 26:

**Tabela 26: Material interveniente entre a cláusula núcleo e a cláusula margem e redução de cláusulas temporais**

|                            | Aplic./Total | %  |
|----------------------------|--------------|----|
| combinação de itens        | 2/3          | 67 |
| cláusula intercalada       | 2/4          | 50 |
| itens isolados             | 4/10         | 40 |
| <b>Total<sup>139</sup></b> | 8/17         | 47 |

Inicialmente, destacamos que o número de dados para este grupo de fatores foi especialmente reduzido. As cláusulas codificadas sem material interveniente, como o exemplo (20), apesar de apresentarem o nível maior de integração (Lehmann, 1988) para este grupo de fatores, foram desconsideradas da análise por mostrarem resultados categóricos (as três cláusulas codificadas para este fator são desenvolvidas). As

<sup>138</sup> Conforme já descrito na seção 5.1, quando há mais de um elemento entre a cláusula núcleo e a margem, por exemplo, marcadores ou partículas enfáticas e adjuntos, consideramos que esses elementos são uma *combinação de itens*.

<sup>139</sup> Do total de 69 dados de desenvolvidas foram excluídas três ocorrências de cláusulas sem material interveniente e 49 antepostas. Do total de 23 dados foram excluídas oito ocorrências de antepostas reduzidas.

antepostas, menos integradas, também foram excluídas da análise para este grupo de fatores.

Os resultados mostram que a existência de mais de um elemento (67%) como material interveniente entre a cláusula temporal e a cláusula núcleo propicia um contexto mais freqüente para a redução. Cláusulas intercaladas (50%) e itens isolados (31%) também mostram uso freqüente de reduzidas.

Além disso, a partir desses resultados, poderíamos estabelecer um *continuum* de integração entre as cláusulas núcleo e temporal, tomando-se por base a existência ou não de material interveniente entre as cláusulas e, ainda, o tipo de material interveniente encontrado.

Desse modo, teríamos a seguinte ordem em um *continuum* (maior integração para menor) para este grupo de fatores: cláusulas interligadas com a presença de um item > cláusulas interligadas com a presença de uma combinação de itens > cláusulas interligadas com a presença de uma outra cláusula intercalada.

#### 5.3.1.6 Mudança potencial da ordem

Através do grupo de fatores mudança potencial da ordem, procuramos investigar se a cláusula margem temporal poderia ou não ter sido codificada em outra ordem que não a efetivamente escolhida pelo falante durante a enunciação.

Vejam, a seguir, os exemplos para os fatores investigados:

a. com mudança potencial da ordem:

(23) eu aprendi muito bem *no tempo que eles davam castigo* (FLP15L621)

b. sem mudança potencial da ordem:

(24) eu fazia comboio, quer dizer, tomando conta dos navios mercantes do Belém do Pará *até atracar lá* aí eles voltavam (FLP06L21)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados na tabela 27:

**Tabela 27: Mudança potencial da ordem e redução de cláusulas temporais**

|              | Aplic./Total | %         |
|--------------|--------------|-----------|
| sem mudança  | 1/2          | 50        |
| com mudança  | 22/67        | 33        |
| <b>Total</b> | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

Os resultados mostram que a possibilidade de mudança da ordem, com 33% dos dados, foi o fator que abrangeu o maior número de cláusulas reduzidas temporais, ou seja, esse contexto, em que a ordem de apresentação das cláusulas temporais pode ser modificada pelo falante na enunciação, representa o maior número de ocorrências de cláusulas reduzidas. Apenas um número restrito de dados não apresenta possibilidade de mudança da ordem escolhida pelo falante (1 ocorrência). Além disso, em (24), observamos uma característica particular a esse tipo de cláusula que parece estar associada à determinação da ordem, o tempo decorrido pode ser interpretado por uma noção espacial.

Vários estudos apontam a existência de um *continuum* de gramaticalização nas categorias espaço > tempo (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991, Hopper e Traugott, 1993 e Sweetser, 1990). Segundo Sweetser (*op.cit.*), a trajetória espaço > tempo ocorre por uma transferência metafórica da experiência de deslocamento de um ponto a outro no espaço físico para o deslocamento de uma situação a outra no tempo. Assim, é mantido o esquema imagético<sup>140</sup> de caminho percorrido entre dois pontos e, conseqüentemente, a idéia de movimento no espaço temporal.

Nesse sentido, cláusulas como (24), com duas dimensões físicas possíveis, estariam menos gramaticalizadas do que outras cláusulas temporais que se referem a um conceito que tem apenas uma dimensão física possível<sup>141</sup>.

### 5.3.1.7 Posição estrutural da margem

Apresentamos, para este grupo de fatores, os exemplos (23) (que retoma (13)) e (24) para as posições anterior e posterior<sup>142</sup>, respectivamente:

<sup>140</sup> Esquemas imagéticos têm fontes concretas que são mapeadas em conceitos abstratos.

<sup>141</sup> Confira Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), na seção Gramaticalização de cláusulas.

<sup>142</sup> Além das posições anterior e posterior, controlamos a posição *intercalada*. Retomamos, também nesta seção, a descrição para cláusulas intercaladas de Neves e Braga (1998). Da mesma forma como para as finais, não encontramos nenhuma ocorrência para esta posição.

(23) *antes de vir pra cá*, ainda deixei uma jarra de chá (FLP08L592)

(24) Até nem na Igreja, hoje, não faz o papel, o que Cristo fez *quando veio ao mundo* (FLP14L573)

A posição da cláusula pode sofrer restrições do tipo de relação semântica codificada. Tanto para as finais como para as causais, em nossos dados, a posição preferencial para ambas as cláusulas foi a posterior. Também para Thompson (1985), o número de cláusulas finais antepostas é muito menor do que o número de finais pospostas.

Vejamos os resultados na tabela 28 para as cláusulas temporais:

**Tabela 28: Posição estrutural da margem e redução de cláusulas temporais**

|              | Aplic./Total | %         |
|--------------|--------------|-----------|
| posterior    | 8/19         | 42        |
| anterior     | 15/53        | 30        |
| <b>Total</b> | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

Os resultados deste grupo de fatores devem ser interpretados ao lado dos resultados para mudança potencial da ordem, uma vez que eles estão relacionados. Desse modo, como observamos em mudança potencial da ordem, quase todas as cláusulas temporais poderiam ter sido codificadas em outra posição, mas com os resultados da tabela 28 acima, constatamos que a posição posterior (42%) é, com efeito, a posição que, em nossos dados, leva a mais redução de cláusulas temporais.

A posição anterior mostrou ser o contexto com o maior número de dados (15 ocorrências) em relação às cláusulas temporais reduzidas, embora a maior parte das desenvolvidas também esteja incluída nos resultados gerais para essa posição. A partir disso, poderíamos pensar se a anteposição não está sendo motivada por outros fatores. Segundo Görski (1996), os resultados de sua análise em cláusulas temporais apontam para a anteposição como consequência da atuação interativa de princípios de natureza distinta: o princípio da iconicidade e os princípios comunicativos que determinam a distribuição e a organização das informações no discurso. Então, seria possível questionar se também em nossos dados a anteposição das cláusulas temporais estaria sendo motivada pela atuação de princípios de natureza cognitiva e comunicativa.



Voltando a observar os resultados da tabela 28, o que podemos, de fato, indicar é a existência de uma restrição das cláusulas reduzidas temporais à variabilidade posicional.

Segundo Heine e Reh (1984) a diminuição da variabilidade sintática e a fixação de uma posição são características de estruturas gramaticalizadas. Para Lehmann (1985), formas opcionais podem tornar-se obrigatórias. Nesse sentido, poderíamos sugerir que, em nossos dados, a tendência à posposição (apesar da possibilidade de mudança da ordem, conforme a tabela 27), indicaria, então, um processo de gramaticalização das cláusulas reduzidas temporais que caminhariam para uma cristalização da ordem posposta como a ordem preferencial para esse tipo de cláusulas.

Ainda segundo Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), a integração de um elemento em um paradigma também tornaria esse elemento cada vez mais obrigatório em certas construções. Desse modo, perderia sua mobilidade posicional, adquirindo, muitas vezes, uma posição fixa. Nesse sentido, na combinação de cláusulas, uma tendência maior à ordenação posterior para as cláusulas reduzidas temporais seria um indício de sua restrição à variabilidade posicional e, conseqüentemente, da existência de um processo de gramaticalização.

#### 5.3.1.8 Tempo e modo do verbo da cláusula núcleo

Apresentamos os exemplos (25), (26) e (27) (que retomam, respectivamente (8), (9) e (10)) para os fatores desse grupo:

a. pretérito imperfeito do indicativo:

(25) *Quando chegava o meio-dia, era* época mesmo da fatura (FLP12L1020)

b. pretérito perfeito:

(26) *Depois que eu tirei a quinta série, eu fui* para o Instituto (FLP10L53)

c. presente do indicativo:

(27) *na época que eles vão criando uma idade, como a idade dele, eu não posso* mais brigar com ele (FLP04L405)

Vejamos os resultados para esse grupo de fatores na tabela 29:

**Tabela 29: Tempo e modo do verbo da cláusula núcleo e redução de cláusulas temporais**

| Cláusula núcleo       |              |           |
|-----------------------|--------------|-----------|
|                       | Aplic./Total | %         |
| outros <sup>143</sup> | 2/3          | 67        |
| pres. indic.          | 8/24         | 33        |
| pret. perf. indic.    | 7/21         | 33        |
| pret. imp. indic.     | 6/24         | 25        |
| <b>Total</b>          | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

Quanto à cláusula núcleo, os resultados apontam a codificação preferencial dessas cláusulas em tempos do indicativo, que apresentam uma distribuição bastante equilibrada (presente: 33%, pretérito perfeito: 33% e pretérito imperfeito: 25%) com uma pequena vantagem para o presente e para o pretérito perfeito do indicativo que são os contextos mais produtivos para a redução das cláusulas temporais.

Assim, a partir dos resultados observados tanto para a cláusula margem (confira tabela 22) quanto para a cláusula núcleo e do parâmetro correlação modo-temporal como critério para avaliar a integração, não parece ser possível correlacionar o modo das cláusulas, nem mesmo potencialmente, pois apenas a cláusula margem poderia mostrar dados para o modo subjuntivo.

Nesse sentido, em relação às reduzidas, talvez ainda pudéssemos sugerir que estariam mais integradas as cláusulas margem que mantivessem, potencialmente, o mesmo tempo da cláusula núcleo.

#### 5.3.1.9 Correferencialidade de sujeitos

Observemos os exemplos (28) e (29) (que retomam, respectivamente (22) e (15)) para os fatores do grupo correferencialidade de sujeitos:

##### a. sujeito correferente:

(28) Então eu fico bem, assim, bem aborrecida, *quando eu vejo eles falarem em menor* (FLP15L503)

<sup>143</sup> Em *outros* inserem-se formas nominais.

b. não correferente:

(29) a casa já estava caindo, já tinha sido condenada *quando nós fomos morar lá*  
(FLP13L386)

Vejamos os resultados cruzados entre expressão e correferencialidade do sujeito na tabela 30:

**Tabela 30: Cruzamento entre expressão e correferencialidade do sujeito e redução de cláusulas temporais**

|              | subj. cor.   |           | subj. não cor. |           |              |           |
|--------------|--------------|-----------|----------------|-----------|--------------|-----------|
|              | Aplic./Total | %         | Aplic./Total   | %         | Aplic./Total | %         |
| não expresso | 7/17         | 41        | 5/6            | 83        | 12/23        | 52        |
| expresso     | 6/18         | 33        | 5/28           | 18        | 11/46        | 24        |
| <b>Total</b> | <b>13/35</b> | <b>37</b> | <b>10/34</b>   | <b>29</b> | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

Os resultados mostram maior frequência para sujeitos correferentes<sup>144</sup> (37%) e menor para não correferentes (29%). Dentre os casos de sujeitos correferentes, 41% são não expressos. Para as ocorrências de sujeitos não correferentes, 83% correspondem a sujeitos não expressos.

Segundo Haiman (1985, *apud* Braga, 1995), a correferencialidade pode levar ao cancelamento de um dos sujeitos por questões de economia. Esse cancelamento seria facilitado quando a cláusula margem ocupa a posição posterior à cláusula núcleo. Entretanto, conforme vimos na tabela 28, a maioria das cláusulas temporais reduzidas (15 dentre 23 dados) é anteposta à cláusula núcleo<sup>145</sup> e, desse modo, a motivação por economia não parece ser uma explicação compatível com as características das cláusulas temporais encontradas em nossos dados.

Para Lehmann (1988), as cláusulas podem ser mais ou menos entrelaçadas, variando entre um pólo de completa disjunção até a máxima identidade. O grau de entrelaçamento das cláusulas depende da quantidade de material que as duas proposições têm em comum. Em relação às cláusulas temporais, parece-nos que quanto maior for a integração sintática entre a cláusula núcleo e a sua margem, ou seja, tendo esta última sujeito correferente e não expresso, tanto maior será o grau de integração entre essas cláusulas. Desse modo, através da análise do parâmetro entrelaçamento

<sup>144</sup> Em *sujeitos correferentes* estão incluídas as seguintes ocorrências: sujeito parcialmente correferente: 1 e sujeito partitivo: 1.

<sup>145</sup> Em Braga (1995) e em Görski (1996), as cláusulas de tempo são, na maior parte dos casos, antepostas à cláusula núcleo.

proposto por Lehmann (*ibidem*) e Hopper e Traugott (1993), teríamos a indicação de graus diferentes de integração e possível gramaticalização para as cláusulas adverbiais reduzidas temporais.

### 5.3.2 Variáveis sociais

As variáveis independentes sociais são apresentadas, nesta seção, na seguinte ordem: escolaridade, sexo e idade. Como todas as variáveis sociais foram desconsideradas pelo pacote estatístico VARBRUL em todas as rodadas, esse critério de ordenação foi estabelecido observando-se a seqüência de exclusão.

Com essa medida, buscamos caracterizar o contexto de uso das cláusulas temporais, ainda que os resultados obtidos não sejam condicionantes da variável dependente.

#### 5.3.2.1 Escolaridade

O grupo de fatores escolaridade não contraria as expectativas gerais estabelecidas de que a forma reduzida seria preferencialmente utilizada por falantes com nível de escolaridade menor.

Vejamos os resultados na tabela 31:

**Tabela 31: Escolaridade e redução de cláusulas temporais**

|              | Aplic./Total | %         |
|--------------|--------------|-----------|
| primário     | 9/19         | 47        |
| colegial     | 7/20         | 35        |
| ginasial     | 7/30         | 23        |
| <b>Total</b> | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

O nível de escolaridade primário (47%) mostra ser o contexto mais freqüente de codificação de cláusulas temporais reduzidas de infinitivo em relação aos níveis ginásial (23%) e colegial (35%). De fato, os falantes com menor tempo de escolaridade formal e, conseqüentemente, menor contato com um ambiente em que o estudo da língua é

sistematizado e orientado por regras<sup>146</sup>, utilizam mais a forma reduzida em detrimento da desenvolvida.

Poderíamos pensar, então, que a cláusula desenvolvida apresenta características estruturais mais complexas do que a cláusula reduzida e que isso motivaria a escolha do falante por uma forma considerada mais simples.

Entretanto, investigando a estruturação de currículos escolares e de livros didáticos utilizados em escolas de 1.º grau para o ensino de português, cuja organização parece levar em conta níveis de complexidade dos conteúdos, observamos que o tópico orações subordinadas precede o tópico orações reduzidas. Nesse ponto, seria possível indagar se essa estruturação teria como critério a complexidade do conteúdo, ou seja, subordinadas seriam um conteúdo mais simples ou a questão refletiria apenas uma restrição metodológica.

Uma dessas possíveis restrições metodológicas poderia dizer respeito, talvez, à nomenclatura utilizada para a classificação dessas cláusulas. Assim, em uma provável tarefa escolar de classificação de orações, utilizando a nomenclatura das gramáticas tradicionais, o aluno identificaria uma cláusula temporal desenvolvida como oração subordinada adverbial temporal e uma cláusula temporal reduzida como oração adverbial temporal reduzida. No caso das reduzidas, o aluno ainda teria de optar entre as possibilidades de redução: infinitivo, gerúndio ou particípio. Desse modo, motivos didáticos poderiam estar justificando a antecipação do tópico cláusulas desenvolvidas em planejamentos escolares.

Essas considerações sugerem possibilidades de aprofundamento em uma pesquisa mais abrangente, com uma avaliação sistematizada dos currículos escolares e dos livros didáticos utilizados pelos professores. Além disso, uma comparação dos resultados obtidos com dados de fala em crianças poderia indicar, por exemplo, se nas fases iniciais a criança utiliza as estruturas menos complexas nas cláusulas (e como seriam essas estruturas) e, ainda, de que forma adquiriria, então, as estruturas mais

---

<sup>146</sup> Segundo Votre (1992), na escola o professor de português tem como funções principais descrever, prescrever e legitimar as formas de prestígio. Destacamos, a seguir, a caracterização do ensino descritivo para ilustrar como a escola pode interferir no domínio de formas prestigiadas ou no abandono de formas estigmatizadas. Ainda segundo o mesmo autor, “o ensino descritivo está voltado para o conhecimento das características estruturais das formas em uso, tanto as características regulares quanto as excepcionais. Portanto, está marcado pelo aspecto normativo, porque descreve o que é prestigiado, o que deve ser utilizado” (*ibidem*:77).

complexas. Essas investigações proporcionariam outras perspectivas de análise para as relações entre complexidade, escolaridade e redução de cláusulas.

### 5.3.2.2 Sexo

A variável sexo pode influenciar fenômenos lingüísticos. Segundo Fischer (1958, *apud* Paiva, 1992) formas de maior prestígio social são mais freqüentemente utilizadas pelas mulheres do que pelos homens. O autor apresenta, ainda, correlações da variável sexo com processos de variação e mudança. Se a mudança for em direção a uma forma prestigiada, as mulheres tendem a liderar o processo de mudança, mas contrariamente, se a mudança caminhar em direção a uma forma desprestigiada, os homens é que lideram a implementação da mudança.

Para Paiva (*ibidem*), o fator sexo pode apresentar resultados diferentes quando relacionado a outros fatores como classe social, estilo de fala e idade. Ainda segundo a autora, é possível uma aproximação da linguagem de homens e mulheres em virtude das mudanças nas relações sociais entre os sexos (*ibidem*).

Vejamos os resultados na tabela 32:

**Tabela 32: Sexo e redução de cláusulas temporais**

|              | Aplic./Total | %         |
|--------------|--------------|-----------|
| feminino     | 12/30        | 40        |
| masculino    | 11/39        | 28        |
| <b>Total</b> | <b>23/69</b> | <b>33</b> |

O grupo de fatores sexo aparece em quarto lugar dentre todas as variáveis e mostra freqüência de 40% para o sexo feminino. Apesar disso, considerando o tipo de fenômeno que analisamos, parece problemático tecer conclusões a partir desses resultados. Em vez de explicações, poderíamos lançar alguns questionamentos: o uso da forma reduzida, associado às mulheres, constitui uma inovação na língua? a forma reduzida para as temporais é uma forma prestigiada?

### 5.3.2.3 Idade

É possível correlacionar a variável lingüística idade com o fenômeno da mudança. Trabalhos como o de Labov (1972) confirmam que a mudança se reflete na

fala de diferentes faixas etárias. Entretanto, segundo Naro (1992), pode haver casos de variação estável ou casos em que o falante muda sua língua no decorrer dos anos. O autor cita como exemplo para esse fato circunstâncias marcantes como o ingresso do jovem no mercado de trabalho e a conseqüente aceitação de valores da sociedade e, depois, a aposentadoria, período em que as pressões sociais deixariam de agir.

Vejamos, em nossos dados, como se apresenta a correlação entre a idade e a redução de cláusulas temporais.

**Tabela 33: Idade e redução de cláusulas temporais**

|              | Aplic./Total/Aplic. | %         |
|--------------|---------------------|-----------|
| ≥ 50         | 10/29               | 3         |
| < 50         | 13/40               | 32        |
| <b>Total</b> | <b>23/69</b>        | <b>33</b> |

Os resultados mostram que a faixa etária correspondente a falantes a partir de 50 anos (34%) produziu mais contextos de cláusulas temporais reduzidas em relação às desenvolvidas, enquanto os falantes com menos de 50 anos codificaram 32% das ocorrências de cláusulas temporais reduzidas. Entretanto, estes resultados não interferem na questão da variação.

### 5.3.3 Sobre os resultados

Nesta seção, consideramos os resultados obtidos e as questões e hipóteses que estabelecemos para esta investigação<sup>147</sup>.

Observando os resultados gerais para a forma de apresentação das cláusulas temporais, que apontam as cláusulas desenvolvidas como a forma de maior frequência em nossos dados, confirmamos a hipótese de que as cláusulas desenvolvidas temporais teriam frequência menor do que as desenvolvidas causais. Conforme já discutimos em seções anteriores, a questão da frequência de uso está relacionada ao princípio meta-cônic da marcação (Givón, 1990). Segundo esse princípio, uma categoria marcada seria menos freqüente, mais complexa, mais elaborada e codificada com maior quantidade de massa fônica. Do mesmo modo como para as causais, as temporais desenvolvidas seriam as estruturas mais complexas, mais elaboradas e codificadas com

<sup>147</sup> Confira a seção Problemas e hipóteses, capítulo quatro.

maior quantidade de massa fônica, mas não seriam as menos freqüentes. Dentre as cláusulas temporais, as estruturas menos freqüentes são as cláusulas reduzidas.

A freqüência de uso também é um parâmetro utilizado para avaliar possíveis estágios de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993, entre outros). Segundo esse parâmetro, as cláusulas temporais reduzidas seriam menos gramaticalizadas do que as cláusulas desenvolvidas. Porém, destacamos novamente que apenas este parâmetro não parece ser suficiente para marcar um processo de gramaticalização e que, além disso, a freqüência menor das cláusulas reduzidas pode estar ligada a outros fenômenos lingüísticos, como proporemos a seguir.

De modo semelhante como ocorre com as causais, que são introduzidas preferencialmente por um conector, o *porque*, nas cláusulas temporais, o elemento de ligação mais utilizado é o conector *quando*. Nas cláusulas causais, o *porque* está se especializando na introdução de informação nova (Paiva, 1991). Em relação às cláusulas temporais, poderíamos sugerir, a partir dos resultados de Görski (1996) também um tratamento diferenciado ao conector *quando*. Segundo Görski (*ibidem*), a ordenação de cláusulas temporais resulta da atuação do princípio do dinamismo comunicativo na distribuição das informações no discurso. Esse princípio determina o padrão informacional velho-novo, com cláusulas antepostas associadas à informação velha e cláusulas pospostas à informação nova. Nos resultados de Görski (*ibidem*), a cláusula temporal é preferencialmente anteposta e introduzida pelo conector *quando*. Em nossos dados, o conectivo *quando* é associado às cláusulas desenvolvidas, que são preferencialmente antepostas. A partir disso, poderíamos supor que o *quando* também esteja sofrendo um processo de especialização, mas na introdução de informações já mencionadas no discurso. Como o conector *quando* introduz apenas cláusulas desenvolvidas, que são também as mais freqüentes, poderíamos ter motivações discursivas influenciando o fenômeno da expansão ou redução de cláusulas temporais. Entretanto, tais considerações não podem ser confirmadas em nosso estudo.

Em relação ao comportamento do sujeito em cláusulas adverbiais temporais, confirmamos nossa hipótese de que na maioria das cláusulas reduzidas o sujeito seria correferente e não expresso. Esses contextos favorecem a redução de cláusulas temporais. Considerando que, de acordo com Lehmann (1988), quanto maior for a integração sintática e a partilha de elementos entre a cláusula núcleo e a sua margem, tanto maior será o grau de integração entre as cláusulas, poderíamos atribuir às cláusulas



temporais reduzidas cujo sujeito não é expresso e correferente, um grau maior de integração e, portanto, um possível estágio de gramaticalização. Retomaremos essa questão mais adiante.

Quanto à posição estrutural da cláusula margem, os resultados indicam que a ordem posposta leva mais à redução das cláusulas temporais<sup>148</sup>. Apesar disso, do mesmo modo como para as finais, também na maioria dos casos, a ordem de apresentação das cláusulas temporais poderia ter sido modificada pelo falante na enunciação. Essa possível mudança da ordem também é um contexto associado ao uso das cláusulas reduzidas temporais. Os resultados obtidos para a posição estrutural nas cláusulas adverbiais reduzidas temporais não contrariam, propriamente, a hipótese estabelecida de que as reduzidas teriam uma posição variável, mas confirmam que essa posição variável é apenas potencial, uma vez que os dados mostram que as cláusulas pospostas representam a maioria das ocorrências em relação às desenvolvidas. Entretanto, em relação às cláusulas desenvolvidas, nossa expectativa era de que essas cláusulas fossem codificadas preferencialmente na posição posposta, mas os dados revelaram que para as desenvolvidas a posição preferencial é, de fato, a anterior<sup>149</sup>. De acordo com Lehmann (1988), Hopper e Traugott (1993) e Heine e Reh (1984), a diminuição da variabilidade posicional seria um dos parâmetros que indicariam um processo de gramaticalização, assim, assumindo esse parâmetro, consideraríamos que as cláusulas reduzidas temporais estão incluídas em um processo de gramaticalização.

Em relação aos traços semânticos dos verbos das cláusulas núcleo e margem, confirmamos a hipótese de que os tipos semânticos são bastante variados, com índices de frequência maior, na cláusula margem e na cláusula núcleo, para verbos de relação e de movimento. Esses seriam os contextos mais produtivos de redução. Quanto aos traços morfossintáticos, observamos que os contextos potenciais pretérito imperfeito do subjuntivo e presente do subjuntivo, na cláusula margem, são considerados relevantes pelo pacote estatístico para o uso de cláusulas reduzidas. Assim, a forma reduzida sem flexão, menos longa e de processamento mais simples codificaria a cláusula temporal nesses contextos. No que se refere ao modo, não parece ser possível uma correlação entre as cláusulas núcleo e margem, nem mesmo potencialmente, pois apenas a cláusula

<sup>148</sup> É preciso destacar que, nesse grupo de fatores, a maior parte das desenvolvidas está incluída nos resultados gerais para a posição anterior.

<sup>149</sup> Especificamente para esse grupo de fatores, a motivação para a ordenação talvez possa ser explicada por princípios discursivos.

margem apresentaria dados para o modo subjuntivo. Seria possível, talvez, sugerir um grau maior de integração das reduzidas que mantivessem, potencialmente, o mesmo tempo da cláusula núcleo. Além disso, para as cláusulas temporais, confirmamos a hipótese de que a maioria das reduzidas apresenta uma estrutura verbal menos longa, ou seja, são codificadas com verbos plenos.

Outro parâmetro investigado para averiguar graus de integração entre as cláusulas, o material interveniente, mostrou que a maior parte das cláusulas temporais apresenta algum elemento entre a núcleo e a margem. Cláusulas com mais de um elemento parecem levar mais à redução.

Em relação aos fatores sociais, confirmamos que o uso de cláusulas reduzidas está mais associado ao menor índice de escolaridade. Além disso, os resultados apontam, no que se refere às demais variáveis sociais, que o sexo feminino e a idade acima de 50 anos têm um percentual maior de produção de cláusulas reduzidas em relação às desenvolvidas.

Além de caracterizar os contextos mais produtivos para a redução de cláusulas temporais, com base em vários parâmetros de análise, estabelecemos um conjunto de atributos para mostrar em que medida a unidade clausal encontra-se vinculada e, conseqüentemente, gramaticalizada. Entretanto, essa questão ainda será retomada neste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tópicos principais desta pesquisa são retomados, de modo conciso, a seguir, bem como são indicadas algumas contribuições que julgamos ter oferecido com a realização deste trabalho. Além disso, sugerimos possibilidades de aprofundamento, em trabalhos futuros, para algumas questões que emergiram da temática abordada.

No primeiro capítulo, apresentamos o quadro teórico em que se insere esta pesquisa, composto pela Teoria da Variação Lingüística e pelo Funcionalismo Lingüístico, para estudar o fenômeno variável cláusulas reduzidas e desenvolvidas, associado a um processo de gramaticalização. Em situações de interação lingüística, o caráter dinâmico e heterogêneo da língua pode proporcionar contextos de variação. Nessa perspectiva, os pressupostos teóricos do Funcionalismo e a aplicação da metodologia postulada pela Teoria Variacionista apontam o caminho para a descrição do fenômeno lingüístico reduzidas e desenvolvidas.

No segundo capítulo, consideramos pressupostos teóricos relacionados mais especificamente com a questão da gramaticalização e da combinação de cláusulas, além de apresentar algumas contribuições de outros estudos que se situam no âmbito desses temas.

Na seqüência, descrevemos os procedimentos metodológicos envolvidos na efetivação desta pesquisa: a coleta de dados, a análise quantitativa e o estabelecimento de restrições na seleção das variantes. Apresentamos, também, os objetivos que fundamentam este trabalho, as hipóteses e os grupos de fatores testados.

No quinto capítulo, discutimos, a partir dos resultados fornecidos pelo programa estatístico VARBRUL, o comportamento dos três tipos de adverbiais reduzidas de infinitivo e desenvolvidas investigados. A realização da análise quantitativa contribuiu para a descrição das relações interclausais e para a identificação de um conjunto de atributos distintivos que caracterizaram o contexto de uso de cada variável e os diferentes graus de vinculação e possíveis estágios de gramaticalização exibidos pelas variantes. Abordamos, nesta seqüência, os resultados obtidos para as cláusulas finais, causais e temporais. As finais e causais mostraram uso praticamente categórico em uma das variantes, destacando-se que, enquanto nas finais o uso mais freqüente foi o da

forma reduzida, nas causais foi registrada frequência superior de cláusulas desenvolvidas. Esses resultados polarizados, quase categóricos, tornaram inviável uma análise variacionista, motivo pelo qual as adverbiais finais e causais foram consideradas apenas sob uma perspectiva da gramaticalização. Já as temporais, além de terem sido analisadas sob o enfoque da gramaticalização, também receberam tratamento variacionista, uma vez que os dados para esse tipo de cláusulas mostraram comportamento mais variável.

Vejamos, a seguir, todos os resultados, resumidamente, no quadro 4:

| Fatores                | Comportamento mais categórico  |  | Comportamento mais variável  |  |
|------------------------|--|--|--|--|
|                        | Cláusulas finais reduzidas<br>Total/N.º ocor.<br>187/182   | Cláusulas causais desenvolvidas<br>Total/N.º ocor.<br>98/94  | Cláusulas temporais reduzidas<br>Total/N.º ocor.<br>69/23  | Cláusulas temporais desenvolvidas<br>Total/N.º ocor.<br>69/49  |
| morfologia verbal      | infinitivo (97%)   | verbo flex. (96%)  | infinitivo (33%)   | verbo flex. (67%)  |
| sujeito                | correferente (74%)<br>não expresso (75%)   | correferente (50%)<br>expresso (75%)   | correferente (37%)<br>não expresso (52%)   | não corref. (71%)<br>expresso (76%)  |
| posição                | posposta (94%)<br>potencialm. variável   | posposta (94%)<br>potencialm. variável   | posposta (42%)<br>potencialm. variável   | anteposta (70%)<br>potencialm. variável  |
| verbos tempo e modo    | núcleo:<br>pretérito (52%)<br>presente (31%)<br>indicativo<br>margem:<br>pretérito (59%)<br>presente (37%)<br>subjuntivo (potencial) | núcleo:<br>presente (60%)<br>pretérito (35%)<br>indicativo<br>margem:<br>presente (61%)<br>pretérito (36%)<br>indicativo | núcleo:<br>presente (33%)<br>pretérito (28%)<br>indicativo<br>margem:<br>pretérito (88%)<br>presente (64%)<br>subjuntivo (potencial) | núcleo:<br>pretérito (69%)<br>presente (67%)<br>indicativo<br>margem:<br>presente (87%)<br>pretérito (82%)<br>indicativo |
| verbos correlação      | tempo (potencial)  | tempo modo   | tempo (potencial)  | tempo (parcial) modo   |
| verbos estrutura       | núcleo:<br>pleno (70%)<br>margem:<br>pleno (89%)   | núcleo:<br>pleno (80%)<br>margem:<br>pleno (90%)   | núcleo:<br>pleno (35%)<br>margem:<br>pleno (37%)   | núcleo:<br>aux.+ pleno (78%)<br>margem:<br>aux.+ pleno (89%)   |
| material interveniente | itens isolados (45%)   | itens isolados (50%)   | itens combinados (67%)   | -  |
| verbos po semântico    | núcleo:<br>movimento (44%)<br>margem:<br>movimento (42%)   | núcleo:<br>relação (31%)<br>margem:<br>estado (37%)  | núcleo:<br>relação (41%)<br>margem:<br>relação (50%)   | núcleo:<br>cogn./percep./eloc. (77%)<br>margem:<br>cogn./percep./eloc. (91%)   |
| escolaridade           | primário (32%)<br>ginasial (31%)   | ginasial (39%)   | primário (47%)   | ginasial (77%)<br>colegial (65%)   |
| sexo                   | masculino (62%)  | feminino (65%)   | feminino (40%)   | masculino (72%)  |
| idade                  | ≥ 50 anos (54%)  | ≥ 50 anos (62%)  | ≥ 50 anos (34%)  | > 50anos (67%)   |

Quadro 4: Apresentação geral dos resultados para as cláusulas adverbiais<sup>150</sup>

<sup>150</sup> Os percentuais foram pautados nas respectivas tabelas.

A análise da frequência de uso das reduzidas e desenvolvidas mostrou que:

- a. as desenvolvidas causais e temporais foram as estruturas com o maior número de dados em relação às reduzidas do mesmo tipo sintático;
- b. para as desenvolvidas, as causais tiveram frequência maior do que a das outras formas;
- c. para as reduzidas, a frequência das finais mostrou-se superior a das outras formas.

Tais resultados confirmam nossa primeira hipótese.

Em relação ao sujeito, as reduzidas finais apresentam um percentual maior de sujeito correferente e não expreso do que as reduzidas temporais. As temporais desenvolvidas, por sua vez, concentram mais sujeitos expressos e não correferenciais, e as causais desenvolvidas caracterizam-se pela acentuada expressão do sujeito. Esses resultados confirmam parcialmente nossa hipótese, indicando que, relativamente a este parâmetro, as reduzidas finais estariam mais integradas que as reduzidas temporais, pois a correferencialidade e a não explicitude do sujeito são bem mais recorrentes nas primeiras.

Destacamos que em relação às cláusulas temporais, a expressão ou não do sujeito foi a segunda variável significativa à aplicação da regra de redução. Quanto à variável expressão ou não do sujeito na cláusula margem, a não expressão do sujeito mostrou-se favorável à redução das temporais, enquanto cláusulas com sujeito expreso foram desfavoráveis à aplicação da regra. Os resultados dessa variável, associados aos resultados para a posição das temporais sugeririam uma motivação por economia para a redução, ou seja, por codificarem material conceitualmente próximo àquele presente na cláusula nuclear, cancelariam a expressão do sujeito.

Os resultados gerais para posição estrutural opõem as finais reduzidas e causais desenvolvidas (quase categoricamente pospostas) às temporais desenvolvidas (preferencialmente antepostas). Já as temporais reduzidas apresentam um índice maior de variação na ordem. Como nossa hipótese previa que a posição preferencial para as desenvolvidas fosse a posposição e que as reduzidas teriam uma posição mais variável, ela foi apenas parcialmente evidenciada, no que se refere ao comportamento das causais desenvolvidas e das temporais reduzidas. Esses resultados, associados aos obtidos em relação ao sujeito, mostram que os diferentes tipos de adverbiais têm suas

particularidades e que, portanto, devem receber um tratamento diferenciado, o que realmente ocorreu no decorrer do trabalho.

Em relação ao verbo, confirmamos a hipótese de que os tipos semânticos seriam variáveis para todas as adverbiais. Entretanto, verificamos que o contexto discursivo das cláusulas apresenta certa homogeneidade, com predomínio de um mesmo tipo semântico de verbo nas duas cláusulas combinadas.

Os resultados relacionados ao verbo apresentam semelhanças quanto ao tempo utilizado nas cláusulas adverbiais, mas diferenças quanto ao modo: nas finais e temporais, pretérito e presente do subjuntivo (caso os falantes empregassem a forma desenvolvida) e, nas causais, presente e pretérito do indicativo. Esses resultados podem estar ligados ao fato de que as desenvolvidas finais com conector (para que) são gatilhos praticamente obrigatórios para o modo subjuntivo, especialmente por projetarem a situação para um tempo futuro (modo irrealis) relativamente ao tempo indicado na nuclear. Conseqüentemente, o subjuntivo aparece quando a cláusula é desenvolvida. As desenvolvidas temporais com conector (antes que, depois que e até que) também podem acionar o uso do modo subjuntivo na cláusula margem. Sugerimos, ainda, que o grau de complexidade sintática associado ao uso do subjuntivo possa ter influência sobre a codificação da cláusula margem (final e temporal). Desse modo, o uso da forma reduzida seria conseqüência de uma possível simplificação sintática. Observando, também, os resultados para tempo e modo na cláusula núcleo à qual as adverbiais estão vinculadas, seria possível correlacionar o modo e o tempo entre as nucleares e as desenvolvidas causais. As reduzidas finais e temporais apresentariam correlação apenas de tempo com as respectivas cláusulas nucleares, se os falantes, em um contexto potencial, empregassem a forma desenvolvida.

Destacamos, ainda, em relação às temporais, que o tempo e o modo foi a primeira variável estatisticamente significativa para a aplicação da regra de redução. Os contextos potenciais pretérito imperfeito do subjuntivo e presente do subjuntivo mostraram-se mais favoráveis ao uso de temporais reduzidas. Poderíamos sugerir, então, que a desenvolvida apresenta características estruturais mais complexas do que a reduzida e que isso motivaria a escolha do falante por uma forma considerada mais simples para codificar a temporal nesses contextos. Discutindo a questão da complexidade, retomamos a indagação acerca das motivações (complexidade do conteúdo ou restrições metodológicas) para a apresentação das reduzidas após as

desenvolvidas em currículos escolares e em livros didáticos. As sugestões de pesquisa para aprofundamento dessas questões serão descritas mais adiante.

Quanto à estrutura do verbo, nossa expectativa era de que as reduzidas fossem codificadas preferencialmente com verbos plenos, que apresentam uma estrutura menos longa. No entanto, não só as reduzidas finais e temporais foram preferencialmente codificadas com essa estrutura como também as desenvolvidas causais. A análise do material interveniente apontou uma freqüência maior para a inclusão de, pelo menos, um elemento entre as cláusulas núcleo e margem nas reduzidas finais e desenvolvidas causais. Nas temporais, a ocorrência de mais de um item como material interveniente mostrou-se mais freqüente na codificação de reduzidas.

As reduzidas finais e desenvolvidas causais, conforme já mencionado, embora não tenham recebido tratamento variacionista, também serão consideradas na apresentação da distribuição dos dados nas células sociais. Assim, confirmamos a hipótese de que níveis menores de escolaridade estão associados à codificação de reduzidas (temporais e finais). A idade a partir de 50 anos mostrou ser o contexto mais freqüente para todas as adverbiais (para as temporais, em relação às desenvolvidas). Quanto ao sexo, as mulheres são responsáveis pela maior freqüência de cláusulas desenvolvidas causais, enquanto os homens, pela maior freqüência de reduzidas finais e de desenvolvidas temporais.

Destacamos, ainda, que em relação às cláusulas temporais, as variáveis significativas à aplicação da regra de redução foram o tempo e o modo (potenciais) do verbo da cláusula margem e a expressão ou não do sujeito, nesta ordem de relevância.

Quanto à variável expressão ou não do sujeito na cláusula margem, a não expressão do sujeito mostrou-se favorável à redução das temporais, enquanto cláusulas com sujeito exposto foram desfavoráveis à aplicação da regra. Os resultados dessa variável, associados aos resultados para a posição das temporais sugeririam uma motivação por economia para a redução, ou seja, por codificarem material conceitualmente próximo àquele presente na cláusula nuclear, cancelariam a expressão do sujeito.

Retomando algumas discussões apresentadas sobre os resultados gerais, inicialmente, abordaremos a questão da freqüência, relacionada com o princípio meta-cônico da marcação (Givón, 1990). De acordo com esse princípio, uma construção marcada seria menos freqüente, mais complexa, mais elaborada, e codificada com maior



quantidade de massa fônica. A partir dos resultados obtidos, em relação ao total geral das cláusulas adverbiais, tomaríamos as construções desenvolvidas como as estruturas marcadas. Entretanto, a aplicação do critério de marcação parece ser problemática quando analisamos os tipos clausais separadamente. Em relação às finais, ainda poderíamos considerar as desenvolvidas como estruturas marcadas, mas as causais e temporais mostraram comportamentos diferenciados. As adverbiais desenvolvidas causais e temporais seriam as estruturas mais complexas, mais elaboradas, e codificadas com maior quantidade de massa fônica, no entanto, não são as estruturas menos frequentes. Em ambos os casos, a questão da frequência parece estar relacionada a outros fenômenos lingüísticos. De modo semelhante como ocorre com as causais, que são introduzidas preferencialmente por um conector, o *porque*, cujo uso determina a escolha de uma cláusula desenvolvida, nas temporais, o elemento de ligação mais utilizado é o conector *quando*, que também introduz apenas desenvolvidas. Nas causais, o *porque* está se especializando na introdução de informação nova (Paiva, 1991). Em relação às temporais, poderíamos supor, a partir dos resultados de Görski (1996), que o *quando* também esteja sofrendo um processo de especialização, mas na introdução de informações já mencionadas no discurso. Desse modo, teríamos motivações discursivas mais amplas associadas à frequência, influenciando o fenômeno da expansão ou redução de causais e temporais. Entretanto, tais considerações são apenas conjecturas em nosso estudo.

A frequência de uso também é tomada como parâmetro para avaliar possíveis estágios de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993, entre outros), porém, somente esse parâmetro não parece ser suficiente para identificar um processo de gramaticalização. Assumindo esse parâmetro na análise da gramaticalização, teríamos as reduzidas como as mais gramaticalizadas em relação aos resultados gerais, mas novamente, ocorreriam problemas relativamente à aplicação desse critério a cada um dos tipos clausais, assim, ora teríamos reduzidas, ora desenvolvidas como as estruturas mais gramaticalizadas.

De modo geral, a operacionalização dos parâmetros para avaliar graus de integração e possíveis estágios de gramaticalização sugere que consideremos se realmente é possível caracterizar cláusulas mais integradas ou estruturas mais gramaticalizadas.

A aplicação de vários parâmetros às adverbiais mostrou que cada um dos parâmetros oferece não só um *continuum* de integração em relação a um tipo clausal específico, mas também uma distribuição gradual para as três adverbiais estudadas. Em vista disso, talvez pudéssemos comparar os resultados gerais e, assim, obter algumas indicações da caracterização das estruturas mais integradas no âmbito das adverbiais, entretanto, essa comparação implicaria definir critérios que determinassem a relevância do resultado apresentado em cada um dos parâmetros.

Vejamos um possível quadro comparativo de integração com as adverbiais finais, causais e temporais, rerepresentando parte do quadro anterior, com destaque para os parâmetros que poderiam avaliar a integração e a gramaticalização de cláusulas combinadas:

|                           | Comportamento mais categórico   |  | Comportamento mais variável   |  |
|---------------------------|---|--|---|--|
| Fatores                   | Cláusulas finais reduzidas  | Cláusulas causais desenvolvidas  | Cláusulas temporais reduzidas   | Cláusulas temporais desenvolvidas  |
| morfologia verbal         | infinitivo  | verbo flex.  | infinitivo  | verbo flex.  |
| sujeito                   | correferente<br>não expresso  | correferente<br>expresso   | correferente<br>não expresso  | não correferente<br>expresso   |
| posição                   | posposta<br>potencialmente<br>variável  | posposta<br>potencialmente<br>variável   | posposta<br>potencialmente<br>variável  | anteposta<br>potencialmente<br>variável  |
| verbos<br>tempo e modo    | núcleo:<br>pretérito<br>presente<br>indicativo<br>margem:<br>pretérito<br>presente<br>subjuntivo<br>(potencial) | núcleo:<br>presente<br>pretérito<br>indicativo<br>margem:<br>presente<br>pretérito<br>indicativo | núcleo:<br>presente<br>pretérito<br>indicativo<br>margem:<br>pretérito<br>presente<br>subjuntivo<br>(potencial) | núcleo:<br>pretérito<br>presente<br>indicativo<br>margem:<br>presente<br>pretérito<br>indicativo |
| verbos<br>correlação      | tempo<br>(potencial)  | tempo<br>modo  | tempo<br>(potencial)  | tempo (parcial)<br>modo  |
| verbos<br>estrutura       | núcleo:<br>pleno<br>margem:<br>pleno  | núcleo:<br>pleno<br>margem:<br>pleno   | núcleo:<br>pleno<br>margem:<br>pleno  | núcleo:<br>aux.+ pleno<br>margem:<br>aux.+ pleno   |
| material<br>interveniente | itens isolados  | itens isolados   | itens combinados  | anteposta  |

**Quadro 5: Parâmetros de integração em cláusulas adverbiais**

Uma questão a ser considerada relativamente à aplicação dos parâmetros acima diz respeito à expansão ou redução de cláusulas. De acordo com Lehmann (1988) as construções reduzidas, por apresentarem o verbo da margem no infinitivo, estão mais integradas à nuclear do que as desenvolvidas que apresentam características formais peculiares (traços morfossintáticos para o verbo, conector). Nesse sentido, consideramos que as reduzidas são as estruturas mais integradas.

A partir disso, podemos questionar, em relação às reduzidas finais e temporais: as reduzidas finais seriam mais integradas à cláusula nuclear do que as reduzidas temporais? Um quadro comparativo como o apresentado acima não parece estar isento

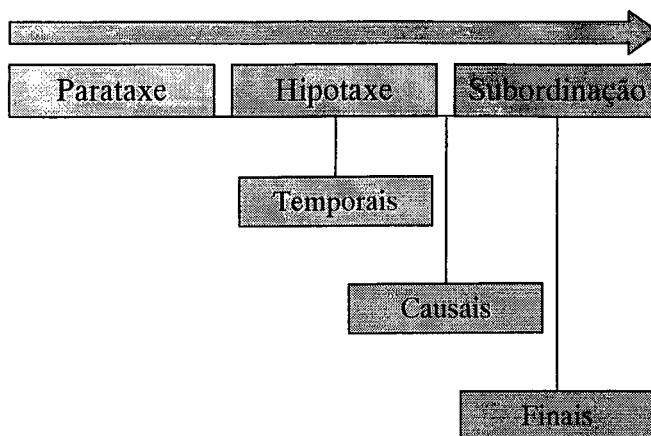
de contradições. A análise dos dados, tomando-se os parâmetros indicados (por Lehmann, 1988; Hopper e Traugott, 1993 e Heine e Reh, 1984) para medir a integração entre cláusulas, pode apresentar resultados variados se atribuirmos pesos diferentes aos critérios. De toda forma, os resultados dos parâmetros gerais parecem indicar que as cláusulas reduzidas finais seriam as mais integradas.

As finais reduzidas apresentam, em relação às temporais, maior frequência de:

- a. sujeito correferente e não expresso;
- b. ordem posposta (quase categórica);
- c. elemento de ligação único (para);
- d. menos material interveniente;
- e. frequência geral de uso.

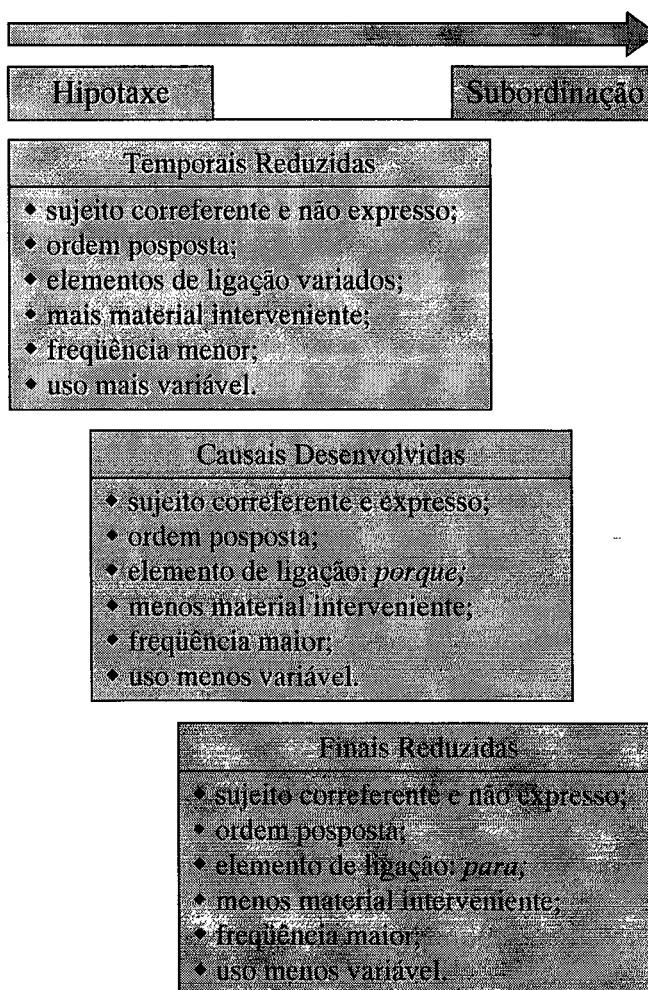
Esses resultados (com as devidas ressalvas), podem ser associados aos obtidos por Görski (1999). Em seu estudo, a autora (*ibidem*) mostra a seguinte distribuição para cláusulas para + infinitivo em dados de fala de Florianópolis: adverbial (68%), substantiva (24%) e relativa (8%) e, com isso, apresenta uma evidência de que a estrutura para + infinitivo está a caminho da subordinação e que, portanto, a adverbial desse tipo seria mais gramaticalizada. Além disso, algumas das restrições, apresentadas neste trabalho, para selecionar os contextos variáveis referentes às finais, (que mostram a vinculação das cláusulas a um nome, por exemplo) também podem reforçar a proposta de graus diferentes de gramaticalização para essas cláusulas. Nesse sentido, pode-se postular que as finais são o tipo de cláusula adverbial mais integrado e, possivelmente, também o mais gramaticalizado em termos de cláusulas combinadas e, ainda, que as cláusulas finais desenvolvem uma trajetória de gramaticalização rumo a estruturas mais estreitamente vinculadas: cláusulas hipotáticas > subordinadas.

Essa proposta de graus diferenciados de gramaticalização para as cláusulas temporais reduzidas, causais desenvolvidas e finais reduzidas, respectivamente, pode ser representada no quadro seis, a seguir:



**Quadro 6: Gramaticalização de adverbiais**

Vejamos no quadro sete, a seguir, a especificação dos parâmetros gerais (já apresentados no quadro quatro)<sup>151</sup> que podem tornar possível essa proposta de gramaticalização em graus diferenciados para as cláusulas adverbiais:



**Quadro 7: Síntese de parâmetros gerais**

<sup>151</sup> Consideramos que a análise da redução ou expansão das cláusulas não pode ser desvinculada da observação de outros parâmetros.

A análise de estruturas lingüísticas, sob uma perspectiva funcionalista que leve em conta a gramaticalização, desenvolve-se a partir de questões relacionadas ao caráter gradual das categorias lingüísticas, ao que é fixo e fluido na língua em uso (Hopper e Traugott, 1993).

Destacamos, ainda, algumas limitações para a realização deste trabalho. A estruturação acadêmica determina o tempo que pode ser destinado à pesquisa, entretanto, o fenômeno em análise exigiria um período mais longo para que fosse possível concretizar de modo mais aprofundado as possibilidades de estudo. Além disso, o número escasso de ocorrências encontradas no *corpus* para o tipo de dados pesquisados restringiu a abrangência dos resultados. Essas restrições, entretanto, abrem caminho para outros trabalhos. Nesse sentido, sugerimos:

- a. ampliar o *corpus*, incluindo: outros informantes de nível universitário para que se possa observar, mais diretamente, a influência do fator escolaridade na codificação de cláusulas desenvolvidas; uma faixa etária mais jovem, a fim de comparar resultados com esses já obtidos; outras regiões do país para averiguar como se comporta o fenômeno estudado e comparar esses resultados com os já registrados;
- b. com a ampliação do *corpus*, analisar outros tipos clausais para que seja possível elaborar uma descrição geral do comportamento das cláusulas em relação à variação e gramaticalização;
- c. refinar parâmetros de análise como a ordem, avaliando contextos de fraca intercalação de cláusulas, a partir de uma perspectiva mais ampla para o enunciado;
- d. adicionar a investigação de possíveis motivações discursivas para o fenômeno;
- e. realizar uma análise comparativa dos resultados obtidos com dados de modalidade escrita controlando gêneros discursivos diferentes;
- f. proporcionar outras perspectivas de análise para as relações entre complexidade, escolaridade e redução de cláusulas com a avaliação sistematizada dos currículos escolares e dos livros didáticos utilizados pelos professores e a comparação dos resultados obtidos com dados de fala em crianças, buscando investigar, por exemplo, se nas fases iniciais a criança

utiliza as estruturas menos complexas nas cláusulas (e como seriam essas estruturas) e, ainda, de que forma adquiriria, então, as estruturas mais complexas.

Essas possibilidades de estudo representam apenas uma parte do caminho que ainda pode ser percorrido na descrição deste fenômeno expansão e redução de cláusulas em português.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- BERNARDO, S.P. *Cláusulas temporais discursivas*. In: M. E. SOARES & M. S. S. ARAGÃO de (orgs.) *XVI Jornada de estudos lingüísticos*. Anais. Fortaleza: UFC/GELNE, 1999.
- BOTELHO PEREIRA, M. A. & RONCARATI, C. N. *O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio*. DELTA, vol. 19, n.º 1, 1993.
- BRAGA, M. L. *As orações de tempo no discurso oral*. CEL, 28, Campinas, p. 85-97, 1995.
- . Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: I. V. KOCH (org.) *Gramática do português falado*. vol. VI. Campinas (SP): Editora da: Unicamp/FAPESP, 1996.
- CALLOU, M.I. *et alii*. *Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso*. CEL, 20, Campinas, p. 17-21, 1991.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 21.ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- CEZARIO, M. M.; GOMES, R.; PINTO, D. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: M.E. MARTELOTTA; S.VOTRE; M. M. CEZARIO (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 12.ª ed. , Rio de Janeiro: FAE, 1994.
- DIAS, N.B. *As cláusulas finais*. GEL, 27, São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, 1998.
- DU BOIS, J.W. Competing motivations. In: J. HAIMAN (ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and semantics, Vol. 12: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979.
- . *Syntax: a functional-typological introduction*. vol I. Amsterdam: J. Benjamins, 1984.



- . *Syntax - a functional-typological introduction*. vol. II .Philadelphia, Benjamins, 1990.
- . *English grammar a function - based introduction*. vol I e II Philadelphia, Benjamins, 1993.
- . *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
- GÖRSKI, E. *Cláusulas temporais: ordem e função discursiva*. Florianópolis, UFSC, 1996. ms.
- . *Níveis de integração de cláusulas para INFINITIVO*. Seminário do GEL. Bauru, SP, maio, 1999.
- GRYNER, H. *Graus de vinculação nas cláusulas condicionais*. CEL, 28, Campinas, p. 69-83, 1995.
- HEINE, B. & REH, M. *Grammatical categories in african languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.
- HEINE, B. *et alii*. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge Press, 1993.
- HOPPER, P. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, Papers of the Thirteenth Annual Meeting, 1987.
- . On some principles of grammaticalization. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.) *Approaches to grammaticalization*. vol. I, Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, p. 17-35, 1991.
- KNIES, C. & COSTA, I. B. *Manual do usuário*. Banco de Dados Lingüísticos VARSUL. Mimeo.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- . *Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. Sociolinguistic Paper, 44, Texas, 1978.
- LAVANDERA, B. *Where does the sociolinguistic variable stop?* In: *Language society*, 7, Great Britain, p.171-182, 1978.
- LEHMANN, C. *Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change*. *Lingua e stile*, 20.3: 303-318, 1985.

- . Towards a typology of clause linkage. In: J. HAIMAN and S. A. THOMPSON (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- . Grammaticalization and related changes in contemporary German. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.) *Approaches to grammaticalization*, vol. II, Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 6.<sup>a</sup> ed., Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- MATTOSO CAMARA JR., J. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MATHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The structure of discourse and “subordination”. In: J. HAIMAN & S. THOMPSON (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1988.
- MOLLICA, M. C. (org) *Introdução à sociolingüística variacionista*. Cadernos didáticos da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- NARO, A. J. Idade. In: M. C. MOLLICA (org) *Introdução à sociolingüística variacionista*. Cadernos didáticos da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- NASCIMENTO, M. do. *Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”*. DELTA, vol. 6, n.º 1, p. 83-98, 1990.
- NEVES, M. H. M. & BRAGA, M. L. *Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição*. DELTA, vol.14, n.º especial, p. 191-208, 1988.
- NEVES, M. H. M. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: I. V. KOCH (org.) *Gramática do português falado*. vol. VI. Campinas (SP): Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.
- . *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- . *A gramaticalização e a articulação de orações*. GEL, 27, São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, p. 46-56, 1998.
- NICHOLS, J. *Functional theories of grammar*. Annual Review of Anthropology, vol.43, p. 97-117, 1984.
- OLIVEIRA, M. A. *Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical*. DELTA, vol. 3, n.º 1, p. 19-34, 1987.
- PAIVA, M. C. *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, Tese de doutorado, 1991.

- , *Sexo*. In: M. C. MOLLICA (org) *Introdução à sociolinguística variacionista*. Cadernos didáticos da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- , *Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade*. CEL, 28, Campinas, p.59-68, 1995.
- , Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade. In: A. T. MACEDO *et alii* (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- , *Da parataxe à hipotaxe: uma trajetória do português de contato*. GEL, 27, São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, p. 57-63, 1998.
- PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. ms, 1988.
- POGGIO, R. M. G. F. *As proposições infinitivas em latim e português*. Boletim ABRALIN, n.º 21, vol. 2, Maceió, junho, 1997.
- SILVA, V .L. P. da. A relevância dos fatores internos. In: M. C. MOLLICA (org) *Introdução à sociolinguística variacionista*. Cadernos didáticos da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- SOUZA, M. S. C. *Os limites entre coordenação e subordinação: uma aplicação às orações temporais*. Boletim ABRALIN, n.º 21, vol. 2, Maceió, junho, 1997.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects on semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- , *Tempos lingüísticos - itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.
- THOMPSON, S. A. *Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clauses in English*. Text 5 (1-2) p. 55 - 84, 1985.
- TRAUGOTT, E. & KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: E. TRAUOGOTT & B.HEINE (eds.) *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. vol. I, Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Publishing Company, 1991.
- VOTRE, S. *Escolaridade*. In: M. C. MOLLICA (org) *Introdução à sociolinguística variacionista*. Cadernos didáticos da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.